

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

O EGRESSO DO CURSO TÉCNICO EM RECURSOS
PESQUEIROS DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS
***CAMPUS* MAUÉS: UMA ANÁLISE SOBRE O ENSINO E O**
MUNDO DO TRABALHO

NATHÁLIA CAVALCANTE COSTA

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**O EGRESSO DO CURSO TÉCNICO EM RECURSOS PESQUEIROS
DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS *CAMPUS* MAUÉS: UMA
ANÁLISE SOBRE O ENSINO E O MUNDO DO TRABALHO**

NATHÁLIA CAVALCANTE COSTA

Sob a Orientação da Professora
Dra. Sandra Regina Gregório

e Co-orientação do Professor
Dr. Vanderlei Antonio Stefanuto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ

Dezembro de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C838e COSTA, NATHÁLIA CAVALCANTE , 1990-
O EGRESSO DO CURSO TÉCNICO EM RECURSOS PESQUEIROS
DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS CAMPUS MAUÉS: UMA
ANÁLISE SOBRE O ENSINO E O MUNDO DO TRABALHO /
NATHÁLIA CAVALCANTE COSTA. - Seropédica, 2019.
83 f.: il.

Orientadora: Sandra Regina Gregório.
Coorientador: Vanderlei Antonio Stefanuto.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Educação Agrícola, 2019.

1. Competências. 2. Egressos. 3. Educação
Profissional. 4. Mundo do Trabalho. I. Gregório,
Sandra Regina , 1960-, orient. II. Stefanuto,
Vanderlei Antonio , 1974-, coorient. III Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação em Educação Agrícola. IV. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

NATHÁLIA CAVALCANTE COSTA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 10/12/2019

Sandra Regina Gregório, Dra. UFRRJ

Nadia Maria Pereira de Souza, Dra. UFRRJ

Renivaldo Oliveira Fortes, Dr. Externo a Instituição

DEDICATÓRIA

À minha mãe Nair, a mulher mais incrível que conheço! Por tudo que vivemos e pelo que só nós sabemos.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela presença e cuidado.

À minha orientadora, Profa. Dra. Sandra Regina Gregório, por acreditar que seria possível.

Ao Prof. Dr. Vanderlei Antonio Stefanuto, pela compreensão, amizade e ensinamentos.

Ao professor Msc. Anndson Brelaz, o qual tenho profunda admiração, pelo apoio inestimável.

Ao Fredy, Joethe e Rafael, sempre solícitos na resolução das questões tecnológicas, pelo suporte na construção deste trabalho.

Ao meu grande amigo Valdelírio Caetano, o Vavá, pela semente plantada que fez nascer em mim o desejo de ser mestre.

Ao Instituto Federal do Amazonas, por oportunizar a qualificação de seus servidores.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA da UFRRJ, por contribuírem de maneira tão rica e diversa para a minha formação.

Aos alunos do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, pela participação como sujeitos deste trabalho e por compartilharem comigo um pedacinho de suas histórias.

Aos colegas da pós-graduação, pelas experiências vividas, foi um prazer estar com vocês.

Aos queridos, que mesmo não sendo família, me acolheram em suas casas durante as semanas de formação, gratidão eterna!

Ao meu exemplo de coragem e perseverança, minha inspiração diária, que não importava o quanto eu explicasse que estava cursando um mestrado, sempre me perguntava quando seria a próxima viagem pra “faculdade”. Obrigada mãe pela torcida e orações!

A todos, meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

COSTA, Nathália Cavalcante. **O egresso do curso técnico em recursos pesqueiros do instituto federal do Amazonas *campus* maués: uma análise sobre o ensino e o mundo do trabalho**, 2019. 83f. Dissertação (Mestrado em educação Agrícola). Instituto de Agronomia. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

Este trabalho tem como objetivo abordar as relações do processo de ensino-aprendizagem do egresso do curso Técnico em Recursos Pesqueiros do Instituto Federal do Amazonas- IFAM Campus Maués com sua inserção no mundo do trabalho e acesso ao ensino superior. O estudo foi realizado com 12 egressos do referido curso, primeiramente optou-se por realizar uma breve abordagem referente à Educação Profissional, uma análise conceitual sobre competências, como também ressaltar a importância da pesquisa de egressos para propiciar informações valiosas à sua instituição de origem e ao sistema educacional como um todo. Após o levantamento documental acerca das competências essenciais à formação do técnico em recursos pesqueiros e coleta de dados empíricos junto aos egressos do curso, através de formulários e entrevistas, referentes aos conhecimentos adquiridos e os requeridos pelo mundo do trabalho, bem como aspectos da formação técnica que contribuíram para verticalização, buscou-se no método de análise de conteúdo as ferramentas para essa verificação. Os resultados da pesquisa indicaram que as propostas para o ensino técnico não têm se efetivado na localidade quando se trata de atuação profissional na área de formação, há uma alta taxa de evasão do curso, e os que permanecem, objeto desta pesquisa, não têm conseguido espaço no mercado de trabalho, mas que os objetivos que vinculam-se à formação para a vida tem sido alcançados quando este egresso é capaz de perceber criticamente sua realidade e contribuir com a comunidade em seu entorno, efetivando assim algumas das características elencadas pela formação humana integral. A análise dos dados também apontou para a materialização das habilidades requeridas ao profissional formado, contidas no projeto político pedagógico do curso, em consonância com a percepção dos egressos, quando afirmam estar aptos a desempenhar qualquer atividade relacionada à área, possuindo de fato a qualificação para tal, tendo resultado não muito expressivo para o acesso ao ensino superior, onde apontam algumas dificuldades, fortalecendo uma tendência local de horizontalização do ensino.

Palavras-chave: Competências; Egressos; Educação Profissional; Mundo do Trabalho.

ABSTRACT

COSTA, Nathália Cavalcante. **The egress of the fisheries technical course at the federal institute of Amazonas *campus* Maués: an analysis of teaching and the world of work**, 2019. 83f. Dissertation (Master in Agricultural Education). Instituto de Agronomia. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

This paper aims to address the relations of the teaching-learning process of the egress of the Technical Course in Fisheries Resources of the Federal Institute of Amazonas - IFAM Campus Maués with its insertion in the world of work and access to higher education. The study was carried out with 12 graduates of the referred course. Firstly, it was decided to take a brief approach to Vocational Education, a conceptual analysis of competences, as well as to emphasize the importance of the research of graduates to provide valuable information to their home institution and to the educational system as a whole. After the documentary survey about the skills essential to the training of the technician in fishing resources and collecting empirical data from the graduates, through forms and interviews, referring to the knowledge acquired and required by the world of work, as well as aspects of technical training. that contributed to verticalization, we sought in the content analysis method the tools for this verification. The research results indicated that the proposals for the technical education have not been effective in the locality when it comes to professional performance in the area of formation, there is a high dropout rate of the course, and those that remain, object of this research, have not been able to. space in the labor market, but that the objectives that are linked to the formation for life have been achieved when this graduate is able to critically perceive his reality and contribute to the community around him, thus effecting some of the characteristics listed by human formation integral. The data analysis also points to the materialization of the skills required of the trained professional, contained in the pedagogical political project of the course, in line with the perception of the graduates, when they claim to be able to perform any activity related to the area, having in fact the qualification for This has not been very significant for the access to higher education, where they point out some difficulties, strengthening a local tendency towards the horizontalization of education.

Key Words: Skills; Egress; Professional education; World of work.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Cursos na Forma Subsequente-IFAM/2010-2018	21
Quadro 2- Caracterização do egresso do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros/IFAM	25
Quadro 3- Comparativo de situação de moradia dos egressos.....	28
Quadro 4 - Avaliação Geral da Instituição.....	30
Quadro 5 - Motivos que levaram à escolha do curso técnico em recursos pesqueiros	31
Quadro 6- Conhecimento prévio sobre o curso de Recursos Pesqueiros.....	33
Quadro 7- Expectativas em relação ao curso	34
Quadro 8 - Satisfação quanto a atividade profissional.....	36
Quadro 9 - Taxas de pessoas classificadas como desocupadas no Brasil, comparativo 2012 a 2019	37
Quadro 10 - Melhoria da qualidade de vida e / ou financeira	38
Quadro 11 - Conhecimentos adquiridos e suas contribuições para a vida do egresso	40
Quadro 12 - Percepção dos egressos relacionada às competências adquiridas e seu preparo ao exercício da profissão	44
Quadro 13- Oportunidades de emprego na área de recursos pesqueiros no município	49
Quadro 14 - Possibilidades para empreender no setor pesqueiro no município	53
Quadro 15- O curso técnico como estímulo para a verticalização.....	63
Quadro 16 - Relação entre o curso superior realizado/almejado e o curso técnico em recursos pesqueiros.....	65
Quadro 17- Oferta de cursos superiores voltados ao setor pesqueiro em Maués.....	66
Quadro 18 - Satisfação quanto à atual oferta de cursos superiores no município.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Distribuição de egressos por raça/cor	26
Gráfico 2- Inserção dos egressos no mercado de trabalho	26
Gráfico 3 - Renda Mensal dos Egressos	28
Gráfico 4- Acesso dos egressos ao Ensino Superior	29
Gráfico 5 - Importância do estágio para a formação técnica	45

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Aulas de campo em propriedades particulares do município	46
Figura 2- Aulas de campo em propriedades particulares do município	46
Figura 3- Aulas de campo em propriedades particulares do município	46
Figura 4- Aulas de campo em propriedades particulares do município	46
Figura 5- Unidade demonstrativa de piscicultura- SEPROR/Maués.....	51
Figura 6- Unidade demonstrativa de piscicultura- SEPROR/Maués.....	51
Figura 7- Esquema indicativo da motivação do produtor em investir na piscicultura.	56
Figura 8- Necessidade de contratação de Técnicos em Recursos Pesqueiros pelos produtores.	56
Figura 9- Principais desafios da piscicultura no município de Maués.	57
Figura 10- Investimento inicial de piscicultores atuantes no município de Maués.....	58
Figura 11- Relação custo X lucro em empreendimentos pesqueiros de Maués.	59
Figura 12- Concorrência no comércio de pescado no município de Maués.....	60

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Justificativa.....	1
1.2	Objetivos.....	4
2	CONSTRUÇÃO TEÓRICA DA PESQUISA	5
2.1	Características da Educação Profissional	5
2.2	Uma Análise Sobre Competências	9
2.3	A Importância da Pesquisa de Egressos	14
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	20
3.1	Tipologia da Pesquisa.....	20
3.2	Delimitações Gerais do universo da pesquisa	21
3.2.1	Descrição do universo da pesquisa.....	21
3.2.2	Escolha e descrição dos sujeitos da pesquisa	21
3.3	Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados.....	22
3.4	Contribuições dos piscicultores de Maués.....	23
3.5	Análise de dados coletados.....	23
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	25
4.1	Caracterização do perfil do egresso dos Cursos Técnicos em Recursos Pesqueiros na forma Subsequente do IFAM CMA	25
4.1.1	Como o egresso do Instituto Federal do Amazonas <i>campus</i> Maués percebe a instituição	29
4.2	Motivações para a formação técnica e contribuições desta para a vida do egresso	31
4.3	Competências profissionais adquiridas e o sistema produtivo local	41
4.3.1	Contribuições dos piscicultores pioneiros em Maués.....	55
4.4	Contribuição da formação técnica para a verticalização	62
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
7	ANEXOS	79
	Anexo 1 - Matriz Curricular- Curso Técnico em Recursos Pesqueiros	80
	Anexo 2 - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	81
	Anexo 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	83

1 INTRODUÇÃO

Em meio aos processos de construção do conhecimento diferentes correntes de pensamentos se revelam, a que tem no orientado é a de que o conhecimento só tem sentido quando proporciona a compreensão da realidade, possibilitando usufruí-la ou o transformá-la. Nesse viés, a missão dos Institutos Federais, conforme descrito em suas normativas, é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, respondendo às demandas crescentes por formação profissional e oportunizando o acesso e desenvolvimento dos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Frente a isto, torna-se plausível fazemos uma reflexão aliada a um questionamento: Até que ponto as propostas educacionais implementadas no ensino técnico profissionalizante serão capazes de gerar trabalho, renda e desenvolvimento pessoal para a autonomia e emancipação do nosso discente?

Os fatos históricos da educação no Brasil denotam a uma escola profissionalizante fundamentada nas ideologias do capital, uma educação tecnicista, voltada para a preparação para o trabalho e não para o exercício da cidadania, não propiciando a formação humana integral.

Por muito tempo o Estado se posicionou dessa forma, entretanto, a Lei nº 9394/96 que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, traz em seu bojo o discurso da formação de um profissional humanista, crítico, empreendedor, capaz de trabalhar coletivamente, dimensionar e resolver problemas. Isso realmente está acontecendo? É o que se pretendeu descobrir através desse estudo.

Baseada na relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura, almejamos delinear o perfil do egresso da instituição, analisar as suas percepções relacionadas às competências adquiridas no decorrer do processo de formação e as necessárias à sua inserção no mundo do trabalho, bem como adquirir informações sobre sua trajetória profissional e acadêmica, com o intuito de verificarmos a materialidade das ações propostas pela instituição no sentido de assegurar ao discente por meio de fortalecimento de seus itinerários formativos, ferramentas para que sejam atores de transformações sociais, atuando positivamente em sua comunidade e se desenvolvendo, tanto no aspecto profissional quanto no relacionado ao prosseguimentos dos estudos.

A dissertação está estruturada em quatro seções principais, a primeira destas abrange o referencial teórico utilizado que trata das características da Educação Profissional, faz uma breve análise sobre competências e ressalta a importância da pesquisa com egressos. A segunda seção aborda os procedimentos metodológicos utilizados na construção da pesquisa, na terceira ocorre a apresentação e discussão dos resultados alcançados, seguida das considerações finais referentes à efetivação do processo formativo, seus limites e possibilidades, revelados através das tessituras trilhadas nesta investigação.

1.1 Justificativa

Algumas inquietações motivaram o direcionamento desse estudo aos Egressos do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros do Instituto Federal do Amazonas *campus* Maués, como as altas taxas de evasão e não conclusão do curso, acrescidos ao baixo nível de atuação profissional dos técnicos formados na área. Mantendo, diante destas questões, a consciência de que a identificação das limitações impostas por todos os elementos que constituem o processo de consolidação de saberes deve ir além da inserção no mundo do trabalho, tendo

como compromisso a execução de uma educação que funcione como elemento orgânico e transformador da sociedade, levando-se em conta todas as especificidades incluídas no cenário do baixo amazonas.

O município de Maués-AM está localizado à margem direita do Rio Maués-Açu, à distância 268 km em linha reta e 356 km pela via fluvial, da capital Manaus, sua economia gira em torno da produção agrícola, agropecuária e setor de serviços públicos, segundo estimativas do IBGE, 2017.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é datada de 29 de dezembro de 2008, fundamentada na Lei nº 11.892. O estabelecimento da unidade de ensino do IFAM no município de Maués – AM está correlacionado ao atendimento à chamada pública/MEC/SETEC Nº 01/2007, para a qual a prefeitura do município apresentou sua proposta, protocolada na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica no dia 04 de julho de 2007, atendendo aos requisitos do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – FASE II. A proposta registrou a parceria do então Centro Federal de Educação Tecnológica- CEFET/AM, com a Prefeitura Municipal de Maués, a Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos e a Companhia de Bebidas das Américas- AMBEV.

Assim sendo, no ano de 2010, instalou-se no município de Maués, mais um campus do IFAM que iniciou ofertando Cursos Técnicos na forma integrada (Agropecuária, Administração e Informática) e na forma Subsequente (Administração, Informática, Meio Ambiente e Recursos Pesqueiros).

Ao longo de sua trajetória tem ofertado outros cursos em diferentes modalidades: (a) Concomitante – Serviços Públicos (2012/2 e 2013/2) e Técnico em Hospedagem (2012/2); (b) Educação à Distância (EaD) – Agente Comunitário de Saúde e Rede de Computadores (2012/1); (c) Formação Inicial Continuada (FIC)/ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) – Jardineiro (2012/2), Almojarife (2013/1), Cuidador de Idoso (2013/1), Cuidador Infantil (2013/1), Organizador de Eventos (2013/1), Artesanato (2013/2), vinculado ao programa Mulheres Mil, Agricultor familiar (2014/1), Auxiliar de Pessoal (2014/1), Meliponicultor (2014/1), Pescador Artesanal de Água Doce (2014/1), Vendedor (2014/1), Panificação (2014/2), dentre outros. (Sistema de Registro Acadêmico, IFAM, 2018)

Assim sendo, o IFAM-CMA tem disponibilizado para mercado de trabalho local, regional e nacional, diversos profissionais nas mais diferentes áreas correspondentes aos diversos eixos tecnológicos contidos no Catálogo Nacional de Curso Técnico, englobando as diferentes formas e modalidades de ensino profissional e tecnológico do País.

Nos seus quase dez anos de implantação no município de Maués-AM, o IFAM/CMA, semelhantemente a outros *Campus* tem enfrentado dificuldades para fazer o acompanhamento detalhado e espaço-temporal de seus egressos. Essa deficiência tem se perpetuado desde as primeiras turmas concludentes, uma vez que não há dados oficiais contendo informações a respeito da vida profissional e acadêmica dos Egressos, dificultando assim o princípio da rastreabilidade, importante no processo de consolidação da identidade formativa do *campus*, e conseqüentemente o fortalecimento do itinerário formativo de nossos educandos. Acreditamos assim que um acompanhamento mais efetivo certamente culminará em adequações pedagógicas e administrativas de ordem prática que certamente contribuirão para a permanência e êxito dos discentes.

Como justificativa a essa investigação e no contexto de sua construção, ressalta-se que durante minha trajetória profissional como Assistente em Administração do IFAM-CMA desempenhei diversas ações vinculadas ao departamento de Ensino do *campus*, onde, estando à frente da Coordenação de Extensão, que juntamente com o setor de Registro Acadêmico, está interligada ao processo de acompanhamento de egressos, foram percebidas *in loco* algumas especificidades relacionadas ao Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, na forma

Subsequente do IFAM- CMA, objeto da pesquisa, que foram reforçadas posteriormente através de pesquisa documental junto ao setor de registro acadêmico.

Concomitantemente, foi identificada uma lacuna e a necessidade de implantação de um mecanismo para registro, acompanhamento e controle de informações relacionadas aos seus egressos, pois durante a trajetória do IFAM-CMA em Maués houve apenas um projeto de extensão visando conhecer o perfil dos egressos dos cursos de formação integrada, coordenado pelo professor Vanderlei Antonio Stefanuto, em maio de 2015, tendo a participação de 17 alunos, ademais, não houveram outras ações dessa natureza. Em suma, a pesquisa proposta buscou alertar para a importância desse controle e gerenciamento.

Como observado, o universo da pesquisa mostra-se extenso, contudo, objetivamos sua delimitação, considerando principalmente os elementos constituintes da organização produtiva local e as características do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, que através da 2ª audiência pública ocorrida no ano de 2015, que visava definir as ofertas formativas do IFAM a partir daquele período, a oferta do curso em análise manteve-se, segundo a escolha dos diversos representantes da comunidade presentes.

O município de Maués possui grande potencial no setor pesqueiro, seja por sua geografia com abundância de rios, lagos e igarapés ou por conta de sua cultura ribeirinha e tradição na pesca e consumo do pescado.

Recentemente surgiram alguns empreendimentos como estações de piscicultura de tanques redes e escavados, há a algum tempo em funcionamento no município o Frigorífico Maués, que faz o beneficiamento do pescado para exportação e instituições públicas e de classes, como a Secretaria Municipal de Produção- SEPROR e a colônia de pescadores Z-16, que buscam fortalecer o setor, contribuindo para o seu desenvolvimento.

Mediante ao exposto e imergido nesse cenário dos Egressos, em especial do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros na modalidade Subsequente, que são indivíduos maiores de idade e geralmente chefes de família, indagamos sobre quais as contribuições do IFAM-CMA para a formação humana integral de seus sujeitos e como as propostas educacionais implementadas no ensino técnico profissionalizante tem possibilitado aos egressos a progressão vertical e o acesso ao mundo do trabalho.

Não se pode ignorar a necessidade de profissionais bem qualificados, mas também é sabido que o mercado não irá absorver todos esses profissionais, desta forma tem sido de suma importância identificarmos como se apresentam as possibilidades de trabalho para técnicos formados pelo IFAM-CMA, do ponto de vista de sua colocação profissional ou de condução de empreendimentos próprios.

Sendo assim, a pesquisa aqui apresentada oportunizou delinear o perfil de nossos egressos por intermédio de instrumentos de coleta de dados específicos (formulários e entrevistas direcionadas) identificarmos de maneira direta aspectos relativos ao: a) perfil socioeconômico; b) perfil profissional; e c) perfil acadêmico. Essas ações permitiram descobrir se os objetivos propostos pela instituição, dentro do cenário econômico e social da região, têm sido alcançados.

Como resultado visamos contribuir com informações consubstanciadas que poderão auxiliar em um planejamento institucional mais alinhado às necessidades e demandas dos educandos, do mercado e da sociedade, uma vez que a “escola” tem o papel de fomentar e intermediar ações de natureza construtiva/pedagógicas imbuídas no processo de regionalização e sociabilização de conhecimentos empíricos e científicos, inerentes ao mundo e para o trabalho, trazendo a educação como elemento capaz de auxiliar nas mudanças das estruturas sociais e contribuir na consolidação e cumprimento da missão institucional do IFAM, que é voltada a contemplar as necessidades formativas da população, com vistas ao desenvolvimento local e regional.

1.2 Objetivos

Para um direcionamento mais efetivo das ações dessa investigação, delimitou-se os objetivos a serem alcançados.

Objetivo Geral:

Analisar as relações da formação Profissional e Tecnológica com o mundo do trabalho, intermediado pela formação e atuação profissional dos egressos dos cursos técnicos em Recursos Pesqueiros na modalidade Subsequente do Instituto Federal do Amazonas (IFAM)– Campus Maués.

Objetivos específicos:

- Caracterizar o perfil do egresso dos Cursos Técnicos em Recursos Pesqueiros na forma Subsequente do IFAM – Campus Maués;
- Identificar as competências profissionais apresentadas no Projeto Político Pedagógico do curso, correlacionando-as com as exigências do sistema de produção capitalista no mundo do trabalho de acordo com a percepção do egresso;
- Identificar a motivação para a formação técnica e contribuições desta formação para a vida do egresso;

2 CONSTRUÇÃO TEÓRICA DA PESQUISA

2.1 Características da Educação Profissional

A implantação dos Institutos Federais no interior do Estado visa o desenvolvimento desses municípios, considerando o perfil dessas localidades e seu potencial produtivo. Os Institutos Federais devem, portanto, aliado com os demais agentes da estrutura socioeconômica da região, mobilizar esforços nessa direção, para que possam alcançar o desenvolvimento pretendido.

As finalidades e objetivos do Instituto Federal do Amazonas- IFAM, previstas no seu Estatuto, aprovado pela Portaria nº 373, de 31 de agosto de 2009 (IFAM, 2009), apontam para o compromisso de ofertar a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, de formar e capacitar a população para atuação profissional nos diversos setores da economia, estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda com vistas ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Cabe aos que acessam a educação profissional e tecnológica, o compromisso de tornar-se agente de desenvolvimento social para a região, tornando-se capazes de desenvolver-se e construir sua própria história. Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI 2014/2018, em seu Perfil Institucional assim se refere:

A oferta de cursos técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas vislumbram criar um número cada vez maior de mão de obra qualificada, para atender às demandas a partir dos arranjos produtivos locais. Oferece uma estrutura física adequada, laboratórios didáticos e quadro de docentes qualificados, cabendo às pessoas beneficiadas com essa iniciativa a tarefa de abrir caminhos novos e suscitando novos empregos para a população local, consolidando, assim o exercício da cidadania (PDI-CMA, 2014, p.7).

Por consequência, na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2018) que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, em seu Art. 6º enfatiza que os Institutos Federais têm entre suas finalidades e características orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no seu âmbito de atuação.

Temos, portanto, através das referidas normativas, que a Educação Profissional e Tecnológica ofertada pelos Institutos Federais, entre outras diretrizes, deve ser voltada à consolidação e fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais- APLs¹, logo se faz necessário compreendermos o que representa esse termo tão difundido nos documentos de implantação, expansão e consolidação das instituições federais de ensino.

Os arranjos produtivos, denominados APLs, conforme Lastres e Cassiolato (2003), são definidos por aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais que se vinculam por meio de variadas formas de representação e associação e cujo foco são um conjunto específico de atividades econômicas. Normalmente envolvem a participação e a

¹ Nogueira (2016, p. 181) Entende que a lógica de APLs sustenta-se na tríade Estado-Sociedade-Mercado, e afirma que no contexto amazônico, essa política “confundiu-se com as potencialidades econômicas da região” concluindo através de seus estudos que “as especificidades amazônicas não se enquadraram aos critérios estabelecidos para identificação e desenvolvimento desses arranjos”, emergindo dos documentos como o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAM e das políticas de expansão da Rede Federal como demandas a ainda serem atendidas.

interação de empresas, incluindo também diversas organizações públicas e privadas, como escolas técnicas e universidades, voltadas para formação e capacitação de recursos humanos.

De acordo com Nogueira (2016, p. 180) o termo APL “se refere à configuração organizacional do setor produtivo de uma localidade”, apresentando algumas características como territorialidade, cooperação, governança, inovação, quantidade e afinidades entre empreendimentos e possuir dimensão local/regional.

Neste contexto é importante suscitar alguns questionamentos: o que é a educação profissional e o que representa? sua abrangência e como se materializa diante das incoerências de uma sociedade desigual da qual fazemos parte, especialmente em um país de dimensões continentais como o Brasil?

A fim de apresentar algumas questões conceituais para responder aos questionamentos anteriores, Ramos (2014, p.109 e 110), em relação ao conceito de saber profissional, enfatiza que “é, essencialmente, o conhecimento em uso pelos sujeitos em interação, guiados por alguma motivação”, também deixa claro que o saber profissional “é produto de uma dualidade epistemológica – a ciência e a prática”, não se confunde nem com o conhecimento científico resultado do trabalho de pesquisa, nem com as apropriações deste aplicadas na forma de conhecimento técnico e tecnológico.

Sendo assim, a autora também conclui que o conhecimento científico não é o saber profissional em si, mas sim uma de suas fontes, este é parte essencial do processo de aprendizagem que proporciona uma compreensão mais global, fundamentada e coerente na apropriação das técnicas, que não se limita a ações mecanizadas pela experiência.

Na busca por essa articulação entre teoria e prática e conscientes da relevância do saber científico para uma formação completa, não há como ignorar as características específicas da atuação profissional, onde o conhecimento técnico é fundamentalmente necessário para a consecução dos objetivos propostos, porém, não se limita a padrões automáticos, livres de reflexões e sentidos.

O trabalho, e conseqüentemente o saber profissional, é um processo de transformação prática do conhecimento científico em que os critérios de coerência e eficácia assumem uma tensa relação mediada pela experiência e pela reflexividade profissional visando a resultados concretos (RAMOS, 2014, p.110).

A educação profissional é voltada para a aquisição de conhecimentos técnicos e científicos e para o desenvolvimento de habilidades que permitam ao indivíduo a conquista de uma profissão, com capacidades para desempenhar as tarefas inerentes à sua atividade. E no caso da formação de nível médio, visa proporcionar o acesso ao trabalho e renda através de um período menor de formação.

Segundo as concepções de Tonial (2010), fazer um curso técnico antes de ingressar no ensino superior pode ser uma boa opção, principalmente para alunos de classe média a baixa, tendo maior garantia de estar empregado na área de formação, com o exercício da profissão este terá maior facilidade de crescer na carreira e custear seus estudos, sendo que a formação técnica oportuniza melhores condições de permanência e mobilidade no mercado de trabalho.

Mas essa educação para o trabalho, conforme a visão da autora, “não tem sido colocada na pauta da sociedade brasileira como universal”, e a mesma segue dizendo que:

O não entendimento da abrangência da educação profissional na ótica do direito à educação e ao trabalho, associando-a unicamente à “formação de mão de obra”, tem reproduzido o dualismo existente na sociedade brasileira entre as “elites condutoras” e a maioria da população, levando, inclusive, a se considerar o ensino normal e a educação superior como não tendo nenhuma relação com educação profissional (TONIAL, 2010, p. 7).

Não se trata somente de preparar para o mercado de trabalho, mas utilizar este mesmo trabalho como ferramenta educativa de formação na vida e para a vida. O trabalho é um direito, e o ensino neste sentido não deve visar a mera obediência aos ditames do capital de se adequar aos moldes produtivos vigentes, é preciso muita cautela com relação a isto, pois é exatamente o que vem se reproduzindo de acordo com Donadel (2010, p.10) onde a formação profissional para o trabalhador limita o seu papel ao de produtor de atividades específicas, “cabendo às escolas de formação profissional o papel de ensinar, treinar, adestrar, formar ou educar na função de produção adequada a um determinado projeto de desenvolvimento pensado pelas classes dirigentes”.

Contudo, a ampliação da rede de educação profissional de ensino e a interiorização dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia visa contribuir entre outros aspectos, para facilitar o acesso de muito mais alunos à educação profissional, sendo um dos objetivos atender às necessidades formativas de acordo com as especificidades dos arranjos produtivos locais.

Mediante ao exposto, Donadel (2010) é bem otimista ao discorrer sobre o potencial dessas instituições de ensino e com relação ao seu poder transformador da sociedade por meio da educação:

Acreditamos que é possível, sim, capacitarmos cidadãos plenos em nossas instituições de formação profissional. Indivíduos com a capacidade de ressignificar sua origem, valorizando seu habitat, construindo uma condição de dignidade e sustentabilidade, sem ter que se deslocar para as metrópoles em busca de oportunidades ainda desconhecidas. Por fim, é preciso acreditar que a educação profissional pode corrigir as distorções do passado e ser uma grande colaboradora para a formação de uma sociedade mais igualitária, constituindo-se como mais uma porta de inclusão a todos que ali ingressarem em busca de uma vida digna (DONADEL, 2010, P. 16).

Corroboramos com esse pensamento, acreditando na educação como instrumento de transformação social e como propulsora de uma mudança de vida para muitos brasileiros que sem ela estariam às margens dos processos econômicos e sociais.

Estamos diante de intensas transformações no mundo do trabalho, onde são visíveis as mudanças nos processos produtivos em consequência dos avanços científicos e tecnológicos. Conseguir adaptar-se a essas novas formas de organização é um desafio contínuo, principalmente porque essa evolução acelerada demanda novos conhecimentos, ocasionando a escassez de mão de obra qualificada.

Da mesma forma, o ensino profissional, ao longo dos anos, também passou por diversas transformações. Inicialmente foi instituído aos “desvalidos da sorte”, considerados os menos favorecidos econômica e intelectualmente. Neste sentido, temos que o ensino profissionalizante tem sido reinventado ao longo das décadas na tentativa de minimizar essa dualidade estrutural, como também superar os fatores discriminatórios que ainda o cercam.

A educação profissional, tradicionalmente posta como inferior dentro do sistema educacional, como uma educação menor, aligeirada, como “alternativa para” e não como continuidade aos estudos, precisa ser vista com mais seriedade e compromisso e diversas reflexões e esforços tem surgido nesse sentido, conforme nos traz Arroyo (2000): Trata-se de não rechaçar a educação profissional, mas reafirmá-la como um direito do trabalhador, o direito à educação básica fundamental foi sendo paulatinamente conquistado, chegando-se à obrigatoriedade e universalização, e à inclusão do ensino médio como etapa da educação básica, mas a educação profissional nunca foi reconhecida como tal.

Logo, à escola recai inúmeras responsabilidades, como as funções de adequação ao mundo do trabalho e qualificação da mão de obra, mas também cabe a esta a educação geral e

uma formação cidadã, isto é, preparar o indivíduo para a continuidade dos estudos e paralelamente o capacitar ao exercício da profissão.

Desta forma as instituições de educação profissional e tecnológica se preparam para responder às questões norteadoras do processo ensino e aprendizagem, no que se refere ao trabalho como princípio educativo, focado pela concepção de homem pensante, líder, criativo, ético, capaz de tomar decisões, voltado para o trabalho coletivo, uso de novas tecnologias e implementação de pesquisas e novos investimentos que geram a expansão do mundo do trabalho em constante transformação e crescimento humano e econômico (GUIMARAES, 2011, p.42).

Fischer e Franzoi (2009, p. 37) ao nos lembrar sobre a histórica dualidade do sistema educacional, onde o ensino acadêmico é direcionado àqueles que farão sua formação profissional na educação superior, e o ensino profissionalizante, já no nível médio, é reservado para “aqueles cuja entrada no mercado de trabalho dar-se-á precocemente”, reitera que “essa dualidade, ora formalmente mais marcada, ora menos, nunca se dissolve, de fato, na história do país”.

Dizem ainda que além dessa dualidade entre educação básica e profissional, há também a divisão dentro da própria educação profissional, que confere ao trabalho um lugar limitado à experiência histórica hegemônica atual: o trabalho na sua dimensão abstrata e, conseqüentemente, o trabalhador enquanto força de trabalho.

Esse lugar do trabalho no interior da educação profissional dá-se especialmente na versão mais corriqueira: a de preparação para o mercado de trabalho. São reforçadas as compreensões estritas sobre o manejo da técnica sem a problematizar, sem que a mesma seja compreendida como construção humana. Separa-se então técnica de todo o pensamento e formação humana, que a ela estão intrinsecamente associados; separa-se fazer e pensar, inseparáveis em qualquer atividade humana (FISCHER; FRANZOI 2009, p. 40).

Esse contexto traduz a dualidade histórica existente entre educação e trabalho apontada por Saviani (2003), onde o ensino profissional é destinado à classe trabalhadora, e o ensino científico de natureza intelectual reservado aos que controlam o processo de produção. O autor reitera ainda que a educação é um fenômeno próprio do ser humano portanto para compreendê-la é necessário primeiramente compreender a natureza humana, que tem no trabalho o seu pilar central, logo se faz necessário voltar o olhar para o indivíduo, não como um mero operador, mas como protagonistas nos processos de intervenção e transformação da realidade.

Precisamos, portanto, compreender a educação não apenas no seu contexto formal, de estruturas curriculares e de etapas a serem perpassadas, mas uma educação que transcenda as configurações formatadas e predefinidas, que amplie conceitos e que ressalte os aspectos humanos intrínsecos de compreensão, visão de mundo, construção de identidade e realização pessoal.

Ramos (2008, p. 2) defende uma educação politécnica que “ao propiciar aos sujeitos o acesso aos conhecimentos e à cultura construídos pela humanidade, propicie a realização de escolhas e a construção de caminhos para a produção da vida”, e completa dizendo que o caminho para isso é o trabalho no seu sentido mais amplo, como realização e produção humana, mas também como categoria econômica, como meio de produzir a existência.

Trata-se da formação humana integral, que articula as três dimensões da vida: ciência, trabalho e cultura, onde as vivências do trabalho como princípio educativo façam com que este mesmo alcance um patamar de respeito e honradez, e os diversos aspectos da experiência humana se fundam contribuindo no processo educativo.

Ciavatta e Ramos (2011, p. 31) entendem que a concepção de formação humana que preconiza a integração dessas três dimensões da vida no processo formativo pode orientar tanto a educação geral quanto a profissional, tendo como horizonte “ a formação politécnica e omnilateral dos trabalhadores e teria como propósito fundamental proporcionar-lhes a compreensão das relações sociais de produção e do processo histórico e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas.”

Por horizonte entendemos o que está à frente e precisa ser buscado, logo cientes de ainda não havermos atingimos o patamar da integralidade precisamos caminhar nessa direção, muitos esforços tem sido feitos, por vezes avançando, por vezes regredindo, mas com uma trajetória que tem sido marcada pelos embates ideológicos entre as forças hegemônicas e aquelas que enxergam na educação o caminho para transformação da sociedade. É a disputa apontada por Ciavatta (2006, p. 2) “sobre o tipo de educação que se deve dar à população, um ensino de qualidade com os elementos científico-tecnológicos e histórico-sociais exigidos pela vida social, ou o adestramento e o preparo simples para as atividades funcionais da produção”.

Optamos por acreditar na primeira possibilidade e que não estejam presentes apenas nas prescrições oficiais, mas nas ações cotidianas, tendo, assim, no processo educativo, a formação para o mundo do trabalho, elementos esses que constituem a missão dos Institutos Federais, conforme preceitua Pacheco (2008, p. 11): “Nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor ou tudo isso”.

Ultrapassando os aspectos econômicos e de manutenção das necessidades básicas da sobrevivência humana, característicos do universo laboral, defendemos a formação para a vida em seus múltiplos aspectos, os culturais, econômicos, científicos e sociais, baseadas na reflexão e criticidade, voltada também à satisfação e realização pessoal, que não se fazendo presente é um objetivo a ser perseguido.

2.2 Uma Análise Sobre Competências

Descrevendo o panorama atual, Ricieri (2009, p.15) diz que a partir da segunda guerra mundial, o mercado de trabalho se desviou do setor industrial para o de serviços, estima-se que para este século, os profissionais do conhecimento constituirão um terço da mão-de-obra atuante. A mesma autora esclarece o termo “profissional do conhecimento” como possuidores de uma das competências necessárias para os profissionais contemporâneos.

Ainda em Ricieri (2009) temos que as organizações passaram a personalizar as contratações em função do coeficiente emocional, da capacidade de interagir em grupo e da habilidade do indivíduo em se comunicar adequadamente.

Sendo assim surgiram novas necessidades dos profissionais para se posicionarem e destacarem no mercado de trabalho: desenvolver o espírito empreendedor, [...] nesse processo de mudança a formação profissional passou do simples treinamento para operação para o desenvolvimento sistemático de habilidades, reunidas sob o nome genérico de competências (RICIERI, 2009, p.16).

Mas o que são competências, e porque (e se) são realmente tão importantes para a formação dos alunos e essenciais para sua inserção no mundo do trabalho, desenvolvimento profissional e acadêmico? Gramigna (2007, p. 205) define competência como uma

[...] qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certo assunto, fazer determinada coisa, capacidade, habilidade, aptidão, idoneidade. Ter competências para assumir as funções e responsabilidades exigidas no trabalho significa apresentar

atitudes, conhecimentos e habilidades compatíveis com o desempenho exigido, bem como capacidade para colocar em prática sua experiência sempre que for necessário.

Conforme apresentado por Deluiz (2004) a partir dos anos 80 o conceito de competência começou a ser utilizado na Europa, tem suas raízes nas ciências das organizações e surge em meio a um contexto de crise do modelo de organização Taylorista e Fordista, de mundialização da economia e extrema competição dos mercados em que emergiram as exigências voltadas à melhoria da qualidade dos produtos e processos, e a ideia de flexibilização do trabalho.

Conforme a autora, em meio a esse contexto e com base no incremento da escolarização dos jovens, houve a valorização, utilização e adaptação das aquisições individuais da formação do indivíduo em função das exigências produtivas das empresas, logo a identificação das competências requeridas pelos postos de trabalho é baseada na mesma lógica que tem sido adotada pelo ensino técnico profissional, cuja posse é medida em termos de “ser capaz de” onde são exigidas do trabalhador um leque de capacidades, como de resolução de problemas, de tomar decisões, intervir em processos de trabalho, auto-organização e trabalho em equipe, além de ser capaz de enfrentar situações adversas em ambientes de constantes transformações.

No entanto, Deluiz (2004, p.3) completa, “se essas competências são necessárias ao sistema produtivo, não são suficientes quando se tem como perspectiva a expansão das potencialidades humanas e o processo de emancipação individual e coletivo”, é preciso portanto, “propiciar uma formação que permita aos trabalhadores agir como cidadãos produtores de bens e serviços e como atores na sociedade civil”, acrescentando-se às competências profissionais as competências políticas que permitiriam reflexão e atuação crítica, nas esferas públicas e da produção, tomando ciência de seus direitos e deveres, da sua posição e função na estrutura produtiva, e da necessidade de participação nos processos de organização e reestruturação desta.

Nesse sentido Ramos (2002, p. 416) defende a educação profissional em uma perspectiva totalizante,

[...] pela qual se considera o processo e as relações de trabalho como realidades históricas, contraditórias e em constante transformação. Assim, não se podem tomar exclusivamente seus determinantes técnicos, operacionais e organizacionais, mas devem-se considerar as mediações de ordem econômico-produtiva, físico-ambiental, socio histórica, cultural e política, sabendo-se que os trabalhadores são sujeitos nessa realidade, construindo relações complexas e contraditórias de trabalho.

Ora, o desenvolvimento de competências tem sido requisito fundamental para a atuação profissional no contexto globalizado em que nos encontramos, entretanto, em meio às exigências criadas pelas transformações econômicas e avanços tecnológicos, o foco do processo ensino-aprendizagem deve ser a compreensão dos fundamentos científicos, socioeconômicos, culturais e do trabalho, que conduzam a uma formação integral, uma formação baseada nos princípios da autonomia com vistas à emancipação do indivíduo e não um mero reprodutor de tarefas, ou um ser moldável e adaptável às variações das estruturas dominantes.

Numa análise feita por Ferret (1996), quando diz que as mudanças que vem ocorrendo na esfera do trabalho, desde as décadas de 70 e 80 do século XX e se acentuaram nos anos 90, demandariam um novo tipo de trabalhador, mais informado, com níveis de escolaridade mais altos. Essas novas necessidades desencadearam um movimento intenso de reformas que viriam a atingir todos os níveis da educação brasileira.

Sob tais circunstâncias, a educação tem sido, de um lado, exaltada pelas contribuições que poderia oferecer para a constituição de sociedades mais ricas, mais desenvolvidas, mais igualitárias e mais democráticas e, de outro, especialmente em países como o nosso, profundamente questionada, por não estar em condições de garantir à população em geral o acesso aos bens culturais, sociais e econômicos que poderiam garantir-lhe os benefícios decorrentes de sua pertença a uma sociedade afluyente (FERRET, 1996, p.301).

É o que se chama de fruição, poder utilizar-se dos resultados e benefícios do que se produz. E no caso da educação tem se mostrado insuficiente nesse quesito, quando o indivíduo, mesmo se “qualificando” não consegue acesso ao trabalho digno, ao sustento, a boas condições de moradia e ao lazer.

Em decorrência disso, o mesmo autor segue dizendo que as políticas educacionais que vem sendo traçadas pelo Estado em articulação com diferentes setores da sociedade, têm afirmado a intenção de elevar o nível de qualidade da educação pública, a fim de cumprir com seu papel de promotora do desenvolvimento nacional.

Essas novas demandas do trabalho, numa sociedade cada dia mais complexa, que requerem maior nível de instrução fortalecem a tão falada relação trabalho *versus* educação e, é em meio a esse cenário, que desponta o termo denominado modelo de competência, que, conforme nos assegura o autor, tem se transformado na pedra de toque das reformas educacionais brasileiras.

São vários os argumentos brandidos em torno de sua adoção, mas os principais dizem respeito à “necessidade”, posta pelas transformações em diversas esferas, mas especialmente na econômica, de as sociedades em geral, mas em particular as “emergentes”, buscarem a constituição de um novo sujeito social, no plano coletivo, tanto quanto no individual, capaz não só de conviver com tais transformações, mas, principalmente, tirar delas o melhor partido, tendo em vista o bem estar de países e pessoas (FERRET, 1996, p. 301).

Esse modelo de competências, que contém as características desejáveis de um bom profissional, não deve ser um pacote rígido, uma prescrição. O ser humano e seu comportamento são dinâmicos, suas atividades são dinâmicas e seus atributos também o são, e mesmo que existam exigências padrão para determinados tipos de ocupação, as relações entre indivíduos, suas tarefas e o ambiente sofrem influência do meio e das crenças pessoais.

São as características que extrapolam os resultados obtidos pelos métodos formativos tradicionais, Tonial (2010, p.4) nos explica que: “Os empregadores solicitam a combinação da qualificação adquirida pela formação técnica e profissional com o comportamento social, a aptidão para o trabalho em equipe, a capacidade de iniciativa e liderança e a disposição de enfrentar desafios e correr riscos” afirmando que esse perfil não se esgota na conquista de uma certificação, e aponta como caminho “uma política de educação continuada que estabelece uma permanente forma de atualização dos conhecimentos tecnológicos e do preparo para o pleno exercício da cidadania”.

Ao se falar, em qualificação técnica, educação continuada, preparo para as exigências do mercado, competências necessárias ao exercício profissional, é preciso muita cautela, pois há a forte tendência em responsabilizar o indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso, e a este recai o ônus que não é somente dele.

Sobre essa questão, Antunes e Alves (2004, p. 347) chamam a atenção para o fato de que uma parcela importante do tempo livre dos trabalhadores está cada vez mais voltada para adquirir “empregabilidade”, termo que o sistema hegemônico atual usa para transferir aos trabalhadores a responsabilidade por sua qualificação, o que anteriormente era assumido em grande parte pelo capital.

O ser e o estar empregável, e a constante busca por assim se manter, é tarefa dura, cara e até mesmo cruel, num ambiente de competição acirrada e desigual estimulada pela lógica capitalista dominante.

A empregabilidade, por sua vez, é entendida como um conjunto de características do trabalhador, que permite sua inserção (e permanência) no mundo do trabalho. Estas características se constituem num corolário de conhecimentos, habilidades, competências e esforço individual de (re)adequação às exigências do trabalho. (BRASIL, MEC/SETEC, 2009, p. 12)

O documento do MEC supracitado, é claro em se referir a um esforço individual, de readequação às exigências que surgem, mas é sabido que somente o esforço individual não é suficiente, logo o termo empregabilidade não é o mais adequado quando se trata das necessidades reais de trabalho e renda do cidadão.

A questão é muito mais ampla, é preciso refletir nas transformações da organização produtiva, quem exige essas ditas “novas competências”, por quê? com que interesses? A formação do indivíduo deve ser um mero molde a adequá-lo a uma nova realidade ou deve capacitá-lo a transformar essa realidade com vistas ao alcance de melhores oportunidades de vida?

Fischer e Franzoi (2009, p. 41) salientam que essa preparação para o trabalho, quando é pensada para “atender aos novos requisitos da reestruturação produtiva, agrega aspectos comportamentais em sua dimensão mais empobrecida: as boas maneiras, a boa aparência, o «trabalho em equipe» tal qual concebido pelos manuais empresariais.”

As autoras reiteram que as demais relações que se constroem no cotidiano do ambiente laboral como a solidariedade entre os trabalhadores, as lutas sindicais, não são mencionadas, o que reforça a total submissão aos ditames do mercado de trabalho. A atividade laboral, então, deixa de ser compreendida como experiência humana e relação social, permeada de conflitos, antagonismos e cumplicidades.

Ainda há a questão da desnecessidade do domínio de competências cognitivas complexas, nos pontos mais desqualificados das cadeias produtivas, onde, segundo Kuenzer e Grabowsk (2016, p. 26) esta se resume “ao conhecimento tácito, demandado pelo trabalho concreto”. E seguem dizendo que para estes trabalhadores que atuam nos setores mais precarizados, não há a demanda relativa ao desenvolvimento de competências intelectuais, como nas atividades de natureza científico-tecnológica, em virtude do que não se justifica formação avançada.

Os autores supracitados afirmam que dessa forma, as políticas de educação, negam aos muitos que vivem do trabalho, a possibilidade de acesso à formação tecnológica, em nome de uma educação mais genérica. Neste sentido, Tonial (2010, p. 9) reitera que:

Ainda que cada profissão possa ser exercitada em níveis mais ou menos elevados de capacidades e habilidades, com a finalidade de produzir bens materiais ou imateriais, a "competência" se configura como sendo a explicitação de repertórios cognitivos de natureza variada, que envolvem ações e decisões das quais resulta a qualidade do desempenho.

Analisar a dimensão teórica da competência facilita a compreensão de sua incorporação pelas reformas brasileiras do ensino médio e do ensino técnico. Análise esta feita não apenas da sua concepção mais estrita, apesar de predominante, que a remete ao desempenho frente a demandas objetivas, mas em sua amplitude e subjetividade características das relações humanas.

Ferret (1996) nos traz que a competência tem se colocado, no caso brasileiro, como ordenadora das relações de trabalho e das relações no campo da educação. O autor salienta, no entanto, que:

(...) é necessário considerar esse processo com cautela, pois a materialidade do campo do trabalho, assim como da educação, sugere que a incorporação da competência como elemento regulador das relações sociais em ambos os campos é ainda incipiente e contraditória, devendo ser objeto de investigações (...) tais como as que se referem às formas pelas quais empresas e instituições educacionais estão operando concretamente com tal conceito (FERRET, 1996, p. 303).

Em resumo, o que se observa é que não são as competências de fato que determinam essas relações, e sim as necessidades do sistema produtivo, como bem descrevem Kuenzer e Grabowski (2016, p. 30), trabalhadores qualificados que estão incluídos em um determinado arranjo poderão não estar em outros, e que estar inserido por consequência de uma dada qualificação não assegura a sua permanência diante de um novo panorama.

Estes mesmos afirmam que “O que determina a inclusão na cadeia, portanto, não é a presença ou a ausência de qualificação, mas as demandas do processo produtivo que combinam diferentes necessidades de ocupação da força de trabalho a partir da tarefa necessária à realização da mercadoria” (KUENZER; GRABOWSK, 2016, p. 30).

Não podemos colocar o conhecimento dentro de um modelo tecnicista como se pretendia o fordismo e o taylorismo, os princípios da Educação Profissional e Tecnológica, a saber: a formação humana integral fundamentada na inter-relação entre ciência cultura e trabalho e no desenvolvimento pleno do indivíduo em suas múltiplas potencialidades propõem uma abordagem mais abrangente.

Ramos (2008, p. 16 e 17) alerta que “desenhar perfil com base em competências e habilidades leva-se a formações pragmáticas e tecnicistas, portanto incompatível com a formação integrada” a adequação ao mercado de trabalho é também rejeitada, pois segundo a autora, “o compromisso do processo educativo deve ser com os sujeitos, para que sejam formados para enfrentarem as contradições do mercado de trabalho.”

A autora também afirma que as apropriações apressadas e limitadas desta noção no âmbito educacional podem reduzir a educação profissional a práticas voltadas para formações restritas sendo as competências reduzidas a atividades e onde a validade do conhecimento é julgada por sua viabilidade ou por sua utilidade exclusivamente no âmbito profissional (RAMOS 2002).

Devemos ter pois muita cautela ao lidar com estes conceitos, principalmente quando as diretrizes educacionais parecem absorver as tendências corporativistas, apropriando-se de termos cujas raízes estão entrelaçadas nos interesses empresariais, que muitas vezes camuflados de inovação representam simplesmente a reprodução “modernizada” de um velho ideário, onde para a classe trabalhadora a compreensão do processo produtivo como um todo era dispensável, priorizando o foco na tarefa e o predomínio da especialização.

Ainda em contribuição a esta reflexão, finalizamos este tópico com as palavras de Ramos (2002, p.415):

Se os processos de trabalho que os estudantes da educação profissional poderão vir a enfrentar compõem uma totalidade histórica e mais complexa do que a soma das atividades que a constituem, a possibilidade de esses estudantes compreendê-los ao ponto de dominá-los e transformá-los exige que se apropriem dos conceitos científicos que os estruturam. Entendemos que essa é a competência fundamental a se perseguir.

O que nos leva à entender que o saber profissional não se trata da mera execução de tarefas pré-determinadas, mas a compreensão de como se organizam, porque são necessárias,

de que forma e com que objetivos foram concebidas, desenvolvidas e aperfeiçoadas no decorrer do tempo, isto é conceitos científicos que a compõem. Sendo a competência não somente o saber fazer, fundamentada nos conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho de uma atividade, mas a compreensão dos processos que às constituem, com seus fatores históricos, econômicos e sociais muitas vezes contraditórios inerentes à sociedade em que vivemos.

2.3 A Importância da Pesquisa de Egressos

A pesquisa com egressos se faz necessária, pois estes se constituem no resultado final de nosso trabalho como instituição de ensino, resultado da atuação e trocas entre todos os envolvidos no processo educativo e o elo entre a instituição e a sociedade em seu entorno, conforme descreve Wankmar Carvalho Mafrá em seu estudo:

Ainda, os estudantes egressos refletem a ligação entre a instituição socioeducativa e o mundo do trabalho, sendo, portanto, de interesse o estudo do perfil desses estudantes egressos para compreendermos a influência que uma instituição de qualificação profissional pode ter dentro de uma determinada região (MAFRA 2016, p.2)

Ora, os impactos regionais de uma organização são o reflexo de suas ações, regem a sua razão de ser, lhe dão direcionamentos do modo como devem caminhar, e dependendo de como se apresentam, revelam a sua necessidade e relevância no contexto em que está inserida.

Uma organização de ensino que não impacta positivamente no ambiente em que se encontra não tem o sentido de estar ali nem materializa sua missão e propostas educativas transformadoras.

Quem ingressa no ambiente escolar, com suas expectativas e planos futuros e em seguida se deparam com os desafios do mundo atual é quem pode responder se essas expectativas foram supridas, se surgiram novas perspectivas de acordo com os conhecimentos e experiências adquiridas no decorrer da formação.

Em relação aos estudos de acompanhamento de egressos, nos diz Souza Júnior (2000, p.13 e 14):

O ‘acompanhamento de egressos’ é uma análise e avaliação de impactos ou de resultados de atividades desenvolvidas. Qualquer que seja seu foco e corte teórico e metodológico, estes são sempre inspirados na crença de que seus resultados, de uma maneira ou de outra, serão úteis na reorientação de políticas e práticas institucionais ou sociais de modo a tornar mais eficiente, mais relevante e mais consequente o conjunto dos trabalhos desenvolvidos por uma organização burocrática ou social.

Aqui recaímos em duas questões, o acompanhamento permanente feito pelas instituições de ensino e os estudos científicos realizados por pesquisadores. Esses estudos científicos são fundamentais por fornecer dados valiosos, com embasamento e rigor inerentes à pesquisa científica. Podem fomentar decisões, reestruturações metodológicas de planos e conteúdos, porém o período de tempo e amostras são restritos, dando uma dimensão reduzida do todo, por serem feitos recortes e delimitações, necessárias à sua execução.

Tonial (2010, p. 6), reforça que todas as Instituições que oferecem o ensino profissional devem preocupar-se em oportunizar um ensino técnico de qualidade que possibilite o atendimento das necessidades da sociedade contemporânea frente às suas constantes transformações, e para isso considera “necessário acompanhar a trajetória profissional de seus egressos por algum tempo, no sentido de avaliar a qualidade do ensino

oferecido e verificar se os profissionais formados atendem às exigências do mercado de trabalho”.

A mesma autora reitera que:

Quando falamos em avaliação da qualidade do ensino, é fundamental pensarmos na participação do egresso para obtermos informações concretas sobre o curso. O aluno, ao se formar, tem expectativas que, ao longo do tempo, vão se consolidando, de modo a permitir a sua inserção no mundo do trabalho. Desta forma, é fundamental que as instituições de ensino criem estratégias e ações no sentido de oportunizar uma comunicação permanente com os seus egressos, de forma a acompanhá-los, possibilitando a avaliação do processo de inserção no mundo do trabalho (TONIAL,2010, p.10).

Destaca-se aqui a importância do acompanhamento contínuo, da manutenção do vínculo, para que essa caracterização se materialize e as nuances de diferentes períodos, faixas etárias e cursos diversos se revelem, demonstrando assim o panorama real dos atores envolvidos no processo educativo.

O processo de ensino-aprendizagem, além do professor, do aluno e da escola em si, envolve também fatores externos como as transformações econômicas, sociais e suas inter-relações com os setores produtivos e o mundo do trabalho, a fim de garantir as qualificações necessárias para o acesso desses jovens ao trabalho, à renda e ao pleno exercício da cidadania.

Ademais, a Portaria Ministerial nº 646/97 (BRASIL/MEC, 1997), no seu Art. 9º, preceitua que as Instituições Federais de Educação Tecnológica devem implantar mecanismos permanentes de consulta aos setores interessados, com o objetivo de identificar novos perfis de profissionais e de adequar a oferta de cursos às demandas dos setores produtivos. No parágrafo único do mesmo artigo registra-se ainda, que esses mecanismos permanentes devem incluir “sistemas de acompanhamentos dos egressos e estudos de demanda profissional”.

É um enorme desafio, tanto com relação à consulta a quem absorve essa força de trabalho, quanto com relação ao próprio egresso, pois, apesar de muitos manterem fortes laços afetivos com a instituição e alguns por vezes retornarem ao *campus* de origem para visitas ou reencontros, fato é que na sua grande maioria, perdem-se os vínculos, os registros mantidos são incompletos ou desatualizados, dificultando assim um acompanhamento efetivo.

Mas pretendemos com esse estudo, além dos objetivos inicialmente propostos, inspirar atitudes relacionadas à esta temática, por entender que é uma questão de importância estratégica para todas as instituições de Ensino, e em específico para o IFAM-CMA, mesmo cientes dos desafios a enfrentar. Tonial (2010, p. 10) reforça essa afirmativa quando diz que:

Falar de egressos no momento atual é uma tarefa desafiadora pela carência de estudos publicados sobre o assunto, mesmo sabendo da importância que este estudo tem para as Instituições de Ensino, pois podem colaborar como sendo um dos mecanismos para a avaliação e a melhoria da qualidade de ensino, buscando assim identificar e conhecer o profissional que está sendo formado e inserido no mercado de trabalho.

De fato, há certa dificuldade em encontrar literatura sobre o assunto ou autores que se debruçam sobre o tema. Como base teórica foi feito um levantamento das pesquisas realizadas por alunos do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola (PPGEA/UFRRJ) nos últimos 10 anos que tratam da temática “egressos” sob as mais diversas perspectivas, acessadas através do sítio eletrônico do programa, fundamentando boa parte do referencial, acrescido também de artigos, publicações em periódicos e documentos oficiais.

Dentre os que se dedicaram a pesquisar o assunto, buscamos como colaboradores no nosso trabalho as pesquisas de: Jonadable Alves Palmeira (2016), Wankmar Carvalho Mafra

(2016), Paulie Ceres Palasios (2012), Everton Lopes Guimarães (2011), José Alcir Barros de Oliveira (2011), Nelci José Donadel (2010), e Sônia Maria Tonial (2010).

Esta última, em sua pesquisa, revela que a motivação por desenvolver o seu estudo foi a falta de informações sobre o acompanhamento da vida profissional dos egressos do *campus* pesquisado, realidade preocupante, sob raras exceções, nas instituições de ensino espalhadas pelo resto do País. E segue dizendo:

(...) no objetivo de fornecer informações para verificar se continuam estudando e principalmente se estão atuando na área de formação, identificar qual a importância do Instituto na vida profissional do egresso, bem como buscar contribuições para a melhoria da qualidade de ensino oferecida por esta instituição. Nesse sentido entende-se, que o acompanhamento dos egressos é um mecanismo indispensável ao processo de avaliação do ensino, e é essencial a opinião dos mesmos para conhecer o real conceito que eles têm sobre a Escola que os profissionalizaram e ainda se estão inseridos no mercado do trabalho na área de formação (TONIAL, 2010, p. 7).

Durante a análise do conteúdo desses trabalhos, alguns resultados chamam atenção, ou por se assemelharem ao que se observa no *campus* de maneira geral, ou diferirem totalmente de nossa realidade, de acordo com o que vem sendo observado, pois este é o primeiro estudo a ser realizado.

Palmeira (2016, p.52) relata em seu estudo que os egressos apontam que, apesar do reconhecimento do saber acadêmico, “há um descompasso entre a aquisição do conhecimento e a aplicação na produção da agroindústria familiar.” Os relatos mostram a dificuldade encontrada pelos egressos para implementar algum tipo novidade adquirida em sala de aula nas suas propriedades, por conta da tradição familiar e resistência dos “mais velhos”.

Ao apresentar seus resultados de pesquisa, Oliveira (2011) menciona um dado importante sobre o trabalho dos egressos na sua área de formação, e destaca que apenas 20% dos egressos estão no mercado de trabalho agropecuário. Reitera ainda “esse resultado evidencia que a escola está tendo que reavaliar a formação profissional dos jovens, isto é, a reestruturação pedagógica do curso e buscar alternativas para possibilitar o ingresso destes com perfil adequado à área de atuação profissional” (OLIVEIRA, 2011, p. 46).

Já Palasios (2012) enfatiza que há considerável contingente de egressos que não trabalha e tem dificuldade de encontrar emprego na área de formação. A autora classifica ainda como boa a atuação dos egressos inseridos nos APL's e empresas pesquisadas e, em relação ao ensino, “constata-se a necessidade de que seja revista a metodologia utilizada nos cursos técnicos para o desenvolvimento de habilidades e competências imperativas ao mundo do trabalho” (PALASIOS 2012, p. 105).

Entretanto, os resultados obtidos por Donadel (2010) apontam que muitos jovens deixam de lado o aprendizado agrícola recebido, aderindo a atividades informais ou buscam vagas como empregados em pequenos estabelecimentos, com atividade totalmente desvinculada de sua formação técnica, revela também que outros buscam a instituição por ser referência de qualidade no ensino, com o intuito de obter maiores chances de ingresso em uma Universidade Pública, e se concretizando este objetivo não retornam mais ao seu meio.

No entanto, ainda traz relatos de muitos alunos egressos que atuam em seus municípios, ou envolvidos em programas de fomento à atividade agrícola local ou atuando como agentes de capacitação da mão-de-obra, e ressalta as dificuldades de acesso ao primeiro emprego quando diz que:

A exigência de experiência profissional é uma das barreiras com que se deparam os jovens recém-formados, pois muitas empresas não entendem o período de estágio curricular cumprido como comprovação de atividade profissional. Assim, a conquista do primeiro emprego para recém-formados constitui-se em um grande desafio a ser

superado, pois a experiência é entendida de fundamental relevância para conseguir uma oportunidade. (DONADEL 2010, p. 23).

Guimarães (2011, p. 43) afirma que as informações apresentadas nestes estudos servirão de referências para indagações e hipóteses e de incentivo para que se inicie a implantação de procedimentos de acompanhamento dos egressos, objetivando a melhoria da formação profissional e, por consequência, a transformação da realidade sociocultural e econômica do país.

Esses resultados nos orientam na escolha dos caminhos a percorrer no desenrolar desse estudo, na nossa busca por respostas e no desenredar das especificidades do IFAM *Campus* Maués. Pretendíamos identificar se essas situações se repetem ou se assemelham às encontradas no *Campus*, pois é possível observar vislumbres dessa realidade, porém somente a pesquisa poderia nos dar respostas consistentes.

Vivemos na era da informação, e esse momento histórico é pautado por uma forte valorização do conhecimento, a educação formal é colocada como fator gerador de reconhecimento social e satisfação pessoal, bem como meio de acesso a diversos espaços econômicos e educacionais constituídos. Mafra (2016, p.2) corrobora com esta colocação quando diz que:

A crescente importância do diploma escolar, enquanto credencial e certificado de competências técnicas e sociais ou simbólicas, dando acesso diferencial aos vários mercados de trabalho e, conseqüentemente, determinando as remunerações simbólicas e econômicas dos indivíduos, contribuem para um aumento da procura de ensino.

Essa busca por formação e constante atualização advém de uma tendência mundial, é como uma corrida, em que pessoas buscam por conhecimentos técnicos e científicos a fim de obter sua “necessária” qualificação, e instituições de ensino, especialmente as privadas, buscam ofertá-la a todo custo, a educação virou negócio, e por sinal, um ótimo negócio!

Diante dessa tendência, ampliar as condições de acesso e as oportunidades de um ensino público de qualidade voltados à educação transformadora é fator primordial para uma sociedade em que seus agentes não se transformem em meras peças de um jogo de tabuleiro, movidas de acordo com as necessidades do sistema capitalista dominante.

A educação é considerada como um dos pilares da sociedade. Cada vez mais as pessoas procuram ampliar a sua formação educacional, visando a obter melhores colocações no mercado de trabalho, ou mesmo compreender as questões que perpassam a relação homem/mundo. Esta busca vem se tornando concorrida, em um momento histórico em que se considera a informação e o conhecimento como base para a igualdade social. Diante destas questões, acredita-se ser de fundamental importância pesquisas que contribuam para o entendimento da trajetória daqueles que, em um determinado momento, procuraram uma formação educacional para colocá-los em consonância com a demanda do contexto social (VARELA;CASTRO;GUIMARÃES, 2008, p.77).

A implantação de um sistema de acompanhamento e análise permanente dos alunos egressos de uma instituição é além de uma ferramenta estratégica, um instrumento valioso para aferir se as práticas formativas adotadas estão alinhadas às necessidades desses sujeitos e às exigências acadêmicas e profissionais. É um canal de comunicação que pretende obter respostas concretas sobre a qualidade do ensino ofertado e a efetividade de suas ações.

Tonial (2010, p. 5 e 6) reitera que “a Instituição deve estar engajada no desenvolvimento de perfis profissionais que atendam as demandas identificadas pela vocação regional,” além disso, também deve ser sua preocupação “a formação de cidadãos

competentes, éticos e que desenvolvam a autonomia para aprender a aprender e o desenvolvimento de habilidades necessárias para o desempenho de atividades requeridas pela natureza do mundo do trabalho e a preservação do meio ambiente”.

Mas como saber se esses objetivos foram alcançados, se as propostas educativas têm se materializado, e se a escola tem cumprido seu papel como indutora de conhecimentos e habilidades capazes de abrir novos caminhos e ampliar as perspectivas de quem por ela passa? Somente através da interação escola-egresso é que estes últimos darão o *feedback* necessário à obtenção dessas respostas, e esse estudo pretende inspirar atitudes nesse sentido.

Mediante a todos esses documentos supracitados notamos a preocupação com o desenvolvimento do aluno, na perspectiva de seu acesso ao trabalho e renda, aquisição de competências necessárias ao seu crescimento pessoal e atendimento às demandas do mundo do trabalho. Nos mostra que um dos principais propósitos dos Institutos Federais é formar mão de obra qualificada para o mercado, entretanto, cabe refletirmos de que forma estamos atendendo a esses objetivos.

É compromisso social e são características relevantes para a instituição preocupada com o resultado de sua atuação, proporcionar uma formação humana integral, para um indivíduo eficiente, responsável, com capacidade empreendedora, capaz de resolver problemas e apontar soluções, com consciência de seus direitos e suas obrigações

Com a evolução da sociedade e o surgimento de novas necessidades, a escola precisa assumir novos papéis e novas estruturas e a abrangência da educação profissional na perspectiva do direito à educação e ao trabalho não pode ser associando-a unicamente à formação de mão-de-obra, a fim de não reproduzir o dualismo histórico existente na sociedade brasileira entre as elites condutoras e a maioria da população, como discorre Saviani (2007) no artigo Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos:

Ora, essa divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão também na educação. Introduce-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho. A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho (SAVIANI, 2007, p. 155).

O trabalho é uma garantia de sobrevivência ao homem e a maneira pela qual a sociedade se organiza e funciona, para tanto, os profissionais da atualidade devem estar preparados para ele. No entanto, a formação não deve ser voltada a preparar um mero executor de tarefas e sim um trabalhador pensante, flexível e agente de transformação.

Conforme o preceituado a respeito da educação profissional e tecnológica por Ferret (1996, p.45) quando fala da importância estratégica que esta tem assumido “para o desenvolvimento social e econômico do país, para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de trabalhadores, jovens e adultos, no mundo do trabalho, em uma sociedade contemporânea plena de transformações e marcadamente tecnológica”.

Nesse sentido, afirma-se que o processo de acompanhamento de egressos pelas instituições de ensino públicas constitui-se como um requisito fundamental das políticas educacionais, isto é, como “uma das formas de avaliação da eficácia e da efetividade social de Políticas Públicas e Programas de Educação Profissional” (DELUIZ et al., 2003, p. 173).

Segundo Rocha et al. (2005 p. 49) a pesquisa de acompanhamento de egressos é de fundamental importância para as instituições de ensino que se propõem a “avaliar a eficácia

de sua atuação e poder revê-la no que considerar necessário, podendo implementar políticas e estratégias de melhoria da qualidade do ensino de modo a atender as necessidades da sociedade, permitindo, de acordo com Sampaio (2013, p. 99) “entre outros benefícios, influências nas diretrizes e ações estratégicas da política de desenvolvimento institucional, auxiliando sobremaneira no processo de reformulação da mesma”.

Vemos, portanto, que a trajetória da educação profissional no País tem sido marcada pela controversa compreensão de ser uma alternativa de ensino “aligeirado” e potencialmente promotor do acesso ao mercado de trabalho, voltada ao desenvolvimento de competências, nem sempre alcançadas, mas baseadas em manuais prescritos de características desejáveis.

Por outro lado, o debate educacional das últimas décadas tem levado ao fortalecimento de ideias e atitudes no sentido de combater esta visão equivocada, direcionando os esforços para os caminhos de uma educação transformadora, que promova uma reflexão crítica e propicie aos indivíduos uma compreensão ampliada do contexto em que vivem, relacionando o trabalho como meio de manutenção da existência mas além disso, meio pelo qual as relações sociais são compreendidas e fortalecidas gerando possibilidades de transformação das bases estruturantes da sociedade.

Compreender a abrangência dos resultados de uma formação humana que objetive a integralidade dos aspectos culturais, científico-tecnológicos e do trabalho tem suas limitações, sendo aspectos amplos, complexos e difíceis de serem mensurados, porém se faz necessário avaliarmos se como instituição de ensino estamos ao menos caminhando nessa direção e se o ensino ofertado tem proporcionado aos sujeitos uma formação de qualidade que propicie condições de vida dignas e perspectivas de crescimento pessoal e profissional conforme os objetivos preceituados nas diretrizes institucionais. Os estudos de acompanhamento de egressos se mostram uma ferramenta importante na obtenção destas respostas e consequentemente no subsídio de decisões em ações de realinhamento das políticas educacionais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para cumprimento dos objetivos propostos definimos os métodos a serem utilizados, sendo estes os procedimentos para a realização da pesquisa, o tipo de pesquisa, a abordagem, o ambiente, os participantes e o instrumento de coleta de dados, como forma de orientar o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade (MINAYO, 2008).

Constituíram os objetos dessa pesquisa, Egressos do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros na forma Subsequente entre os anos de 2011 a 2018. Essa delimitação espaço-temporal fez-se necessária considerando principalmente as peculiaridades e interferências inerentes ao sistema educativo, assim como das características intrínsecas dos sujeitos da pesquisa, que se correlacionam com a busca de uma identidade frente aos ideais propostos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas- IFAM Campus Maués.

A linha teórica adotada para balizar as discussões e direcionar a abordagem dessa investigação está baseada nos fundamentos da educação integral preconizados por RAMOS, SAVIANE, CIAVATTA e outros, que atribuem o sentido da formação humana à integração das dimensões estruturantes da vida, o trabalho a ciência e a cultura no processo de formação.

3.1 Tipologia da Pesquisa

Com base nos elementos que compõem o *corpus* desse estudo, o presente trabalho se fundamentou na pesquisa qualitativa, pois a mesma não privilegia uma única prática metodológica (Denzin; Lincoln, 2006).

Em concordância com as concepções de Creswell (2010) a pesquisa qualitativa oportuniza ao pesquisador exercer determinadas ações, dentre as quais: (a) posicionar-se; (b) coletar significados dos participantes; (c) concentrar-se em um conceito ou fenômeno único; (d) Trazer valores pessoais para o estudo; (e) Estudar o contexto ou o ambiente dos participantes; (f) fazer interpretação dos dados; e (g) criar uma agenda para mudança ou reforma. Desta forma, essa abordagem se enquadrou perfeitamente às necessidades da pesquisa, considerando os procedimentos metodológicos, instrumentos de coletas de dados, bem como a análise dos resultados obtidos no decorrer do processo, no desvelar dos objetivos propostos neste trabalho voltado à temática: acompanhamento de egressos do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros na forma Subsequente do IFAM- CMA no período de 2011 a 2018.

Neste sentido, o foco desta pesquisa qualitativa foi compreender os fenômenos, explorados a partir da perspectiva dos sujeitos participantes, estando inseridos em seus ambientes naturais, neste caso em particular, a inserção desse egresso no mercado de trabalho e acesso ao ensino superior.

Para tanto, a fim de respondermos os questionamentos expressos dentro da construção deste trabalho, empregamos a estratégia de investigação conhecida como estudo de caso, uma vez que propiciou investigar situações com limites não tão definidos, mantendo o caráter unitário do objeto de estudo, delineou a situação do contexto em que foi feita a investigação e criou hipóteses a respeito do tema estudado, com a flexibilidade metodológica ofertada pela técnica (GIL, 2010) para coleta, análise, sistematização e interpretação dos dados coletados inerentes a sujeitos e processos envolvidos na presente pesquisa.

3.2 Delimitações Gerais do universo da pesquisa

3.2.1 Descrição do universo da pesquisa

O curso de Recursos Pesqueiros é ofertado desde o ano de 2010 no IFAM-CMA, para atender ao curso nas práticas das disciplinas o *campus* dispõe de um laboratório de recursos naturais, onde se faz a manipulação do pescado e diversas atividades dos projetos de pesquisa e extensão relacionados ao curso. O *Campus* ainda não conta com tanques de piscicultura e demais estruturas para execução de aulas práticas, as chamadas UEPs (Unidades Educativas de Produção).

De acordo com registros da secretaria escolar, a maioria dos ingressos são provenientes da zona urbana, sede da cidade, onde se concentra cerca de 60% da população, mas com boa representatividade de jovens e adultos da zona rural do município, que é dividida em 12 polos, compostos por 180 comunidades rurais e 50 comunidades indígenas (CPSM, 2010). Conforme o último censo (IBGE, 2010), o município tinha uma população de 52.236 e estimativa atual de 62.212 habitantes, em uma área territorial coberta de florestas, rios e lagos de 39.989,886 km².

3.2.2 Escolha e descrição dos sujeitos da pesquisa

Ao realizar um levantamento prévio de dados sobre os cursos subsequentes no setor de registro acadêmico do IFAM-CMA, em busca de informações que revelassem algum tipo de especificidade de curso, período ou modalidade que merecesse maior atenção desse estudo, foi construída uma planilha conforme apresentada no Quadro 1.

Quadro 1- Cursos na Forma Subsequente-IFAM/2010-2018

CURSOS NA FORMA SUBSEQUENTE OFERTADOS PELO IFAM- CMA DESDE SUA IMPLANTAÇÃO								
PERÍODO DO CURSO	ADMINISTRAÇÃO		INFORMÁTICA		MEIO AMBIENTE		RECURSOS PESQUEIROS	
	Nº DE INGRESSOS	Nº DE EGRESSOS	Nº DE INGRESSOS	Nº DE EGRESSOS	Nº DE INGRESSOS	Nº DE EGRESSOS	Nº DE INGRESSOS	Nº DE EGRESSOS
2010/2 a 2011/2	50	16	44	10	47	24	43	14
2011/1 a 2012/1	69	22	70	15	76	35	76	23
2013/2 a 2014/2	40	18	40	9	40	20	40	10
2015/1 a 2016/1	32	20	-	-	31	15	25	7
2015/2 a 2016/2	40	21	41	7	41	27	47	4
2016/2 a 2018/1	41	16	----	----	----	----	36	3
TOTAL GERAL	272	113	195	41	235	131	267	61

Fonte: Sistema de Registro Q-Acadêmico- IFAM (2018), elaborado pela autora.

Legenda: (-) curso não ofertado no período/ (----) dados não disponibilizados.

Esse quadro descritivo contribuiu para a escolha dos sujeitos da pesquisa, pois demonstra que o ingresso nos cursos da modalidade subsequente não tem garantido a permanência e êxito de grande parcela de discentes, como demonstrado ao realizar o comparativo entre a quantidade de ingressos e egressos. No Curso de Recursos Pesqueiros se observa nitidamente essa problemática de evasão e não conclusão de curso, que ocorre por diversas razões, como por exemplo a pendência na etapa de execução do Estágio Curricular Obrigatório, conforme observado *in loco* e nos registros dos alunos durante execução das atividades laborais cotidianas do departamento de estágio.

O cumprimento de sua carga horária mínima, determinadas nas respectivas matrizes curriculares é pré-requisito para conclusão do curso, porém por razões percebidas através dos anos, como o fato destes alunos trabalharem durante o dia e estudarem a noite, ou de ainda haver uma quantidade limitada de locais adequados para a prática do estágio, os alunos dos cursos subsequente enfrentam certa dificuldade de transpor essa etapa.

Por estas razões prezamos pela melhor delimitação do tema, voltando o olhar para o Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, com turmas finalizadas entre os anos de 2011 a 2018, onde através de consulta aos dados do Q-Acadêmico² acima descritos (Quadro 1), foram identificados 61 alunos que concluíram a formação durante esse período. O principal objetivo do curso é:

Formar profissionais capazes de exercer atividades de gestão, planejamento e produção aquícola, estruturadas e aplicadas de forma sistemática para atender às necessidades de organização e produção dos diversos segmentos da cadeia produtiva do setor pesqueiro, visando à qualidade e à sustentabilidade socioeconômica e ambiental (PPC – RECURSOS PESQUEIROS/IFAM, 2010, p.8).

Apesar das atividades de produção aquícola ainda estarem se desenvolvendo de forma tímida na região, o IFAM visa contribuir com a sua consolidação, formando profissionais qualificados e competentes, com possibilidades de atuação em instituições públicas e privadas do setor aquícola, empresas de beneficiamento de pescado, frigoríficos, na área de assistência técnica, extensão rural, unidades de conservação e também de forma autônoma (PPC – RECURSOS PESQUEIROS/IFAM, 2010, p.9).

3.3 Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados

Como instrumento técnico de coleta de informações adotou-se o formulário a entrevista e a análise documental, tendo como fonte de informação os egressos do curso selecionado. Para otimizar a sistematização dos dados, optou-se por selecionar dois alunos de cada turma concluída dentro do período delimitado, totalizando 12 egressos, baseada nos apontamentos de Hermández et al (2013, p. 403) quando dizem que no caso da pesquisa qualitativa, a amostra pode ser definida como um grupo de pessoas, acontecimentos e etc., sobre o qual desejamos coletar dados, sem que necessariamente tenhamos uma representatividade da população que estudamos.

No primeiro momento, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética, através da plataforma Brasil, sob o protocolo de nº 133937.19.90000.8119, bem como houve o direcionamento de termo de Concessão e Autorização de Pesquisa à Direção Geral do Campus. Nesse mesmo período foi dado continuidade ao estudo do marco teórico (referencial teórico) com o intuito de aprofundar os conhecimentos a respeito do tema proposto.

A primeira etapa consistiu na localização dos sujeitos através dos arquivos da secretaria escolar acadêmica, onde foram acessados os dados pessoais registrados na pasta individual do aluno. De posse desses dados foram feitos os contatos telefônicos, para ciência, da realização desse estudo, aceite, esclarecimentos quanto aos seus objetivos e programação do cronograma de aplicação do formulário e entrevistas.

Em razão de as primeiras turmas já haverem sido encerradas há bastante tempo e não haver a manutenção do contato com os egressos do *campus*, os dados de alguns alunos já estavam desatualizados e, como critério de seleção para participação na pesquisa foi utilizado exatamente esse fator, pois, para termos dois indivíduos de cada turma concluída entre o

² Sistema eletrônico de registro acadêmico utilizado pelo IFAM, atualmente substituído pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

período de 2011 a 2018, abrimos a listagem de cada turma e seguindo a sequência alfabética realizamos as ligações, os dois primeiros alunos a atenderem e aceitarem participar da pesquisa foram os selecionados.

Após o contato, o agendamento de data para aplicação dos instrumentos de coleta de dados e os devidos esclarecimentos a todos os que se dispuseram a participar, visitamos previamente a quatro alunos com os quais aplicamos um pré-teste, com o intuito de eliminarmos possíveis falhas interpretativas e realizar ajustes que se fizeram necessários no direcionamento das questões que estavam diretamente relacionados com os objetivos propostos, salientamos que os participantes do pré-teste não foram os mesmos indivíduos a participarem da pesquisa.

A segunda etapa marcada pela aplicação dos formulários e realização das entrevistas (todas gravadas), para o alcance dos objetivos específicos propostos, nesta ocasião foi solicitada a autorização do uso de informações e imagens, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE (Anexo 3) por todos os envolvidos.

Para conseguir caracterizar o perfil do egresso do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros na forma subsequente do IFAM-CMA, foi efetuada a aplicação do formulário socioeconômico, com indicação de faixa etária, gênero, renda, entre outros dados relacionados à formação técnica.

Para identificar as competências profissionais requisitadas e correlacioná-las com o sistema de produção capitalista no mundo do trabalho, foi realizada a análise documental do Projeto Pedagógico do Curso- PPC e utilizado dados do formulário e entrevista, a fim de identificar se o que os documentos institucionais propõem está alinhado às necessidades profissionais, de acordo com a percepção do egresso.

Para identificar a motivação para a formação técnica do egresso e as contribuições desta para a sua vida em geral, foram realizadas as entrevistas aos egressos do curso em questão, onde foram questionados a respeito de sua influência na melhoria da qualidade de vida, condições financeiras e acesso ao ensino superior.

Para tanto, utilizamos os formulários que conforme Marconi e Lakatos (2011, p. 100) “é um dos instrumentos essenciais para a investigação social cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado”, essa ferramenta possibilitou conhecer as características do egresso.

Para a entrevista, utilizamos o roteiro padronizado ou estruturado (MARCONI; LAKATOS, 2011, p.82), onde segui um roteiro com dez perguntas prefixadas respondidas pelos participantes.

3.4 Contribuições dos piscicultores de Maués

Para uma melhor compreensão dos empreendimentos do setor aquícola no município de Maués e que contribuições poderiam ser atribuídos à percepção dos egressos, buscamos dialogar, de forma livre, com quatro piscicultores considerados pioneiros da atividade. O diálogo foi gravado mediante o consentimento de cada um deles e suas experiências foram utilizadas como contribuições com a pesquisa.

3.5 Análise de dados coletados

Por fim, os dados coletados foram analisados. Para as entrevistas foi feita a análise de conteúdo, segundo Minayo (2008) os procedimentos metodológicos da análise de conteúdo compreendem as seguintes etapas: categorização, inferência, descrição e interpretação. Conforme a autora, geralmente cumpre-se a seguinte ordem: a) separar o material a ser

analisado em partes; b) decompor as partes em categorias; c) fazer uma exposição do resultado da categorização; d) fazer inferências dos resultados; e) explicar os resultados alcançados com auxílio da fundamentação teórica utilizada.

Primeiramente foi realizada a pré-análise, preparando todo o material que compõe o corpus da pesquisa, as entrevistas foram transcritas para proceder com a construção inicial dos indicadores, seguimos com a exploração e decomposição dos textos, encerrando no tratamento dos resultados com a categorização, identificação de palavras chave e unidades de contexto, descrição, análise dados e interpretação (BARDIN, 2004), com o estabelecimento dos quadros e gráficos.

Segundo Bardin (2004, p. 111) categorias “são rubricas ou classes, que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” suas etapas fazem parte do processo de categorização; primeiro o inventário, no qual são separados os elementos e, em segundo a classificação, que diz respeito à distribuição dos elementos para a organização das mensagens.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização do perfil do egresso dos Cursos Técnicos em Recursos Pesqueiros na forma Subsequente do IFAM CMA

O egresso do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros na forma Subsequente do IFAM CMA foi caracterizado conforme amostra aleatória e qualitativa composta de 12 participantes, de um total de 61 concluintes no período de 2011 a 2018, dois representantes por turma finalizada, considerando, que de forma voluntária concordaram em participar da pesquisa, com os dados constantes no Quadro 2.

Quadro 2- Caracterização do egresso do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros/IFAM

Variável		Frequência absoluta
Gênero	Masculino	7
	Feminino	5
Faixa etária	20-29 anos	5
	30-39 anos	5
	40 anos ou mais	2
Naturalidade	Maués-AM	11
	Loanda-PR	1
Localidade de origem	Zona urbana	8
	Zona Rural	4

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Através dos formulários aplicados pôde-se abranger um número maior de indivíduos do sexo masculino, sete participantes, seguido de cinco do sexo feminino, não havendo grande disparidade de gênero nas turmas do referido curso, dentre os respondentes cinco estão na faixa etária entre 20 e 29 anos, cinco com idades entre 30 e 39 anos e somente dois egressos com 40 anos ou mais (Quadro 2).

Onze dentre os participantes, 92% do total, são nascidos na cidade de Maués- AM, onde está localizado o *campus*, e apenas um indivíduo é natural de Loanda-PR, oito nascidos na zona urbana e quatro oriundos da zona rural. Esses dados, descritos no Quadro 2, demonstram a importância do Instituto para a formação das pessoas residentes no município e nas comunidades ribeirinhas do seu entorno, cumprindo com seu objetivo de expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos técnicos e profissionais, atendendo às necessidades da população relacionadas ao ensino, com vistas ao desenvolvimento local e regional.

Dando prosseguimento à caracterização destes egressos, os participantes foram inquiridos sobre sua raça/cor, conforme dados do Gráfico 1.

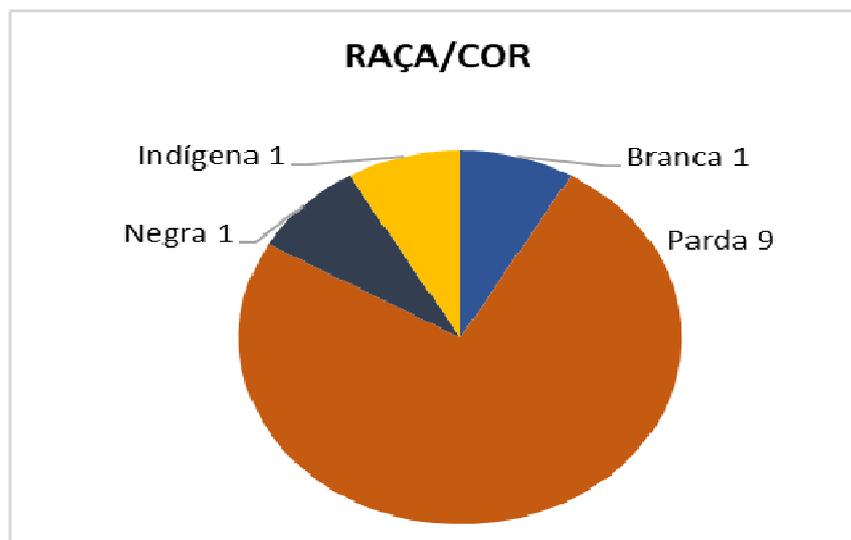


Gráfico 1-Distribuição de egressos por raça/cor
 Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Conforme demonstrado acima (Gráfico 1), as turmas foram compostas principalmente por alunos autodeclarados pardos, totalizando 75%, tendo apenas um negro, um branco e um indígena, fato objeto de reflexão, pois em uma região de cultura indígena, povoada e miscigenada pela etnia Sateré-Mawé e fortemente influenciada por suas tradições, haver tão pouca representatividade de seus integrantes pode-se supor que o curso em tela não é de seu interesse ou que as pessoas, por alguma razão não se reconhecem como indígenas.

Para verificar a efetivação de um dos objetivos da formação técnica que é a atuação profissional, os participantes foram questionados sobre a sua inserção no mercado de trabalho formal dentro ou fora da área de formação (Gráfico 2).

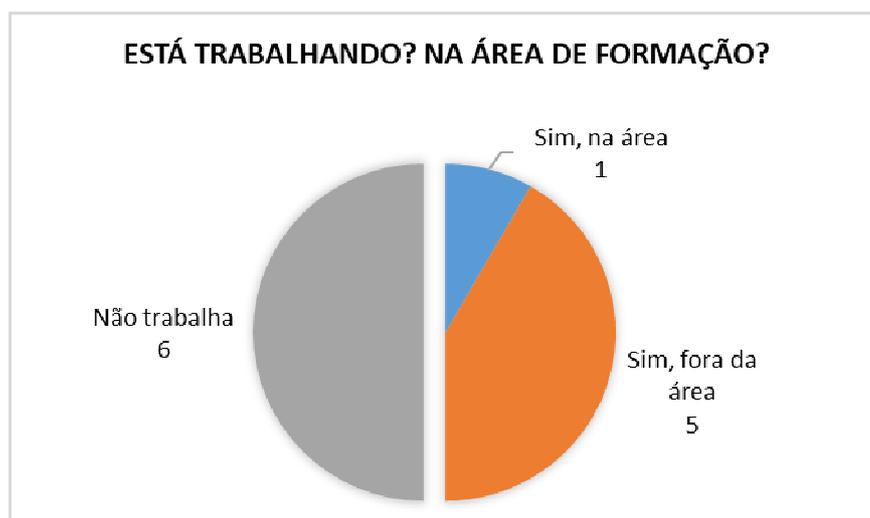


Gráfico 2- Inserção dos egressos no mercado de trabalho
 Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Mesmo sendo indivíduos jovens, em idade produtiva, a metade deles não está inserida no mercado de trabalho nem exerce qualquer atividade remunerada, cinco indivíduos, 42%, estão empregados em áreas distintas da formação técnica e apenas um exerce atividade profissional dentro da área de formação (Gráfico 2). Nota-se que não há efetiva inserção

desses indivíduos no mercado de trabalho, fator que se agrava ainda mais se for considerada a inserção profissional especificamente em sua área de formação.

Em pesquisa realizada por Costa (2015), no Instituto Federal de Rondônia-IFRO *campus* Ariquemes, com egressos do curso de agropecuária, tem-se um quadro que embora relativamente melhor, apresenta bastante similaridade à realidade apresentada, onde apenas 32% dos egressos do curso estão no mercado de trabalho na área de formação, o autor reitera que o processo formativo para a instituição em questão tem como foco principal a inserção no mercado, conceito também corroborado pela maioria dos alunos que ingressam no curso, contudo, os dados revelam que o índice de egressos absorvidos é pequeno, sobretudo se for considerada a área de formação em específico. Mediante a este resultado o pesquisador conclui que a proclamada inserção no mercado de trabalho, como proposto nos objetivos institucionais não está sendo alcançada, de maneira semelhante ao que ocorre no IFAM *campus* Maués, representado pelo curso em análise.

Na Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica 2003-2007 (MEC, 2009), uma iniciativa inédita da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica- SETEC, que objetivou traçar um diagnóstico da situação educacional, socioeconômica e profissional de quem passou pela rede federal de ensino naquele período, um outro panorama é apresentado: Ao realizarem as comparações dos dados obtidos se referem a uma estreita relação entre a educação profissional e tecnológica com o mundo de trabalho, quando 54% dos que trabalham atuam em atividades fortemente relacionadas com a área profissional do curso técnico cursado, dando destaque à região Sul, onde esse número sobe para 68% .

Trata-se logicamente de uma variedade de cursos e regiões pesquisadas, que apresentam também diferentes níveis de industrialização e desenvolvimento econômico, mas nesse comparativo temos uma realidade que pode ser considerada desanimadora. No nível macro as estatísticas se mostram favoráveis, não chegam a alarmar, porém no nível micro, quando se investiga a realidade local, as deficiências se revelam, acentuando as especificidades de cada lugar.

Costa (2015, p. 84) afirma que é justamente nesse “processo de inserção dos egressos no mercado de trabalho que observamos as nuances do capital nas relações entre sociedade e trabalho” e continua dizendo que por mais que haja a qualificação e o interesse do trabalhador em sua colocação no mercado, a determinante não parte deste, e sim das necessidades capitalistas.

Dando sequência aos resultados obtidos, e para verificarmos as condições socioeconômicas em que se encontram os egressos, foram questionados sobre a sua renda mensal atual (período de realização da pesquisa) conforme Gráfico 3.

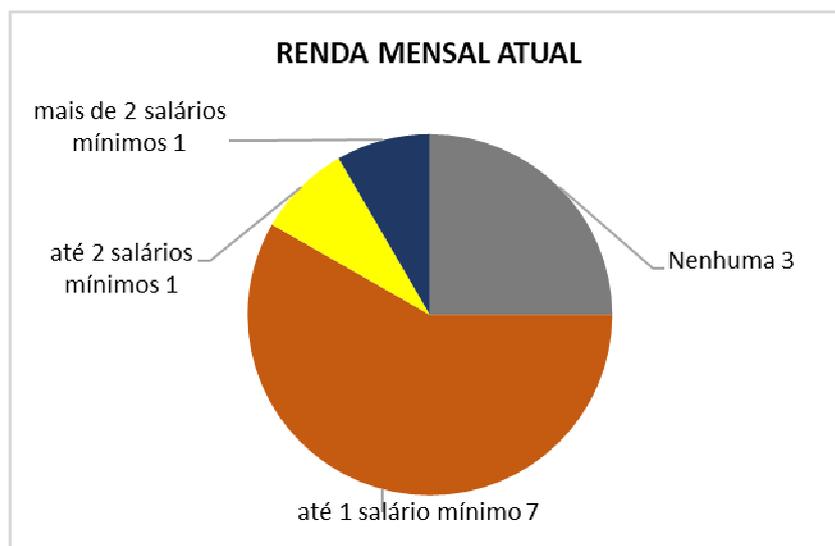


Gráfico 3 - Renda Mensal dos Egressos

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Apesar de seis participantes terem declarado não estar trabalhando, apenas três deles, 25% não possuem nenhum tipo de renda, o que pressupõe que os demais exerçam alguma atividade econômica ou tenham outra fonte de recursos, do total da amostra, a renda mensal dos egressos está predominantemente (59%) na faixa de 1 salário mínimo (Gráfico 3).

Os participantes não foram inquiridos com respeito à sua renda anterior à formação técnica a fim de fazermos o comparativo entre a situação financeira anterior e a atual e se o curso influenciou em algum aspecto, porém, mesmo não sendo possível relacionar a formação técnica à média de renda mensal, o que se nota é que os que possuem rendimentos se encontram em condições razoáveis comparadas ao restante da população, considerando os dados do IBGE³ para o município de Maués onde o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 1,8 salários mínimos, tendo 50.5% da sua população com rendimento mensal de até meio salário mínimo, uma dado preocupante se refletirmos nas condições de vida destas pessoas.

Já no Quadro 3, abaixo, foi realizado o comparativo da situação de moradia dos egressos anterior e posterior à realização do curso técnico, com o intuito de verificar se houveram mudanças significativas nas condições de vida dos participantes.

Quadro 3- Comparativo de situação de moradia dos egressos

Variáveis	Enquanto estudantes com quem residiam	Atualmente com quem residem
Com os pais	8	7
Com parentes	1	1
Chefes de família	3	4

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Enquanto estudantes no IFAM a maior parte dos alunos morava com os pais, situação que se manteve até o momento da coleta de dados com uma pequena variação onde um dos participantes passou a ser chefe de família (Quadro 3).

Não houve mudança significativa entre a realidade do aluno durante sua formação e após a conclusão do curso técnico, pois boa parte deles continuam morando com os pais,

³ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), ano de referência 2017, disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/maues/panorama>

mesmo tendo sua própria renda, ou já eram chefes de família, dividindo com o cônjuge a responsabilidade pela manutenção do lar, número que com o passar do tempo tende a aumentar naturalmente. Importante observar também que pelo menos três indivíduos que estão na faixa etária entre 30 e 39 anos ainda residem com os pais, conforme dados do Quadro 2, dado curioso, considerando ser uma idade em que poderiam já estar direcionando suas próprias vidas de forma independente.

Costa (2015, p. 86), fundamentado no demonstrativo dos ganhos salariais dos egressos do IFRO campus Ariquemes, comparado ao de suas famílias, declara que “o trabalho como elemento capaz de gerar uma mudança estrutural na sociedade ainda está longe de ser observado”, considerando que o padrão de vida mantido por eles não se altera, continuando semelhante ao de seus familiares mesmo para os que estão empregados. O autor observa que a instituição pesquisada reproduz o discurso de uma educação como elemento capaz de auxiliar nas mudanças das estruturas sociais, porém vemos que na prática tal contribuição não tem ocorrido.

Em relação à verticalização dos egressos, e no intuito de verificar se houve o prosseguimento dos estudos, refletindo no desenvolvimento pessoal e acadêmico dos mesmos, os participantes foram inquiridos sobre seu acesso ao ensino superior, e se dentro ou fora da área de formação técnica, como demonstrado no Gráfico 4.

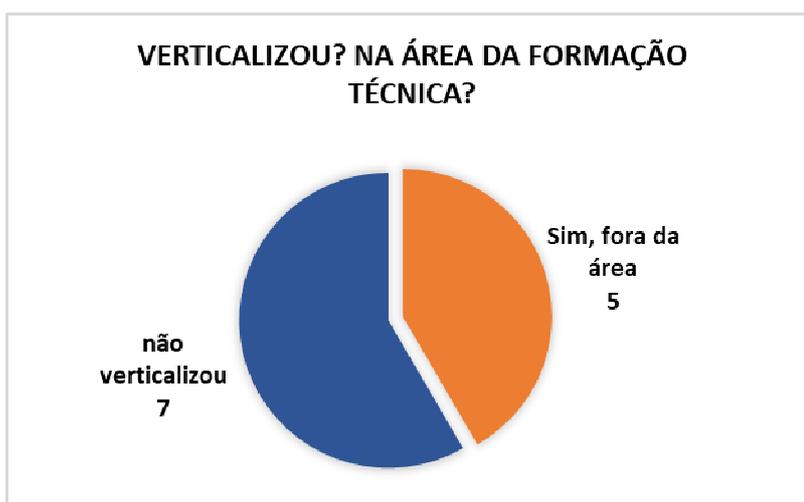


Gráfico 4- Acesso dos egressos ao Ensino Superior
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Dentre os egressos consultados, sete deles, totalizando 58% da amostra não seguiram com os estudos em nível superior após haverem concluído a formação técnica, os demais, 42%, verticalizaram, porém em áreas diversas como Educação Física, Tecnologia em Meio Ambiente, Gestão Ambiental, Pedagogia do Campo e Ciências Agrárias, não relacionadas diretamente ao setor pesqueiro (Gráfico 4).

4.1.1 Como o egresso do Instituto Federal do Amazonas *campus* Maués percebe a instituição

Como parte da caracterização do egresso, buscou-se compreender os níveis de valoração que este atribui à instituição e à formação adquirida, no Quadro 4 temos descrito em uma escala que vai de regular à excelente as percepções dos egressos com relação a diversos aspectos da instituição.

Quadro 4 - Avaliação Geral da Instituição

Itens de avaliação	Regular	Bom	Ótimo/ Excelente
Como avalia a estrutura física e operacional do IFAM?	0	3	9
Como avalia os materiais e equipamentos utilizados durante o curso?	1	7	4
De modo geral, como avalia o curso que concluiu?	0	2	10
Como avalia a instituição em relação ao ensino?	0	2	10
Como qualifica o corpo docente do curso?	0	2	10

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

A estrutura física e operacional do instituto foi avaliada como ótima/excelente, o questionamento se refere à infraestrutura como um todo, salas de aula, biblioteca, laboratórios e demais dependências, bem como ao corpo técnico que dá suporte às atividades de ensino.

Os materiais utilizados durante o curso tiveram uma avaliação mediana, considerando que houveram muitas dificuldades relacionadas à falta de equipamentos durante os primeiros anos em que o curso foi ofertado, pois ainda estavam sendo adquiridos em razão da recente implantação do *campus*, algumas carências foram sendo sanadas no decorrer do tempo, outras perduram até hoje, como a não implantação das Unidades Educativas de Produção (UEPs), tão necessárias à realização das atividades práticas de ensino.

O curso, de forma geral, foi considerado excelente e com relação ao ensino, a instituição foi muito bem avaliada, com predominância de indicações entre ótimo e excelente, o IFAM é uma instituição de ensino muito bem vista na sociedade maueense, considerada de excelência tanto pelo ensino ofertado quanto pela qualidade dos profissionais que nela atuam, reflexo das respostas dos sujeitos, onde avaliaram majoritariamente seu corpo docente como excelente.

Na Pesquisa Nacional de Egressos 2003-2007 (MEC, 2009), referente à avaliação de sua instituição de origem por parte dos alunos, 90% declararam estar satisfeitos, com 44% avaliando a instituição como ótima, 46% como boa, sendo que nenhum dos entrevistados consideraram as instituições ruins ou péssimas. Na avaliação do curso técnico 87% mostraram-se satisfeitos com a formação recebida, com 32% avaliando o curso como ótimo e 55% como bom; o nível de satisfação dos alunos também é demonstrado com relação à infraestrutura geral da instituição, quando 31% avaliaram como ótima e 47% como boa.

Os resultados são positivos a nível local semelhantemente aos obtidos na avaliação nacional, em conformidade com o estudo acima, demonstrando que o aluno que passa pelos institutos federais sai bastante satisfeito com a formação recebida e carrega ótimas impressões da instituição como um todo, sendo por isso consideradas instituições de excelência nas localidades em que estão instaladas.

Há de se convir que em meio à precarização do sistema educacional e sucateamento das unidades públicas de ensino pelo país, ter acesso a uma instituição que dispõe de infraestrutura como a dos institutos federais, com um quadro de professores bem qualificados, laboratórios equipados, incentivo à pesquisa e extensão, e, apesar de certas restrições

orçamentárias que vêm ocorrendo, como é o caso da emenda constitucional nº 95/16⁴, ainda possui autonomia para movimentar seus próprios recursos, coisas que no âmbito municipal e estadual não ocorrem, e, apesar de ser um direito, tem sido visto como privilégio.

Compreender como o egresso que passou pela instituição a enxerga é também descobrir de que maneira ela é vista pela comunidade em que está inserida.

[...] os egressos das instituições de ensino se revelam como atores potencializadores de articulação com a sociedade, com fontes de informações que possibilitam retratar a forma como a sociedade em geral percebe e avalia estas instituições, tanto no ponto de vista do processo educacional, como também do nível de interação que se concretiza (MEC, 2009, P.10).

Essa interação entre a escola e o ambiente externo a ela, espaço em que ocorrem as mais diversas relações econômicas e sociais, proporciona uma troca muito proveitosa e o egresso é agente nesse diálogo, o modo como a sociedade enxerga a instituição, seu nível de credibilidade e de aceitação, bem como a valoração de seu aspecto como aliada numa construção da cidadã, corrobora na forma em que eles são inseridos socialmente, na sua atuação profissional e na busca por maiores oportunidades para o desenvolvimento pessoal e coletivo.

4.2 Motivações para a formação técnica e contribuições desta para a vida do egresso

No intuito de compreender quais as motivações do egresso para a formação técnica especificam em recursos pesqueiros e as contribuições desta para a sua vida pessoal, profissional e acadêmica foi realizada entrevista a fim de obter as seguintes respostas:

A escolha do curso técnico em recursos pesqueiros

Os motivos que levaram a escolha do curso, foram a curiosidade e o interesse na área por serem oriundos da zona rural, compreendendo 33,3% e 25% da frequência das respostas (Quadro5).

Quadro 5 - Motivos que levaram à escolha do curso técnico em recursos pesqueiros

Categorias	Frequência absoluta
A- Gostar da área	2
B-Interesse na área por serem oriundos da Zona Rural	3
C- Curiosidade em conhecer o curso	4
D- Influência de amigos e familiares	2
E- Boa projeção do setor no município	1
Preleção em relação às categorias	
Categoria A- Gostar da área	
“Eu gosto da área, sempre gostei” (P1), “sempre tive vontade de fazer curso de recursos animais, apareceu a oportunidade aí decidi fazer.” (P2)	
Descrições categoria B-Interesse na área por ser oriundos da Zona Rural	
“Eu vim do campo, então escolher uma coisa relacionada com o campo seria o ideal pra mim.” (P7)	
“Eu queria aprender sobre a técnica, já tinha experiência, porque eu morava no interior, queria me aperfeiçoar mais.” (P10)	
“Eu gosto de trabalhar com peixe, com os animais, achei que caberia pra mim, meus pais moram no	

⁴ Proposta de Emenda Constitucional-PEC 241/16 que gerou a norma jurídica Emenda Constitucional nº 95/16, legislação de contingenciamento de despesas que cria teto para gastos públicos (inclusive Educação e Saúde) por um período de 20 anos.

interior, criam, aí eu me interessei.” (P11)
Categoria C- Curiosidade em conhecer o curso
“Tinha curiosidade de conhecer mais sobre as espécies da região e conhecer o curso.” (P3)
“Eu tava um tempo sem estudar, aí apareceu essa oportunidade, eu fui mais pra conhecer como era e pra lembrar as matérias, eu queria fazer o ENEM.” (P6)
“Pra tentar uma qualificação melhor, de início eu entrei por curiosidade, no decorrer do curso fui aprendendo a gostar da realidade dele, resolvi seguir porque eu me identifiquei.” (P9)
“Antes do curso veio um senhor aqui [...] pra nós fazer um tanque escavado, pra criação de peixe, eu freei, eu disse não, não quero! porque eu não conheço isso. Ele queria financiar, mas eu não conheço o trabalho, no outro ano começou o curso no IFAM, eu me inscrevi, passei, e fui fazer.” (P12)
Categoria D- Influência de amigos e familiares
“Não foi que eu escolhi, foi uma colega minha, perguntou se eu queria estudar recursos pesqueiros, que tinha vaga, aí eu fui, me matriculei.” (P4)
“Foi pela minha mãe, ela me falou sobre o curso, aí eu me interessei.” (P5)
Categoria E- Boa projeção do setor no município
“Na época os cursos se resumiam a recursos pesqueiros, meio ambiente e informática, e recursos pesqueiros eu vi que tinha maior projeção no município, poderia dar mais retorno.” (P8)

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A pesca é sem dúvida uma prática muito disseminada no município, faz parte da cultura local, o pescado é a base da dieta do ribeirinho, porém o cultivo de peixes ainda é bem recente em Maués, e pouco a pouco vem ganhando espaço no mercado local e regional.

Por ser uma atividade relativamente nova na cidade, assim como um curso pioneiro, o primeiro técnico em recursos pesqueiros do município, muitas pessoas ainda não conhecem bem, motivo pelo qual muitos deles tiveram como motivação de escolha a curiosidade em conhecer mais sobre a área.

Em conformidade com sua matriz curricular, o curso integra o eixo tecnológico de recursos naturais, cursos voltados a essa área são importantes no município, por ser uma cidade de tradição ribeirinha. Como verificado nas respostas acima, pessoas que residem ou que vieram da zona rural demonstram interesse nessa formação, por ser relacionada à vida no campo, parte de sua realidade, realidade esta, não raras vezes permeada pelo preconceito, abandono governamental, além das dificuldades geográficas e econômicas.

Na intenção de superar estas dificuldades é que buscam uma formação, e, através do conhecimento formal adquirido aliado aos saberes da prática diária poderão auxiliar no atendimento de suas necessidades cotidianas. Este pensamento não apenas voltado ao sujeito do campo, mas aos jovens da classe trabalhadora em geral é constatado pelos estudos de Simões (2007) quando conclui que

O ensino técnico representa uma estratégia dos jovens trabalhadores muitas vezes imperceptíveis para gestores e legisladores educacionais. Sua importância para os setores populares relativiza questões que do ponto de vista teórico representariam uma subordinação aos interesses do capital, mas que, por outro lado, representam um modo de fortalecer os jovens trabalhadores em sua emancipação e desenvolvimento pessoal e coletivo (SIMÕES, 2007, P. 82).

Aliado a isto também está a tendência- senão a necessidade- de após concluírem o ensino médio muitos jovens optarem primeiramente pela formação técnica, qualquer que seja a área, como opção de ingresso rápido ao mercado de trabalho, para somente depois cursarem o nível superior, a Pesquisa Nacional de Egressos (MEC, 2009) corrobora com esta afirmativa demonstrando que nas regiões Norte chega a 65% o número dos egressos que fizeram o curso técnico após a conclusão do ensino médio, dessa maneira a formação técnica pode ser o caminho para aquisição de uma profissão ou funcionar como via de acesso ao ensino superior.

O Conhecimento prévio sobre o curso

Ao serem questionados se possuíam algum tipo de conhecimento prévio sobre o curso ao se inscreverem, 58% disseram saber apenas que lidava com peixes, mas que se surpreenderam, pois era totalmente diferente do que imaginavam, e os demais participantes informaram não possuir qualquer tipo de informação sobre o mesmo (Quadro 6), tendo apresentando uma distribuição equilibrada, ambos os grupos demonstraram não possuir conhecimentos significativos sobre a área de formação.

Quadro 6- Conhecimento prévio sobre o curso de Recursos Pesqueiros

Categorias	Frequência absoluta
A-Nenhum conhecimento.	5
B-Sabia apenas que lidava com peixe, se surpreendeu.	7
Preleção em relação às categorias	
Categoria A- Não, nenhum conhecimento.	
“Não” (P1, 2, 4, 7 e 8); [...] me inscrevi mesmo por curiosidade (P1), [...] nenhum, foi surpresa mermo, [...] não sabia. Tinha uma noção que seria voltado para a agricultura, mas, o que era exatamente não (P7), [...] não tinha nenhum tipo de informação sobre o curso (P8).	
Categoria B- Sabia apenas que lidava com peixe, se surpreendeu.	
“Não tinha [...] conhecimento de quais eram os trabalhos que seriam feitos, se só eram mesmo de tratar peixe, que o pessoal falava: só vai entrar no curso pra tratar peixe! quando eu cheguei lá era uma coisa totalmente diferente, era mais pra parte de produção.” (P3)	
“[...] eu só sabia que trabalhava com peixe e o ramo da piscicultura, viveiro.” (P5)	
“[...] eu imaginei tudo diferente, quando falaram em técnico em recursos pesqueiros eu pensava que iam ensinar nós pescar, andar de canoa, tecer malhadeira, logo o que veio em mente foi isso. Quando chegou lá a gente se surpreendeu, foi totalmente diferente do que eu imaginava.” (P6)	
“[...] quando eu vi recursos pesqueiros eu pensava que era só como tratar um peixe, e no decorrer do curso eu me surpreendi que foi coisas além disso. Nunca tinha ouvido falar antes, pra mim era só pescar, pescar, e só, mas no decorrer do curso eu percebi que não era só isso.” (P9)	
“[...] a gente pensa que sabe tudo, mas quando chega lá se surpreende, pensa que vai aprender só sobre peixe, não! vem muitas outras coisas boas.” (P10)	
“As minhas noções eram bem básicas, eu pensei que mexia só mesmo com peixe, pensei que eu só ia trabalhar, pegar em peixe, mas não, na realidade é várias matérias, outras coisas[...].” (P11)	
“Quando eu me inscrevi, a curiosidade minha era conhecer, por que eu não tinha conhecimento do curso, sabia que já se falava em criar peixe, mas profundidade, em cima do curso, eu não sabia não.” (P12)	

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Os relatos (Quadro 6) revelam que haviam muita especulação sobre o que se fazia no curso em questão, e até certo preconceito, pois muitos diziam que seria unicamente para aprender a pescar e “tratar de peixe”⁵, o que demonstra o desconhecimento por parte da comunidade sobre a realidade do curso e as atribuições profissionais do futuro técnico.

No decorrer dos anos esse pensamento vem se modificando, por meio de muitos alunos que já se formaram na instituição e das atividades de extensão realizadas junto à comunidade, aumentando a sua compreensão e o interesse pelo setor.

As expectativas em relação ao curso

Quando foram inquiridos sobre suas expectativas em relação ao curso e se elas foram atendidas no decorrer da formação, metade dos participantes declararam possuir expectativas profissionais, de conseguir emprego como técnico ou empreender no setor pesqueiro, sendo que cinco, 41,6 % da amostra não obtiveram este êxito. Dado importante também a ser

⁵ Termo regional utilizado para definir o ato de retirada das vísceras e escamas do peixe.

ressaltado é que apenas um dentre os entrevistados alcançou a colocação profissional na área de formação (Quadro 7).

Quadro 7- Expectativas em relação ao curso

Categorias	Subcategorias	Frequência absoluta
A- Não tinha expectativas	---	3
B-Expectativa profissional	Foi atendida	1
	Não foi atendida	5
C-Expectativa de aprendizagem	Foi atendida	3
Preleção em relação às categorias		
Categoria A- Não tinha expectativas		
“Expectativa? não! tudo foi uma surpresa, uma novidade.” (P1) “Quando eu entrei, era só pra lembrar meus conhecimentos, como esses cursos técnicos entra português, matemática, eu quis pra lembrar as coisas que eu tinha estudado antigamente, eu não entrei assim com nenhum foco de querer aprender, eu imaginei uma coisa e na realidade era outra, eu não tinha essa expectativa, porque era diferente.” (P6) “[...] o curso me abriu as expectativas porque eu não tinha nenhuma antes de começar, e no decorrer do curso eu fui me aprimorando, levei pra frente, tentando buscar mais o conhecimento na área.” (P9)		
Categoria B- Expectativa profissional		
Foi atendida	“Eu tinha, de concluir o curso e conseguir um emprego, e consegui! Tô trabalhando na área.” (P11)	
Não foi atendida	“Tinha expectativa de fazer o curso e atuar na área, mas no momento inda não apareceu, até porque o município também num possibilita a vaga.” (P2) “Eu esperava sim, no ramo profissional, pra trabalho.” (P5) “Sim tinha, a formação profissional foi atendida, agora, outras expectativas como poder começar um negócio na área ainda não, mas, correndo atrás”. (P7) “A gente aprende cada vez mais para o nosso profissional e pensa que vai ajeitar um trabalho, mas a gente não consegue! Ainda mais aqui no município de Maués que é muito difícil, a gente tem que ir pra outro lugar se quiser coisas melhores”. (P10) “Nós tinha, o professor falou pra nós que ele ia deixar nós tudo encaixado no nosso próprio trabalho, mas aí, não chegou essa época, então não foi atendido, era expectativa pra trabalhar na área, e não foi atendida não.” (P12)	
Categoria C-Expectativa de aprendizagem		
Foi atendida	“As minhas expectativas eram eu terminar, conhecer no decorrer do curso qual eram os trabalhos, e pra mim isso foi muito, foi de suma importância sim”. (P3) “A expectativa de aprender, esse curso já tinha começado, mas só que faltava aluno ainda, por isso que abriram as vagas, eu comecei a pesquisar sobre o curso, [...] eu vi que eu poderia ter um bom proveito, aí eu gostei e continuei.” (P4) “A expectativa era entender como a atividade se procedia e também transformar isso em uma atividade rentável, e sim, ela foi atendida, visto que eu me dediquei muito e consegui aprender todas as etapas do processo no curso.” (P8)	

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Observa-se que 25% dos indivíduos não possuíam qualquer expectativa, porém seus horizontes foram ampliando-se no decorrer da formação (Quadro 7), quando passaram a conhecer a área e compreender os objetivos do curso, outros tiveram suas expectativas de aprendizagem e domínio da técnica satisfeitas, sendo que a maior parte não obteve este resultado, alegando que suas expectativas, que eram profissionais, não foram alcançadas, diferente do panorama apresentado pela Pesquisa Nacional de Egressos (MEC, 2009), a qual estamos tomando como parâmetro, onde os entrevistados demonstraram elevado grau de satisfação, quando 68% dos alunos egressos disseram ter suas expectativas atendidas, contra 33,3% no nosso estudo.

Como visto, os motivos para tal nível de satisfação é o atendimento das expectativas de atuação profissional, o que não se concretiza no estudo em tela, já que o mercado de

trabalho local não tem absorvido satisfatoriamente os profissionais formados na área de recursos pesqueiros em Maués.

Ora, o diploma não é garantia de trabalho, o indivíduo ingressa no curso com o desejo de se formar e atuar na área, no entanto não consegue, imagina que ter o diploma vai facilitar o seu acesso ao emprego, estuda pra se qualificar e trabalhar, depois percebe que mesmo tendo estudado não consegue o tão almejado trabalho pois o município não oferta vagas pra colocação na área.

Nesse sentido a escola precisa agir também em outras frentes não relacionadas apenas ao mercado de trabalho, ampliando a visão de mundo desses sujeitos, conforme preceitua Ramos (2002, p. 415): “A socialização das formas mais desenvolvidas do saber objetivo pela escola deve produzir nos alunos as necessidades de conhecer cada vez mais, ampliando seus horizontes culturais e de ação social”. Se o aluno entra em um curso técnico com a restrita intenção de obter um trabalho após a sua conclusão, esses horizontes precisam ser alargados, principalmente porque o êxito profissional não depende em todo dele, mas da conjuntura socioeconômica em que se encontra, tendo inclusive a formação, o papel de muni-lo de ferramentas que auxiliem nas modificações desse contexto.

No Relatório da Pesquisa de acompanhamento de Egressos-PAE (IFRN, 2015, p. 34), tem-se como um dos desafios da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, favorecer o processo de desenvolvimento em nível local, onde se apresentam as maiores fragilidades, portanto suas unidades não devem funcionar como meras emissoras de diplomas, certificadoras de capacidades técnicas, precisam atuar como agentes propulsores de transformações em seu meio.

Nota-se que o discurso de que a qualificação é imprescindível à inserção no mercado é questionável, possuir uma boa formação tende a ampliar as chances, porém não dá garantia alguma, para Sampaio (2013, p. 45) “o fato de o indivíduo adquirir uma qualificação, não implica necessariamente que estará inserido no mercado de trabalho, [...] tal problema parece apontar para uma questão mais complexa e abrangente do sistema capitalista: o problema do desemprego estrutural”.

Para Costa (2015) o conceito de capital humano, corrente que vem sendo fundamentada tanto nas escolas como na própria sociedade, tem dado a ideia de que a qualificação por si só já define as possibilidades de inserção no mundo do trabalho, desconsidera-se, no entanto, as regulações exercidas pelo capital, criando-se uma ilusão de que se o indivíduo não está no mercado de trabalho, é em função da falta de capacitação, ou incapacidade deste.

Quando se atribui a responsabilidade ao próprio do indivíduo pelo seu o sucesso ou fracasso profissional, frente às possibilidades supostamente disponíveis, criando uma necessidade constante de aprimoramento de habilidades com o fim de satisfazer as demandas do mundo capitalista, ignora-se completamente o contexto econômico e social desfavorável em que este está inserido. Segundo Pochmann (2004, p.5), esse é um discurso questionado, considerando que se a elevação dos níveis de escolaridade ocorre num quadro de estagnação econômica, baixo investimento em tecnologia e precarização do mercado de trabalho, esta acaba sendo insuficiente para potencializar a geração de trabalho, contrariando assim a teoria do capital humano.

Mediante a toda essa deficiência no sistema produtivo local, há também a possibilidade da migração da mão de obra especializa para outras localidades por não encontrarem alternativas no lugar onde vivem, gerando a chamada “armadilha da pobreza”, descrita na PAE (IFRN, 2015, p. 33 e 34), como a fuga de cérebros das cidades menores para as maiores, inibindo automaticamente o potencial de desenvolvimento em nível local, situação observada nas cidades de baixo dinamismo econômico que tendem a reproduzir o “ciclo vicioso” da exclusão socioeconômica e educacional ao longo do tempo, especialmente

diante da carência de políticas públicas voltadas à inclusão social e ao desenvolvimento produtivo, em complemento à ação educacional.

A oferta de cursos deve ser adequada às particularidades de cada região, considerando suas necessidades e potencialidades, para um melhor aproveitamento do investimento aplicado. Isto demanda, no entanto, que haja o posicionamento político- fator preponderante que impera nessas decisões- e o desenvolvimento de estratégias econômico-produtivas para criação de mecanismo de absorção da mão de obra local, pois “deve-se admitir que o êxito educacional não se limita à obtenção do certificado ou diploma de conclusão do curso, corrobora-se na extensão e aproveitamento efetivo da profissão no mundo do trabalho”(Ibidem, p.41).

Satisfação em relação à atividade profissional na atualidade

Quando questionados a respeito da satisfação em relação à atividade profissional que exercem atualmente, 41,6% dos entrevistados demonstram estar satisfeitos, considerando o total da amostra. Vale ressaltar que 50% dos entrevistados não estava trabalhando até o momento da coleta de dados, logo, se considerarmos somente o número de participantes que estão inseridos no mercado de trabalho, o quantitativo de egressos satisfeitos com a atividade atual sobe para 83,3% (Quadro 8).

Quadro 8 - Satisfação quanto a atividade profissional

Categorias	Subcategorias	Frequência absoluta
A- Satisfeito	Demonstra total satisfação	4
	Pretende exercer outra profissão	1
B-Insatisfeito	Gostaria de atuar na área de formação	1
C- Não está trabalhando	---	6
Preleção em relação às categorias		
Categoria A- Satisfeito		
Demonstra total satisfação	“Sim” (P1, 2, 8 e 11); [...] “porque é uma área que eu gosto também, a área do esporte!” (P1); [...] “como comerciante me sinto sim, bastante sarteifeito” (P2); [...] “me sinto satisfeito como pecuarista e existe uma projeção muito boa” (P8); [...] “trabalho com pescado no frigorífico do Valmor, como auxiliar de produção” (p11).	
Pretende exercer outra profissão	“Sim, porque eu estou ajudando meu pai também, mas eu pretendo exercer outra profissão.” (P5)	
Categoria B-Insatisfeito		
Gostaria de atuar na área de formação	“Não, porque a minha vontade mesmo era atuar na área o qual eu me formei. Na área que eu cursei eu me sentiria totalmente satisfeita.” (P9)	
Categoria C- Não está trabalhando		
---	“Bom, não muito satisfeita, porque num é essa área que eu queria, eu fiz o curso, o que eu queria mesmo era um trabalho na área de recursos pesqueiros, mas só que como eu ainda não consegui eu vô fazendo outras coisas, bico.” (P4)	

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A Pesquisa Nacional de Egressos (MEC, 2009, p. 21) mostra que apesar dos salários dos egressos entrevistados não se apresentarem elevados, semelhante ao observado nesse estudo, a estreita relação da formação técnica com o mercado de trabalho, demonstra um alto índice de satisfação destes com a sua situação profissional, chegando a 86% com pequena variação regional. No presente estudo esse número chega a 83,3%, porém, conforme dados do Quadro 8, mesmo os que demonstram satisfação não estão atuando na área de formação,

diferentemente do panorama nacional apresentado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica-SETEC/MEC, onde o grau de satisfação está vinculado à estreita relação entre a profissão exercida e a área de formação técnica.

Estar atuando em áreas diversas à da formação não acarretou a insatisfação dos indivíduos, pois demonstram-se satisfeitos com a atividade exercida, exceto em um dos casos, o dado que preocupa é o alto grau de desocupação, pois metade dos entrevistados estão fora do mercado de trabalho, não exercendo qualquer atividade remunerada. Dentre os que se encontram desocupados, os discursos demonstram frustração por não conseguirem nada voltado para a área de recursos pesqueiros e em um dos casos por ter que se contentar em fazer bicos pois não aparecem oportunidades de trabalho fixas.

Esse não é um problema enfrentado somente a nível local, a questão do desemprego afeta todo o país e seus índices têm sido crescentes ano após ano. Ao observarmos os dados trimestrais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua-PNADC (IBGE, 2019), fazendo o comparativo ente os anos de 2012 a 2019, vemos que as taxas de desocupação tem aumentado consideravelmente, subindo de 7.9% no 1º trimestre de 2012 para 12.7% no mesmo período de 2019, com uma leve queda até maio deste ano, ficando estimada em 11.8%, o que se traduz em aproximadamente 13 milhões de pessoas desocupadas no Brasil (Quadro 9).

Quadro 9 -Taxas de pessoas classificadas como desocupadas no Brasil, comparativo 2012 a 2019

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
nov-dez-jan		7,2	6,4	6,8	9,5	12,6	12,2	12,0
dez-jan-fev		7,7	6,7	7,4	10,2	13,2	12,6	12,4
jan-fev-mar	7,9	8,0	7,2	7,9	10,9	13,7	13,1	12,7
fev-mar-abr	7,7	7,8	7,1	8,0	11,2	13,6	12,9	12,5
mar-abr-mai	7,6	7,6	7,0	8,1	11,2	13,3	12,7	12,3
abr-mai-jun	7,5	7,4	6,8	8,3	11,3	13,0	12,4	12,0
mai-jun-jul	7,4	7,3	6,9	8,5	11,6	12,8	12,3	11,8
jun-jul-ago	7,3	7,1	6,9	8,7	11,8	12,6	12,1	
jul-ago-set	7,1	6,9	6,8	8,9	11,8	12,4	11,9	
ago-set-out	6,9	6,7	6,6	8,9	11,8	12,2	11,7	
set-out-nov	6,8	6,5	6,5	9,0	11,8	12,0	11,6	
out-nov-dez	6,9	6,2	6,5	8,9	12,0	11,8	11,6	

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE,2019).

O desemprego estrutural se reflete na oferta de trabalho nas diversas regiões do país, independente da área ou de nível de qualificação, é mais evidente nos grandes centros urbanos, onde há maior concentração demográfica, no entanto, é sentido também nos locais de menor desenvolvimento econômico, como é o caso de Maués-AM, onde a oferta de trabalho é mais voltada aos serviços públicos, sendo necessário se criarem outras alternativas para contornar essa realidade.

Quanto à melhoria na qualidade de vida/condições financeiras após a conclusão do curso técnico (influenciou ou não?)

Conforme dados do quadro 10, a maioria dos egressos, nove dentre os entrevistados, não consideram que a formação técnica influenciou na qualidade de vida ou na melhoria de

suas condições financeiras, porém seis deles tem expectativas de que isso aconteça, cultivando o desejo de atuarem na área de formação, pois foi com esse objetivo que ingressaram no curso, como descrito nas falas abaixo.

Quadro 10 - Melhoria da qualidade de vida e / ou financeira

Categorias	Subcategorias	Frequência absoluta
A- Influenciou	Influência Direta	1
	Influência Indireta	2
B- Não influenciou	Tem expectativa	6
	---	3
Preleção em relação às categorias		
Categoria A- Influenciou		
Influência direta	“Com certeza, melhorou bastante, teve influência porque foi através dele que eu consegui um emprego.” (P11)	
Influência indireta	“Com certeza teve influência sim, não diretamente, mas tem algumas coisas que influenciaram, [...] que a gente pôde extrair do curso.” (P2) “Sim, influência teve, principalmente no trabalho, eu trabalhava como secretária doméstica, com esse aprendizagem eu comecei a praticar lá, na parte da alimentação, e outras coisas [...], ela sempre me perguntava o quê que eu tinha aprendido, [...] ela pedia alguma opinião, aí eu dava.” (P4)	
Categoria B- Não influenciou		
Tem expectativa	“Olha, quanto a trabalho não, mas em expectativa, assim, na vida profissional, sim, tudo melhorou.” (P3) “[...] eu quero muito trabalhar com a piscicultura, eu falo até hoje [...], pra gente pegar uns casais de cará, umas alevinagem pra gente criar, da própria região mermo, como o tempo de cheia dá muita falta de peixe, isso seria uma boa oportunidade, porque o tambaqui em si ele é um peixe rendável, mas pra quem tem uma verba financeira boa, já como o cará, ele tem um crescimento rápido, seria mais viável pro consumidor de baixa renda, como ele é mais rápido, tem menos custo, a gente pode vender pelo um preço mais barato.” (P6) “Ainda não teve influência, mas eu espero que tenha futuramente.” (P7) “Através do curso que fomos ministrar [...] sobre ração foi o qual a gente conseguiu angariar um fundo, infelizmente não tem mercado no nosso município e eu tenho certeza que se tivesse iria ajudar muito, porque tem muitos conhecimentos que eu peguei em sala de aula, nas aulas práticas que tá guardado e que eu posso passar pra outras pessoas, como eu fui qualificada e não tô exercendo no momento, atualmente não teve nenhuma influência.” (P9) “Não, não tive influência pra nós, até o momento não, por causa que essa oportunidade nós não tivemos.” [...] “Se tivesse tanque aqui, com certeza nós taria melhor.” (P12)	
---	“Não” (P1, P5, P8, P10); não teve influência nenhuma” (P5); “[...] até agora” (P10); “[...] porque eu acabei não atuando né.” (P5)	

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

De fato, a formação técnica em recursos pesqueiros não tem influenciado diretamente na melhoria das condições financeiras destes egressos, considerando que têm se mantido através de profissões diversas, não indicando alteração significativa de seu poder aquisitivo anterior e posterior à formação, exceto em um dos casos, entretanto os discursos revelam que houve influência positiva em outros aspectos.

Apesar da dificuldade em mesurar o nível de contribuição dessa formação em sua qualidade de vida, os benefícios são concernentes aos conhecimentos adquiridos que podem ser aproveitados em outras atividades que desenvolvem e também à ampliação de suas

possibilidades de atuação profissional, como destacado em algumas falas, quando apresentam de forma detalhada uma gama de conhecimentos adquiridos durante a formação que sem dúvida os capacita para o desempenho da atividade (Quadro 10).

Os resultados obtidos por Sampaio (2013, p. 159) denotam que dentre os egressos que estavam empregados, 66% consideraram que houve um salto qualitativo em sua qualidade de vida, se sentindo entre satisfeitos e muito satisfeitos com o trabalho que exerciam, o autor entende que a formação técnica e profissionalizante representou melhoria expressiva para aqueles que se inseriram profissionalmente. Na amostra total, incluindo os que não estavam trabalhando, 68% avaliaram q a formação trouxe benefícios para sua vida pessoal, percebendo incremento positivo na sua qualidade de vida.

Entretanto, Costa (2015, p. 79), ao pesquisar as contribuições do IFRO na vida dos egressos, o autor ressalta que a inclusão social se restringiu à possibilidade de os alunos terem acesso ao ensino técnico, “não sendo observada nenhuma outra política que ultrapassasse esses limites”, o que indica que no quesito inclusão social, relacionado principalmente às políticas de promoção dos alunos, ainda há muito a ser aperfeiçoado, contradizendo o discurso de fomento do desenvolvimento local através da inclusão social, proclamado em virtude da implantação dos Institutos Federais.

Em nossos resultados, também não foi observado outro benefício além da própria formação e do aprendizado obtido, pois em questão de transformação social não ocorreram mudanças significativas na vida do egresso, principalmente pela carência de oportunidades de trabalho, como eles mesmo relatam, estando essas melhorias no campo das expectativas, de que venham a contribuir futuramente.

Para Pacheco (2011) a educação proposta pelos institutos federais entende a educação como um instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, que é capaz de modificar a vida social, atribuindo maior sentido ao conjunto da experiência humana. E assim deve ser pensada, pois qual o sentido de uma instituição que não impacta positivamente na vida do educando?

Os Institutos Federais, como qualquer outra instituição de ensino, não podem “carregar nas costas” a responsabilidade de por si só alterar a realidade brasileira, as diversas esferas públicas deveriam trabalhar conjuntamente, cabendo ao município articular ações de desenvolvimento e inclusão social. Mesmo os IFs não tomando para si essa responsabilidade que é de todos, precisam atuar com vistas a gerar contribuições nesse sentido, é uma proposta desafiadora e, no decorrer desses quase 10 anos de implantação não são observados resultados homogêneos, há certa diversidade do que é visto no âmbito local, das demais realidades apresentadas nesse estudo.

Os conhecimentos adquiridos no curso e suas contribuições no âmbito profissional e em demais aspectos da vida do egresso

Para essa questão todas as respostas foram positivas, comprovando que independente dos caminhos que o egresso venha a percorrer o arcabouço de conhecimentos adquiridos durante o processo formativo pode vir a ser utilizado (Quadro 11).

Quadro 11 - Conhecimentos adquiridos e suas contribuições para a vida do egresso

Categorias	Frequência absoluta
A- Contribuíram para a vida no geral, em casa e na comunidade	8
B- Contribuíram no exercício profissional	3
C- Contribuíram na verticalização	1
Preleção em relação às categorias	
Categoria A- Contribuição para a vida no geral, em casa e na comunidade	
<p>“Contribuí” (P1, P2, P4, P6, P7, P10, P11, P12); “[...]um pouco, mas no geral ajuda na minha vida sim” (P1); “[...] porque tipo, tem a ver comigo” (P11); “bastante” (P6, P7, P10); “[...] aprendi muita coisa (P2, P4, P6, P12), principalmente na parte da filetagem, que a gente como trabalha em casa, a gente faz alimento, na parte da higienização dos alimentos, como preparar, e também eu pude ajudar algumas pessoas, tem a parte de como fazer o viveiro, como ver o Ph da água, a parte da alimentação dos peixe, foi bastante proveitoso” (P4); “[...] pra vida (pP1, P2, P7, P6), pro profissional, conhecimentos ambientais, como sociedade em geral também” (P7); “eu vou muito pro interior e a gente tenta repassar pro povo que mora no interior [...] a gente aprende a lidar com a convivência das pessoas, pra ensinar um pouco de cada coisa que aprendeu” (P10); “como eu fui criado em cidade ribeirinha, eu já tinha conhecimento de ver os peixes, mas não sabia qual era a finalidade deles ou o que eles faziam no rio, sobre a piracema, sobre o tucunaré quando cria aquela mochila, então, tudo isso foi uma consciência nova que eu fui aprendendo ao longo do curso pra vida, antigamente eu já andava com isso, mas não sabia como era, e lá eu já tive oportunidade de esclarecer essas minhas dúvidas, porque a gente entrou eu não sabia de nada, pra mim criar peixe, eu nunca tinha visto, aí quando a gente entra vai aprendendo fazer a biometria, cálculo de ração, alevinagem, fazer transporte, tudo isso aí requer uma técnica, requer tempo, ter hora pra levar, se você não coisar direito seu alevino morre, no transporte tem que ter aerador, tudo isso contribuiu [...]” (P6); “[...] eu tive mais visão de como criar peixe, como a gente tratar de peixe, como fazer ração, isso a gente sabe fazer, é de macaxeira, é de pupunha, é de fruta do mato, a gente pode fazer a ração” (P12);</p>	
Categoria B- Contribuíram no exercício profissional	
<p>“Sim” (P5, P8, P9); “[...] foi um aprendizado legal, que pode também ajudar em outros ramos profissional” (P5); “muitas das coisas que você vai trabalhar, por exemplo, atualmente eu trabalho com gado,[...] quando você vai fazer um cálculo de conversão alimentar, o cálculo é o mesmo, claro que são conversões diferentes, ou fazer formação de ração, estimar quantidade de ração pra cada um, então tem muita coisa que correlaciona com a outra” (P8); “[...] não só o conhecimento na área de recursos pesqueiros, como os conhecimentos específicos em outras coisas me levaram a melhorar no emprego, porque apesar de eu não tá trabalhando na área, tudo que eu aprendi ficou guardado e é um aprendizado que vai ficar pro resto da minha vida, a gente aprende não só na área [...], mas a gente tem tecnologias, outras matérias, como construir um tanque no desenho técnico, eu achava que pra criar um peixe era só jogar no rio, furar um buraco e jogar os peixes lá e pronto tá feito! não, e através do curso eu aprendi que precisa tudo um aparato muito melhor.” (P9)</p>	
Categoria C- Contribuíram na verticalização	
<p>“Sim, contribuíram e muito! [...] tudo que a gente faz, o conhecimento que eu adquiri serviu pra eu fazer um outro técnico, e hoje eu ingressei numa faculdade, na UEA, então, pelo que eu pude ver foi ligando as coisas, recursos pesqueiros, meio ambiente e agora eu tô fazendo pedagogia do campo, tudo voltado pra área rural, mexer com a terra!” (P3)</p>	

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Dos entrevistados, oito (08) ou seja, 66,7% disseram que o aprendizado que obtiveram durante a formação foi útil para a vida no geral, nas atividades domésticas e no serviço à comunidade, três (03) disseram haver contribuição no exercício de suas profissões, mesmo em área diversa da formação e somente um (01) declarou ter auxiliado em seu processo de progressão horizontal e verticalização, contribuindo com seu acesso ao ensino superior (Quadro 11).

Quando os egressos declararam que os conhecimentos adquiridos no curso contribuíram positivamente em aspectos da vida pessoal e social, demonstram que, apesar de importante, a formação técnica focada na atuação profissional não é o objetivo principal a ser alcançado pelos envolvidos no processo educativo, e sim a formação de um cidadão consciente, atuante, crítico, cujas habilidades sejam aperfeiçoadas e ampliadas, facilitando suas práticas, através de conhecimentos integrados à valores e condutas éticas, com

consciência social que se traduza na melhoria de seu cotidiano e de suas expectativas futuras, como observado.

Ao compararmos nossos resultados com os descritos por Costa (2015) em que ele mostra que para 41% dos alunos entrevistados no IFRO, os conteúdos aprendidos durante o curso técnico apresentam relevância na atividade laboral, houve ainda 22% dos alunos que, mesmo não estando no mercado de trabalho, seguiram a vida acadêmica, e analisam os conteúdos do curso como relevantes para o desenvolvimento de suas atividades, conforme o autor esses dados indicam que, para a maioria dos alunos, a formação recebida mostrou-se positiva, confirmando uma das propostas estabelecidas pelo instituto: um processo formativo que atende as necessidades do mundo do trabalho. Diferentemente dos estudos de Costa (2015), os egressos do IFAM não têm tido tanto êxito na inserção profissional, porém, valorizam os conhecimentos adquiridos, unicamente por o possuírem, e por poderem utilizá-los em outras atividades.

Nota-se que o profissional formado possui uma gama de conhecimentos que são úteis para além do mundo do trabalho, utilizando em sua prática cotidiana, tanto no exercício profissional quanto em outras atividades, um deles revela a similaridade entre os cálculos aprendidos durante a formação e os realizados em sua atividade atual, no ramo agropecuário, outro informa que tem contribuído na comunidade, transmitindo seu aprendizado a outras pessoas, e ao disseminar esses conhecimentos no seu entorno, contribuem na resolução de problemas dia a dia do meio rural.

Mendes e Chagas (2013) propõem uma abordagem sociocultural do aluno não somente em seu aspecto profissional, mas principalmente como um ser social, pensamento corroborado pelo que preconiza Vygotsky,

“O teórico pretendia uma abordagem que buscasse a síntese do homem como ser biológico, histórico e social. Ele sempre considerou o homem inserido na sociedade e, sendo assim, sua abordagem sempre foi orientada para os processos de desenvolvimento do ser humano com ênfase da dimensão sóciohistórica e na interação do homem com o outro no espaço social” (PASSOS; RABELLO, 2009, p. 3).

E, realmente, é o que ele é antes de tudo, um ser biológico, fruto de influências históricas e interrelações sociais, em que seu desenvolvimento esta pautado pelas trocas onde cada membro da sociedade contribui para o processo de ensino-aprendizagem, e nesse compartilhar de conhecimentos reforça a sua função e responsabilidade social como disseminador de conhecimentos e agente de transformação em seu meio.

Para Ciavatta (2005) a formação geral é parte inseparável da formação para o trabalho em todos os processos educativos e produtivos, e a Educação Profissional por sua vez deve garantir o direito a uma formação ampla, amplitude esta, que segundo a autora, possibilite a leitura crítica do mundo, a atuação como cidadão e a emancipação humana.

Nesse sentido a formação profissional tem trazido enorme contribuição para esses egressos e independente do caminho que percorrerem a formação agrega na vida deles, que não seja meramente tecnicista, formando profissionais para adequá-los a necessidades do mercado, mas formando para a sociedade, trazendo possibilidades de desenvolvimento pessoal e coletivo contínuo.

4.3 Competências profissionais adquiridas e o sistema produtivo local

A fim de identificar se as competências profissionais previstas no Projeto Pedagógico do Curso- PPC se efetivam como resultado do processo de aprendizagem do aluno e

correlacioná-las com as exigências do sistema produtivo local foi realizada a análise documental voltando o olhar para o referido documento e à Matriz Curricular contida nele, confrontando com as percepções do agora egresso, obtidas através de entrevista, referentes à aspectos de sua formação e do mercado de trabalho no município de Maués.

A matriz curricular do curso técnico em recursos pesqueiros é composta por 21 matérias, distribuídas em 3 módulos semestrais, totalizando 1.020 h de curso, que acrescidas à carga horária reservada às atividades de estágio ou ao projeto de conclusão de curso- PCCT, resultam em uma carga horária final de 1.270 h.

Os objetivos do curso descritos no seu Projeto Pedagógico- PPC/Recursos Pesqueiros (IFAM, 2010,p.10) são de contribuir para a formação crítica e ética do indivíduo frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade, estabelecer relações entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia e suas implicações para a Educação Profissional, além de comprometer-se com a formação humana, buscando responder às necessidades do mundo do trabalho. No mesmo documento temos caracterizado o perfil profissional do técnico em recursos pesqueiros aqui em resumo:

O Técnico em Recursos Pesqueiros é o profissional com conhecimentos integrados aos fundamentos do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, com senso crítico postura ética, consciência ecológica, desenvolve atividades profissionais, demonstrando iniciativa, liderança, cortesia e presteza. [...] saber lidar com o manuseio de documentos e procedimentos burocráticos, analisar e avaliar os aspectos técnicos, econômicos e sociais da cadeia produtiva dos Recursos Pesqueiros. [...] ser um agente impulsionador do desenvolvimento sustentável da região, integrando a formação técnica e inovação tecnológica ao saber dos povos tradicionais na perspectiva de uma formação continuada. Habilitado a desempenhar atividades de planejamento, execução, acompanhamento e fiscalização de todas as fases de projetos aquícolas, interagindo de forma criativa, dinâmica e responsável no mundo do trabalho e na sociedade, devidamente credenciado pelo órgão regulador da profissão (PPC – RECURSOS PESQUEIROS/IFAM, 2010, p.9).

Ao concluir as etapas formativas, em conformidade com o que preconiza o PPC – Recursos Pesqueiros (IFAM, 2010b, p.10-14), esse profissional deve estar habilitado a:

- Desenvolver atividades relacionadas à pesca extrativa e piscicultura;
- Identificar embarcações de acordo com o tipo de pesca;
- Identificar as espécies com potencial de exploração econômica e sustentável;
- Dominar as operações de embarque e de desembarque;
- Operar equipamentos como radares, bússolas, GPS, barômetros e outros;
- Interpretar sinais de comunicação radiotelefônica e utilização de equipamentos de comunicação;
- Elaborar e manipular apetrechos e equipamentos utilizados no desenvolvimento da atividade pesqueira e de piscicultura;
- Beneficiar o pescado dentro dos padrões de qualidade e de segurança alimentar;
- Auxiliar nas áreas de engenharia da pesca, biologia pesqueira e outras áreas afins;
- Acompanhar a implantação e construção de projetos aquícolas;
- Atuar em laboratórios de produção de alevinos e pós-larvas de peixes;
- Fomentar a pesquisa e a extensão na produção de organismos aquáticos.
- Acompanhar os trabalhos de manutenção de embarcações de pesca;
- Capacitar pescadores e aquicultores num processo de transferência de novas tecnologias;
- Desenvolver técnicas de pesca e aquicultura inovadoras, buscando o aumento sustentável da produção pesqueira;

- Desenvolver planos de trabalho para atuação dos profissionais na indústria de beneficiamento de pescado;
- Desenvolver projetos de cultivo de organismos aquáticos;
- Demonstrar cuidado com a apresentação pessoal, no exercício das atividades profissionais;
- Desenvolver procedimentos de primeiros socorros e segurança do trabalho;
- Dominar as ferramentas básicas da Pesca e Piscicultura;
- Analisar e avaliar os aspectos técnicos, econômicos e sociais da cadeia produtiva dos Recursos Pesqueiros;
- Planejar, orientar e acompanhar as operações de captura, de criação e de despesca;
- Aplicar a legislação e as normas ambientais, pesqueiras e sanitárias vigentes, além de outras inerentes à área;

Além das atribuições práticas acima inerentes à atividade, o profissional formado, conforme o PPC – Recursos Pesqueiros (IFAM, 2010b), deve desenvolver suas habilidades interpessoais, executar suas atividades demonstrando iniciativa, liderança, cortesia e presteza, saber trabalhar em equipe, ter criatividade, responsabilidade, autonomia e capacidade empreendedora, bem como conhecer e utilizar as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação para o trabalho, posicionar-se de forma ética e crítica frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade, compreendendo sua gênese, transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm como produtos da ação humana e do seu papel como agente social e dessa maneira efetivar o que experienciou na teoria e prática (práxis) da execução do curso.

Os atributos requeridos estão em consonância com as transformações do mundo globalizado, na sociedade do conhecimento a atividade produtiva exige do trabalhador além do preparo técnico, o pensamento crítico, reflexivo, e habilidades para agir e se adaptar rapidamente às mudanças. Para Silva e Cunha (2002), o diploma não garante a empregabilidade, que está relacionada à qualificação pessoal, onde as competências técnicas devem ser associadas à capacidade de decisão, de adaptação, de comunicação e de trabalho em equipe.

Ora, o que está prescrito nos documentos, como o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/IFAM) e o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros (PPC), tem se materializado ao longo do processo formativo, imbuído pela formação humana integral e pela prática pedagógica onde a autonomia é um fator preponderante? as competências neles requeridas têm sido de fato adquiridas ou aperfeiçoadas satisfazendo as necessidades pessoais e profissionais do indivíduo, relacionadas à vida em sociedade e ao mundo do trabalho? A fim de obtermos tais informações inquirimos aos egressos do curso em tela que trouxeram suas percepções sobre a aprendizagem e capacidade de atuação como profissional de recursos pesqueiros em meio aos dilemas e potencialidades do setor na região.

Os conhecimentos adquiridos durante a formação técnica e a percepção do egresso quanto ao seu preparo para o exercício da profissão

Dentre os participantes, todos responderam positivamente, afirmando que adquiriram as competências necessárias e que se sentem preparados para exercê-la, conforme demonstrado no Quadro 12, alguns citam as aulas práticas como fator relevante nesse processo e outros mencionam o estágio como etapa que contribuiu positivamente para a sua aprendizagem. Apesar de se considerarem aptos a atuarem como técnicos em recursos

pesqueiros três dos entrevistados ainda demonstram certa insegurança, indicando a necessidade de mais aulas práticas e estrutura de laboratórios e taques para melhorar o ensino e conseqüentemente aprimorar seus conhecimentos.

Quadro 12 - Percepção dos egressos relacionada às competências adquiridas e seu preparo ao exercício da profissão

Categorias	Frequência absoluta
A- Sim, se sente preparado	4
B- Sim, cita as aulas práticas como fator relevante	3
C- Sim, cita o estágio como fator relevante	2
D- Sim, sente certa insegurança	3
Preleção em relação às categorias	
Categoria A- Sim, se sente preparado	
“Sim” (P2, P3, P5, P7); “considero[...]” (P2); “eu me sinto preparada.” (P3)	
Categoria B- Sim, cita as aulas práticas como fator relevante	
“[...] a expectativa logo que eu entrei era totalmente diferente, mas quando eu comecei a estudar, ver qual era a finalidade que o curso tinha, aí eu fui pegando gosto, eu entrei num jogo que eu não sabia e acabei gostando. Tudo o que os professores ensinaram, eles ensinaram muito bem! eu saí como um bom técnico, nesse ano nós tinha feito muita prática então, eu saí de lá capaz de realizar as funções, de exercer.” (P6)	
“Com toda a certeza, até porque eu já tive a experiência de botar em prática coisas que eu aprendi no curso.[...] Particpei ministrando um curso de preparação da ração no município de Carauari, eu e mais dois colegas, tivemos o privilégio de passar 15 dias nas comunidades ribeirinhas, com o objetivo de passar pros alunos lá como foi o nosso aprendizado, sobre a víscera do pirarucu, que lá utilizam muito, e a gente levou o conhecimento que a gente aprendeu aqui pra lá. Eles descartavam, depois do curso que a gente deu pra eles vão dar mais valor naquilo, era coisas que eles jogavam pro jacaré comer, não sabiam que aquilo ali tinha uma proteína muito grande pra fazer ração, não só pros peixes como pros quelônios também.” (P9)	
“Sim, porque a gente aprendeu com grandes profissionais, que explica muito bem, e a gente foi fazer prática lá pro interior. As prática do curso foram muito satisfatórias pra nós porque naquele tempo tinha o recurso pra gente viajar, pra ir nas comunidades, a gente dormia lá, aprendia cada vez mais a melhorar nosso profissional [...] tivemos muitas experiências e foi muito ótimo pra nós.” (P10)	
Categoria C- Sim, cita o estágio como fator relevante	
“Sim. Na época, como primeira classe, nós tivemos muita falta de equipamentos, teve toda essa situação, quando é pioneiro isso acontece, mas tivemos uma riqueza de conhecimento que nos foi passado, que no meu caso proporcionou dominar todo esse processo de produção. Até fazer estágio, com certeza contribuiu, fizemos o estágio em Balbina, reprodução assistida, arraçoamentos, [...] todo esse trabalho enriqueceu muito.” (P8)	
“Se aparecer nós tamo preparado pra isso, [...] hoje eu tenho certeza que eu sou preparado pra fazer um tanque escavado, um tanque rede, qualquer tipo de trabalho num tanque, nós fomos preparados, porque lá estudamos tudo, até topografia, como tirar uma área, como testar a terra, tudo isso, não faltou nada não. Até no estágio, eu fiz tudo tipo de trabalho ali, [...] o ruim é que o cara não senta, é em pé o dia todinho, mas aí, como a gente tá acostumado na batalha, a gente leva por esporte, eu carreguei peixe, congelei peixe, conferi peixe, ensacolei, então pra mim, foi muito rico o meu estágio, muito rico mesmo, o que eu tive de aprender lá eu aprendi, um bocado de coisa.” (P12)	
Categoria D- Sim, sente certa insegurança	
“Sim, foi suficiente, mas, acho que pra gente aprender mais sobre recursos pesqueiros deveria ter um local adequado pra gente fazer a prática, laboratório, ter um local específico pra gente poder trabalhar melhor com criação de tambaqui e outras espécies também.” (P1)	
“Bom, ainda tem algumas dificuldades, é claro [...], mas me identifiquei muito na parte que a gente tinha que fazer o estágio, foi o que eu gostei bastante, pra área que a gente foi, pra parte da filetagem, eu estagiei lá no Seu Valmor e foi bastante proveitoso, eu aprendi várias coisas. Inda falta mais uma segurança, adquirir mais outros conhecimentos.” (P4)	
“Sinto, porque eu acho que num dá tipo bem, mas com a formação que eu tive dá de seguir em frente como profissional na área. Acho que a gente precisava ter mais prática, não muita teórica.” (P11)	

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Conforme respostas obtidas através do formulário aplicado, 100% dos participantes consideram a matriz curricular do curso adequada para a sua completa formação profissional e que a carga horária das disciplinas foi suficiente para sua aprendizagem. Dos 12 entrevistados, dois alunos fizeram Projeto de Conclusão de Curso- PCCT, os demais realizaram o estágio curricular obrigatório, e ao responderem qual o grau de importância do estágio supervisionado no processo formativo do aluno, todos o consideram como uma etapa importante ou muito importante para sua formação (Gráfico 5).

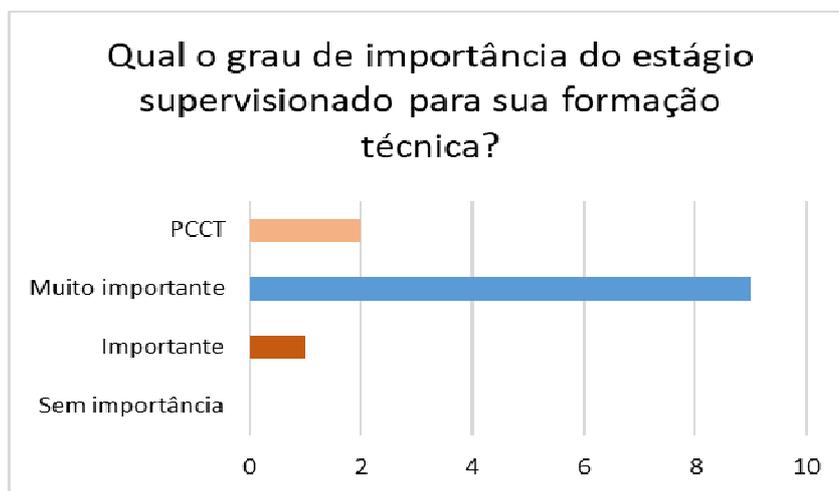


Gráfico 5 - Importância do estágio para a formação técnica

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O Regulamento do Estágio Profissional Supervisionado dos Cursos Técnicos de Nível Médio, Cursos Superiores de Tecnologia e Bacharelado do Instituto Federal do Amazonas, aprovado através da Resolução nº 96- CONSUP/IFAM/2015 (IFAM, 2015d), em seu art. 2º, diz que o estágio “é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo do discente/ estagiário que estejam regularmente matriculados em um dos cursos do IFAM”.

Ao sinalizarem que esta etapa foi fundamental para sua aprendizagem demonstram a importância da aplicação do conteúdo teórico para sua fixação, proporcionando não apenas a compreensão, mas domínio das etapas da cadeia produtiva do pescado. Somente a sala de aula não dá a dimensão da realidade do mundo do trabalho, quando o aluno vivencia na prática a execução das etapas do processo de produção, essa experiência prévia dentro do contexto profissional, onde se depara com a realidade do ambiente laboral, faz com que se sintam mais seguros e capazes de realizá-las e ao buscarem uma colocação no mercado de trabalho já possuírem certa experiência.

Em relação às atividades de campo e aulas práticas, as falas acima descritas mostram que foram determinantes na formação deste egresso, ao relatarem como contribuíram na construção do seu conhecimento tornando-os aptos a realizarem suas atribuições profissionais.

As figuras 1, 2, 3 e 4 mostram algumas dessas aulas realizadas em propriedades particulares da cidade de Maués, parceria firmada entre os professores do curso e pequenos produtores que desenvolvem a piscicultura no município. Levar o aluno ao contato direto com o ambiente onde futuramente poderão estar atuando, proporciona-lhe vivenciar a realidade, dá a dimensão da aplicabilidade do que tem aprendido, retirar da sala de aula apresentando conteúdos vivos dá sentido aos conhecimentos apresentados.

Ao aliar o conteúdo teórico às atividades que o exemplifiquem, além de estimular e tornar o processo de ensino-aprendizagem mais interessante, o docente oportuniza ao aluno

uma visão diferenciada do que está sendo transmitido, ampliando sua compreensão, dando-lhe um vislumbre de sua atuação como profissional e das possibilidades de aplicação dos conhecimentos adquiridos no meio em que estão inseridos.

Figura 1- Aulas de campo em propriedades particulares do município



Foto: Acervo prof. Anndson Brelaz, 2019

Figura 2- Aulas de campo em propriedades particulares do município



Foto: Acervo prof. Anndson Brelaz, 2019

Figura 3- Aulas de campo em propriedades particulares do município



Foto: Acervo prof. Anndson Brelaz, 2019

Figura 4- Aulas de campo em propriedades particulares do município



Foto: Acervo prof. Anndson Brelaz, 2019

Mendes e Chagas (2013) através de seus estudos com alunos dos cursos técnicos em Recursos Pesqueiros no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte-IFRN concluem que as aulas de campo incentivam ao aprendizado e reiteram, a partir de relatos próprios dos alunos, a importância de atividades práticas em sala de aula e também em laboratórios, a fim de motivar e ressignificar a aprendizagem.

Além da preocupação em proporcionar aos alunos um contato direto com as situações reais da atividade pesqueira para que possam visualizar de forma concreta os conceitos teórico-científicos adquiridos em sala de aula e compreender suas aplicações práticas, há também o fator identificação, caracterizado pela declarada ligação dos sujeitos da pesquisa com o meio rural.

Essa proximidade reforça o que compreendemos como teoria da aprendizagem significativa, teoria de ensino proposta por David Ausubel, que defende que os novos conceitos acessados pelo indivíduo interagem com os seus conhecimentos prévios, chamados de estrutura cognitiva, sendo este o fator mais importante a influenciar o aprendizado: o que o aprendiz já conhece.

Ronca (1994, p. 92), apresenta o entendimento de Ausubel sobre aprendizagem significativa, levando à compreensão de que “novos significados são adquiridos quando símbolos, conceitos e proposições são relacionados e incorporados à estrutura cognitiva de uma forma não arbitrária e substantiva”. Nela o conceito de mediação e transferência se fazem presentes, pois no processo de mediação “para que haja aprendizagem significativa é necessário que se estabeleça uma relação entre o conteúdo que vai ser aprendido e aquilo que o aluno já sabe” e no de transferência traduzindo-se no “impacto da experiência prévia sobre a aprendizagem atual”.

E nesta interrelação, conforme Ronca (1994, p. 95) a construção do conhecimento passa a ser uma tarefa coletiva, levando-se em consideração a necessidade da associação do conhecimento do contexto no qual a escola e o aluno estão inseridos, permitindo uma compreensão da realidade cada vez mais abrangente.

Quando o egresso, mesmo afirmando se sentir preparado para atuar como um técnico em recursos pesqueiros, mas demonstra certa insegurança, parte desta é atribuída por alguns à quantidade reduzida de atividades práticas e a falta de infraestrutura para realização das mesmas, fato contestado por outros entrevistados, quando dizem ter tido a oportunidade de aplicar bastante o conteúdo teórico através das atividades de campo e em laboratório, havendo inclusive recursos para isso (Quadro 12), o que nos leva à compreensão de que em cada turma e no decorrer do tempo as atividades de ensino se davam de maneira diferenciada e de acordo com as possibilidades financeiras e estruturais disponibilizadas pelo *campus*.

A esse respeito apresentamos alguns recortes das falas dos egressos quando foram questionados se gostariam de acrescentar algo mais sobre suas perspectivas e necessidades, assim, os participantes P9, P1 e P8 contribuíram:

“Com relação ao curso eu não tive nenhuma dificuldade porque, graças a Deus a estrutura o campus deu, [...] em termos de aulas práticas, nós tivemos bastante aulas práticas e que serviu até pra incentivar mais ainda a gente no período que estávamos estudando” (participante P9).

“Era legal se no IFAM tivesse um local fixo pra gente trabalhar lá mesmo. Alguns tanques pra gente fazer a prática, um local que tivesse também um laboratório” (participante P1).

“A principal questão aí, o IFAM, no dia que conseguir fazer as áreas de produção ali vai ser fantástico, a gente quando foi pra Balbina, com todo o conhecimento teórico, chega lá, quando você faz a prática [...] ela te permite um fixação muito grande do que você faz, e até pra esquecer é muito difícil! então esse seria o ponto chave, porque a partir desse momento acho que vai mudar a concepção dos alunos pra essa área, a questão da prática no local” (participante P8).

A estrutura das Unidades Educativas de Produção (UEPs), tão almejadas pelos alunos ainda não são realidade, mesmo assim os docentes buscam alternativas para contornar esta situação, como atividades de pesquisa e extensão, parcerias com produtores locais levando os alunos até suas propriedades para aperfeiçoarem seu aprendizado e visitas técnicas a outros municípios circunvizinhos. Mas para que isso ocorra se faz necessário o suporte do *campus* que conforme relatado, em alguns momentos tem ocorrido e em outros não. Sobre essas dificuldades segue o relato de um dos participantes:

“O que eu quero acrescentar é que a instituição em si ela às vezes duvida muito do pesquisador, [...] uma pesquisa não é fácil! eu tinha que tá fazendo a manutenção dos peixes, a gente fazia do sistema bifásico, criação de

igarapés, tinha que tá acompanhando diariamente, como ficava na estrada a gente precisava do carro, tem vez que as pessoas ficavam ocupando, tem vez que eles não queriam dar requisição pra gente ir, então, acho que o principal erro assim era esse da locomoção. Como é um curso técnico em recursos pesqueiros, como a instituição não tem nenhum viveiro de peixe, assim, na prática a gente tinha que ir em busca de outras propriedades,[...] nós ganhávamos conhecimento da prática e ele ganhava porque ele não pagava técnico pra fazer isso, então, acho que se a instituição ajudasse mais em termo financeiramente com as nossas pesquisas, mesmo com as nossas viagens do curso ajudaria bastante” (participante P6).

Melhorar a estrutura local e o suporte institucional para realização das atividades práticas se mostra fundamental para garantir a manutenção da qualidade do ensino ofertado pelo IFAM campus Maués, especialmente na formação do técnico em recursos pesqueiros, pois quando, segundo eles, não houve uma prática satisfatória, não demonstram total segurança, quando esta ocorreu, a experiência faz com que se sintam totalmente seguros para o exercício de suas atribuições, revelando que estes fatores refletem diretamente na aprendizagem e nível de confiança do egresso. Cabe ressaltar que, apesar desses entraves, os alunos se sentem satisfeitos em relação ao curso e à instituição, principalmente devido à qualidade que atribuem ao ensino recebido e ao corpo docente.

As oportunidades de emprego na área de recursos pesqueiros na cidade de Maués-AM

Sobre as oportunidades de emprego no município voltadas à área de recursos pesqueiros os egressos se dividem entre precária e inexistente, enxergando contudo as potencialidades do setor na região e apontando a necessidade de políticas públicas voltadas para o incentivo nesse sentido, quatro dos entrevistados, 33.3% do total, lamentam o fato de ser necessário buscar sua colocação profissional fora do município, pois aqui não há oportunidades (Quadro 13).

Quadro 13- Oportunidades de emprego na área de recursos pesqueiros no município

Categorias	Subcategorias	Frequência absoluta
A- Precária	---	3
	Enxerga a potencialidade do setor no município	3
B- Não existe	Depende do incentivo do poder público	2
	Necessário buscar fora do município	4
Preleção em relação às categorias		
Categoria A- Precária		
---	“No momento tá bem precário (P1, P11); “acho que não tem muita oferta de trabalho aqui nas proximidades, que deveria ter mais ofertas na área” (P5); “se tivesse um local que ofertasse esse trabalho seria bom, ia ajudar muitas famílias aí que tá precisando duma renda” (P1); “[...] porque foram muitos [...]que teve a oportunidade de concluir, mas o emprego que é o melhor as pessoas não conseguem.” (P11)	
Enxerga a potencialidade do setor no município	“Aqui no município é meio precária a situação, porque são muito poucos os que investem na piscicultura, como o seu Serginho, mas ele não tem uma infraestrutura de mercado grande, ele só vende aqui, então não tem uma demanda de empregar gente, tem o seu Valmor, mas a produção dele é pouca, ele tem aquela piscicultura lá no outro lado do rio, mas só um caseiro dá conta de ficar cuidando, então a oferta em si aqui na cidade é pouca mas com grande potencial no ramo da piscicultura.” (P6) “Então, apesar da grande possibilidade de cultivo aqui, a gente ainda tem um mercado emergente, então, as vagas no mercado são bem pequenas.” (P7) “Aqui é algo um pouco limitado, você tem as atividades que a SEPROR desenvolve de vez em quando, distribui peixes, mas é algo feito pelos técnicos, nós temos aqui o Valmor, ele sim tem, do outro lado tanques de criação de tambaqui, pirarucu, mas ali é apenas duas pessoas. [...] existe um grande potencial, tem águas muito boas, maués-miri	

	por exemplo, só que, pra pessoas empreendedoras, que fazem o curso e queiram por conta desenvolver a atividade, pra suprir o nosso município, visto que em alguns momentos falta peixe e tudo, agora, ofertas de emprego diretamente em si praticamente não existe!” (P8)
Categoria B- Não existe	
Depende do incentivo do poder público	“[...] a gente depende mais do incentivo do poder público já que quase não tem nessa área, a questão de emprego na atividade de recursos pesqueiros no município não existe, se tivesse mais investimento do município, do estado, [...] pras pessoas que chegaram a se formar no curso e não tem uma demanda pra receber esses técnicos pra atuar na área.” (P2) “O que eu posso dizer é que nós temos nossos representantes, mas esse não olha pra esse lado! [...] Ninguém trabalha na área, pode ver, nenhum dos que se formaram! o professor falou pra nós: a primeira turma que vai se formar é a de vocês, eu vou deixar vocês tudo no lugar de vocês, [...] aí depois ele disse: bom meus filhos, eu não vou poder fazer o que eu queria, então eu vou deixar vocês aqui e vocês vão correr atrás e vão conseguir, mas até hoje não conseguimos foi nada.” (P12)
Necessário buscar fora do município	“Não tem mercado aqui na nossa cidade, é muito triste” (P3, P9, P10), “a gente ter a formação e ter que sair daqui pra buscar em outros lugares, eu acho o máximo poder atuar em uma área onde eu tenho o conhecimento, e a oferta de emprego na área do recursos pesqueiros só iria somar pra desenvolver meu trabalho, para colaborar pra comunidade [...] e acredito que atenderia a necessidade do município sim.” (P3) “Até agora eu não vi nada não, de oferta assim.” (P4) “Infelizmente [...], o mercado de trabalho não oferece muitas oportunidades pra gente dessa área [...] eu tenho certeza que se tivesse iria ajudar muito.” (P9) “A minha filha também já se formou lá no IFAM, até agora ela não conseguiu nada, é muito ruim aqui em Maués, [...] tem que ir embora pra Manaus pra trabalhar lá, [...] é difícil.” (P10)

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

As possibilidades de atuação dos egressos do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros, em conformidade com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (MEC, 2014) são diversas, em instituições públicas, privadas e do terceiro setor, tais como: empresas de pesca e de beneficiamento de pescado e setores afins, laboratório de análise da qualidade do pescado, laboratórios de produção de organismos aquáticos em fases iniciais, empresas de cultivo de pescado, entre outras, a dificuldade é que no município não existe essa variedade de instituições que absorvam esses profissionais.

No setor público existe uma unidade do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas- IDAM em Maués, que conforme informado pelo gerente em exercício não tem executado nenhum projeto relacionado à atividade pesqueira atualmente e, em âmbito municipal, a Secretaria de Produção Rural-SEPROR que desenvolve algumas ações voltadas à piscicultura, dispõe de uma unidade demonstrativa com dois tanques escavados conforme apresentados nas Figuras 5 e 6, utilizados para exemplificar aos piscicultores iniciantes como se procede na atividade, e realiza a distribuição de alevinos a produtores cadastrados, que procuram o órgão com interesse em desenvolver a atividade de cultivo. Com relação a postos de trabalho, conforme informado pelo atual secretário, ainda não existe a demanda por técnico em recursos pesqueiros, em razão de já haver um engenheiro de pesca que integra o quadro de servidores da secretaria, disponibilizando toda a orientação e suporte técnico aos produtores.

Figura 5-Unidade demonstrativa de piscicultura-
SEPROR/Maués



Foto: Própria autora, 2019

Figura 6- Unidade demonstrativa de piscicultura-
SEPROR/Maués



Foto: Própria autora, 2019

Vem ocorrendo nos últimos anos uma tímida evolução no que diz respeito à abertura de empreendimentos voltados ao setor pesqueiro, porém estes ainda não demandam mão de obra qualificada permanente, os poucos criadores que existem, cinco identificados atualmente, de início recebem a assistência técnica dos projetos que fomentaram sua implantação e após as primeiras orientações são eles mesmo que lidam no trato diário dos peixes em suas propriedades, trocando informações entre si e procurando os profissionais do IFAM quando surge qualquer dificuldade.

Como exceção, temos o Frigorífico Maués, empresa privada de beneficiamento de pescado instalada na cidade, único local a contratar técnicos formados pelo instituto, entretanto seus postos de trabalho são voltados à função de auxiliar de produção, cujas atribuições não exigem necessariamente a qualificação técnica, todo o suporte especializado que a empresa necessita é realizado através de serviços de consultoria e prestação de serviços, não mantendo vínculo de contratação direta com estes profissionais. Ressalta-se também que algumas das unidades de cultivo, bem como o próprio frigorífico Maués são importantes locais de atividades práticas e de estágio para os alunos do instituto, o que acaba por reduzir ainda mais suas necessidades relacionadas à mão de obra, pois os estudantes já executam diversas tarefas como parte de suas atividades curriculares.

Mediante a essas limitações relacionados à sua inserção no mercado de trabalho estes egressos ainda enxergam a potencialidades do município, conforme Diniz et al. (2010), o baixo Amazonas é grande responsável pelo mercado pesqueiro de águas continentais no estado, se destacando por seu enorme potencial de desenvolvimento desta atividade, tendo em vista que a mesma já ocorre na região e é um dos pilares econômicos para muitas famílias.

Dessa forma, com maior interesse do poder público para alavancar o setor, poderia haver um incremento na atividade, já tradicional na região, como incentivo à criação de novas áreas de cultivo e ampliação do suporte técnico para o fortalecimento das unidades de piscicultura existentes, atendendo ao mercado local, regional e até nacional, movimentando a economia e gerando emprego e renda para a população.

Na Pesquisa Nacional de Egressos (MEC, 2009), comparando-se a evolução dos dados de 2003 a 2007 observou-se uma pequena redução dos que só trabalham e um crescimento significativo dos que apenas estudam, mesmo assim houve positividade no tocante à inserção dos egressos dos cursos técnicos no mundo do trabalho, especialmente na área de formação, demonstrando forte relação da educação profissional e tecnológica com o mundo do trabalho.

Como aspecto importante no resultado da pesquisa também se destaca que o trabalho do egresso era localizado na região onde o mesmo realizou o curso técnico, vindo a reafirmar, conforme os pesquisadores, o papel que a Rede Federal de Educação profissional e tecnológica assume como agente articulador e promotor do desenvolvimento local e regional.

Na pesquisa de acompanhamento de egressos-PAE (IFRN, 2015, p. 37) um outro cenário é apresentado, onde 53,6% dos egressos estavam ocupados, contra 46,4% desocupados, destes, 45,5% concordam estar desempregados pois as oportunidades de trabalho na respectiva área de formação são escassas, além disto, 30,3% dos desocupados mostraram-se pessimistas em relação as expectativas de futuro profissional. Para os autores, com isto, se verifica o problema da escassez estrutural de oportunidades de trabalho, em especial, nos municípios em que o Produto Interno Bruto (PIB), o número de empresas e o salário médio são menores, repercutindo na baixa absorção dos egressos formados naquele campus.

O panorama apresentado é semelhante à realidade local quando constatamos que 33.3% dos egressos não têm a expectativa de uma carreira e entendem que para ter um futuro profissional promissor é necessário ir para outras localidades, diante disto nos questionamos: Qual o sentido de adquirir uma formação profissional, cujo intuito é obter uma profissão e o mercado não oferecer oportunidade de trabalho na cidade onde vivem? Qual o futuro de um curso quando seus candidatos não veem perspectiva de atuação na área? Um cenário desanimador, fato que pode justificar a queda na procura pelo curso ano após ano⁶, conforme dados mostrados anteriormente, 50% dos egressos estão desempregados e lamentam o fato de possuírem qualificação e não poderem atuar em sua área de formação, insatisfação esta expressa na fala de um dos participantes:

“Bom, eu só queria que o curso em si não ficasse somente no ah, eu me formei e tenho o diploma, foi engavetado, e não ter mercado pra isso aqui na nossa cidade, então isso me deixa triste, a gente ter uma formação dessa e muita gente tem que sair daqui pra buscar em outros lugares” (participante P3).

Costa (2015, p. 38), em referência ao sistema de concorrência apregoado por MARX e ENGELS diz que “as relações monetárias impostas pela sociedade capitalista fazem com que os vínculos de trabalho sejam regulados não pela capacitação do indivíduo ou pelo nível de qualificação do trabalhador, e sim pela quantidade de mão de obra a ser ofertada no mercado”, e que independentemente do grau de qualificação de um indivíduo, o que determina o valor de seu trabalho e sua inserção no mercado é a quantidade de mão de obra disponível naquele momento.

Considerando que o mercado de trabalho local não tem absorvido esse profissional, uma alternativa para a geração de renda é a abertura individual ou coletiva de empreendimentos para desenvolver a atividade de piscicultura, a seguir temos um panorama das possibilidades que se apresentam no município.

As possibilidades para empreender no setor Pesqueiro no município de Maués

Para iniciar um empreendimento próprio voltado à piscicultura, a maioria dos entrevistados acreditam ser um negócio lucrativo, se dispuser de um bom capital para isso,

⁶ Conforme informações do setor de registro acadêmico IFAM/CMA, corroboradas pelos dados da pesquisa de Nogueira (2016, p.109-111), que fazendo um levantamento dos cursos técnicos de nível médio na forma subsequente ofertados entre 2013 e 2015 nos *campi* da fase II da expansão da Rede Federal (Lábrea, Tabatinga, Presidente Figueiredo, Parintins e Maués) constata que no *campus* Maués o curso de Recursos Pesqueiros apresenta um déficit de demanda já em 2013 e a situação torna-se crítica no 2º semestre de 2015, com a necessidade de realização de chamadas extras para preenchimento das vagas, concluindo que no *campus* Maués, assim como nos demais *campi* pesquisados, a oferta supera a demanda para o curso de Recursos Pesqueiros.

com indicações da necessidade de incentivo do poder público para fomentar as iniciativas e da burocracia e a legislação como fatores que dificultam nesse início (Quadro 14).

Quadro 14 - Possibilidades para empreender no setor pesqueiro no município

Categorias	Frequência absoluta
A-É um bom negócio, mas precisa dispor de muitos recursos.	8
B-É necessário o incentivo do poder público.	2
C-Burocracia e legislação ambiental dificultam.	2
Preleção em relação às categorias	
Categoria A-É um bom negócio, mas precisa dispor de muitos recursos.	
<p>“Pra empreender a pessoa teria que ter bastante dinheiro pra investir, é uma área que a pessoa requer muito recursos, ração é cara, tudo é caro! (P1)</p> <p>“É possível fazer, os desafios é que os incentivos são escassos na relação de piscicultura, é você conseguir recursos pra fazer um empreendimento seu, e também falta as vezes local [...]. Apesar de ter pouca disponibilidade de recursos é uma saída pra quem é formado e não tem como atuar na área, montar o seu próprio negócio. Não precisa ser grande, basta 1 hectare já dá pra fazer, tem mercado, é um bom negócio, os que são comercializados na cidade muitos vem de Roraima, de Manaus, é bem pouco aqui em Maués, tambaqui e pirarucu é de fora, o seu Valmor fornece, mas é pouco ainda, a grande maioria vem de fora, já daria pelo menos pro mercado local. Falta é o investimento, de resto a pessoa ela é formada na área, ela tem o suporte técnico, falta investir na área de financiamento que é um entrave nessa questão.” (P2)</p> <p>“Pra empreender num é difícil não, é só procura uma pessoa que entenda, assim como ir atrás de recursos que consegue sim, pra algumas pessoas acho que é caro porque precisa de uma área onde possa fazer o tanque, a criação. Tem que ter o tanque, fazer a escavação vai precisar de materiais, trator, é possível sim! se for uma pessoa que realmente ele que fazer, for determinado, tem como sim.” (P4)</p> <p>“Vejo que pode haver sim uma grande dificuldade pras pessoas empreenderem os seus negócios, porque tem que ter bastante recursos pra fazer algo na área de recursos pesqueiros.” (P5)</p> <p>“A dificuldade é de investimento, porque pra manter uma piscicultura, pra fazer um tanque, escavado, semi-escavado, a pessoa pode até ter uma propriedade, mas vai precisar de maquinário, pra terraplanar, pra escavar, pra fazer o compactamento, vai precisar de bomba, de aerador, e é caro! o investimento desse sistema ele é caro, mas tem o mais barato que é o tanque rede, mas uma tela galvanizada tá custando em média uns 800 a mil reais, 1 tela dessa a gente faz um tanque de 3x2x1 de fundura, então, pra poder fazer uma larga escala de investimento, pra vender pro mercado tinha que ter no mínimo uns 10 tanques desses, e fora a ração que aqui pra nós sai cara, vem de Manaus, despesa de barco, aí já sai um pouco pesado pros pequenos produtores, pra quem tá começando, num tem a fábrica de ração aqui [...] tem a artesanal, dá pra fazer larga escala, mas tem que recolher as matérias primas, tudo isso tem como fazer, mas tem que ter um preparo, um investimento, tem que se focar mesmo.” (P6)</p> <p>“Sim, é um mercado em crescimento, ele apresenta boas oportunidades, é possível, mas digamos que a dificuldade está em adquirir recursos, o preço de instalações dependendo do cultivo pode ser uma quantia de dinheiro maior ou menor.” (P7)</p> <p>“Pra empreender a dificuldade maior que tem é o financeiro, mas dizer que valeu a pena fazer esse curso, porque eu sei que se eu tivesse condições financeiras hoje eu teria meu próprio negócio, não estaria trabalhando dependendo dos outros [...], é uma área que se eu botasse em prática mesmo, criar um tanque e começar a praticar o que eu aprendi, tenho certeza que eu ia ter um futuro muito bom financeiro. As pessoas se espantam pensando assim: ah, vou gastar muito! a gente gasta, num vou dizer que não, mas é um dinheiro que a gente não vai ter um retorno no ano seguinte, mas nos próximos anos vai ter, e o retorno é dobrado.” (P9)</p> <p>“Aqui em Maués é muito bom empreender, só que a gente vai ter um pouco de dificuldade porque tudo tem que vir de Manaus, e aí tem que ter dinheiro pra fazer, tem que ter alguém que tenha dinheiro pra financiar, porque a gente não começa assim não, pá, já foi! tem que ter toda estrutura [...]” (P10)</p>	
Categoria B-É necessário o incentivo do poder público.	
<p>“Começar o próprio negócio acredito que não seja tão difícil, o que mais dificulta nesse começo é a falta de políticas públicas na área, porque essa é uma área muito procurada, [...] difícil começar é, da pessoa mesmo, tem que ter capital, mas esse é um bom projeto, extensão de área nós temos bastante, tanto pra tanque escavado quanto tanque rede, então seria bem interessante se a parte governamental olhasse com carinho, pra implementar um projeto aqui na cidade, acredito que teria menos pessoas desempregadas, é que eu já vi projetos sendo implantados e não deram muito certo, então eu acho que</p>	

falta apoio técnico, falta apoio governamental, pessoal pra isso tem e capacitados, nossa cidade já era pra ter, ser exportador de peixes, mas infelizmente nós não temos políticas públicas voltadas pra isso, se temos não estão sendo executadas.” (P3)

“Nós temos nossos representantes, mas esse não olha pro lado dos pobres! Era pra nós ter já nossos tanques aqui no Moraes [...] se tivesse o apoio deles, eu tenho certeza que nós tinha, mas até hoje não temos esse apoio, é difícil. Tem uma dificuldade porque tudo vai pelo dinheiro, que por parceria é muito difícil, tudo tem um gasto,[...] tendo o dinheiro aí a gente tem tudo, porque tem que pagar trator, agora se governo, o prefeito ajudasse a gente, [...] fazer uns tanques pro pessoal trabalhar em cima disso, bom, já era diferente, a gente entrava só com o trabalho dentro dos tanques, aí já melhorava muito, mas a gente não encontra essa parte não. Aqui a região é boa, já foi atestado! Um ano veio uma lancha aí , entrou, [...] fazendo teste em tudo quanto foi rio, e onde deu positivo: Moraes, Maués-miri, Apocuitaua, que deu teste bom, a água, pra fazer tanque rede, agora pra terra aqui é muito bom também, a terra é compactada, não vaza não! Se você fizer um tanque, não precisa tanto botar mistura pra poder calissar [...]. Precisa de apoio, tu sabe que um tanque ele dá muito lucro? muito mais de que você criar o boi, que você criar galinha, por causa que o peixe, ele é tirado com 6 mês, já tá com 1 kg, com 1 ano tá pegando 3 kg, então é bem lucrativo.” (P12)

Categoria C-Burocracia e legislação ambiental dificultam.

“O principal entrave é o selo ambiental, a legislação, se eu não me engano, até dois hectares de lâmina d’água é uma legislação mais simplificada, no caso de tanque rede, mas o pessoal que faz todo esse projetinho é de Itacoatiara, então existe um certo custo, por exemplo, o Valmor, ele tem o conhecimento, o pessoal que já é da área, então ele traz o cara aqui, resolve! agora você imagina uma pessoa que vai começar a desenvolver por conta, esse é o principal entrave. Você tem ração, Manaus e Itacoatiara produzem ração de excelente qualidade, você tem alevinos, a principal situação, que quisesse resolver isso, seria uma consultoria pra projetos.” (P8)

“Eu acho que é possível sim, só que depende, porque tem muita burocracia, lá no trabalho a gente tá tentando fazer um projeto pra ampliar a piscicultura e até agora ainda não conseguiu o dinheiro, que o banco ainda não liberou, porque é tanta da coisa que se a gente for no passo a passo dá vontade até de desistir, é muita lei, normas, projeto que tem que ser aprovado, e vai pelo IPAAM, e volta, e é aquela maior burocracia.” (P11)

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Tendo como base os relatos do Quadro 14, vemos que os egressos consideram a piscicultura uma atividade cara, entendem que é preciso muito dinheiro para iniciar e por isso não empreendem, infere-se que o medo e a falta de recursos já bloqueiem a ideia em seu início, criando barreiras psicológicas e materiais, de não conseguir dar sustentação ao negócio. Há também a questão, não é todo mundo que pretende iniciar um cultivo que vai saber gerenciar um negócio, são habilidades distintas, que um indivíduo pode possuir ou não, a escola também tem o papel de desenvolver essas aptidões.

É reconhecida a importância da legislação ambiental para a preservação do meio ambiente, das espécies nele contidas e para manutenção de seu equilíbrio, mesmo assim, o atendimento a estas normativas, juntamente com a burocracia que integra o processo foi mencionado como fator que dificulta a implantação e ampliação de projetos aquícolas.

A carência de iniciativas estatais e políticas públicas também torna a tarefa bem mais difícil, pois apesar de o município possuir características naturais que favorecem o desempenho da atividade pesqueira, os entrevistados mencionam não possuir a estrutura para iniciar um empreendimento dessa natureza, necessitando de incentivo governamental.

Em consonância com Moares et al. (2010) o pescado é a principal fonte proteica da dieta da população amazonense, representando o alimento diário de pelo menos 400 mil habitantes da zona rural, entretanto, o que se percebe, é que durante muito tempo o setor tem ficado as margens de políticas públicas mais dinâmicas e sustentáveis, políticas estas caracterizadas pelo equilíbrio harmônico da eficiência econômica, equidade social e responsabilidade ambiental, necessárias para atenuar o mau uso dos recursos, a exclusão social dos pescadores artesanais e aquicultores familiares, minimizar o atraso tecnológico na cadeia produtiva e a deficiência qualitativa e quantitativa de assistência técnica.

Dentre todas, a principal dificuldade em iniciar um negócio na área de piscicultura apontada pelos participantes da pesquisa é a econômica, pois afirmam que os serviços para escavação de tanques tem um custo considerável, as telas para tanques rede e demais materiais utilizados são caros, e ainda a manutenção, pois a ração precisa vir de outras localidades e chega com o preço bem alto, mesmo assim consideram viável, pois a geografia da região favorece, existe a demanda do mercado e há um retorno financeiro positivo.

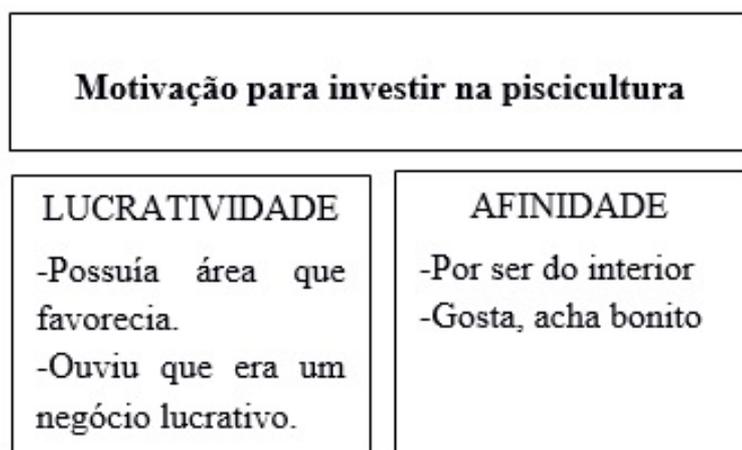
O poder aquisitivo dos entrevistados é baixo, percebendo em média 1 salário mínimo ao mês, três deles inclusive não possuem renda alguma, sendo que apenas um que exerce atividade empresarial declara ter renda superior a dois salários mínimos, conforme apresentado anteriormente na caracterização do egresso (Gráfico 3), logo qualquer valor que venha a ser demandado para investimento se torna elevado, considerando suas condições financeiras.

Políticas públicas são necessárias, o financiamento poderia ser uma alternativa para quem tem o interesse de iniciar no ramo e não dispõe de capital para isto, pois conforme relatos de criadores há um retorno muito interessante, ressaltando-se a cautela na contratação de linhas de crédito disponíveis, com realização de um planejamento minucioso para avaliação da sustentabilidade do negócio, com o intuito de prevenir o endividamento e a inadimplência.

4.3.1 Contribuições dos piscicultores pioneiros em Maués

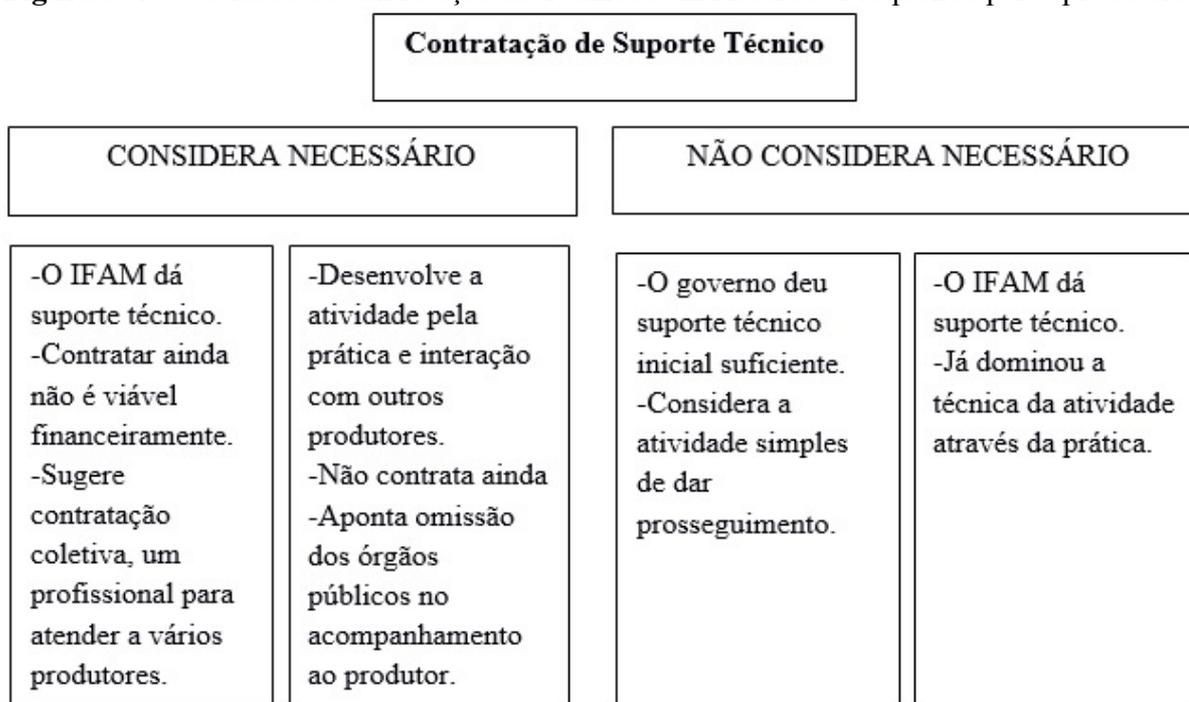
Para entender como tem se desenvolvido os empreendimentos do setor aquícola no município e no intuito de averiguar se as impressões dos egressos estão em consonância com a realidade, conversamos com quatro piscicultores, pioneiros da atividade na cidade de Maués, onde compartilharam sua experiência em contribuição com a pesquisa. Seguem abaixo, organizadas de forma sistemática, as informações prestadas por eles:

Figura 7- Esquema indicativo da motivação do produtor em investir na piscicultura.



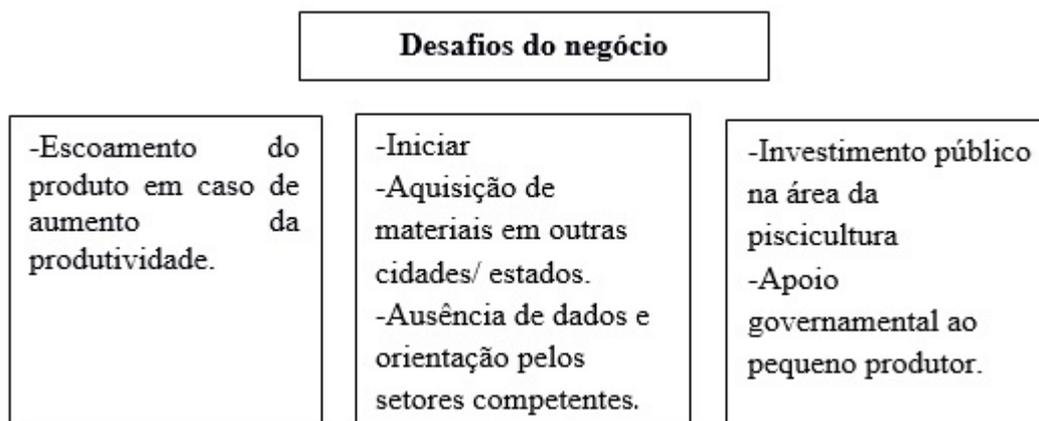
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 8- Necessidade de contratação de Técnicos em Recursos Pesqueiros pelos produtores.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Figura 9- Principais desafios da piscicultura no município de Maués.



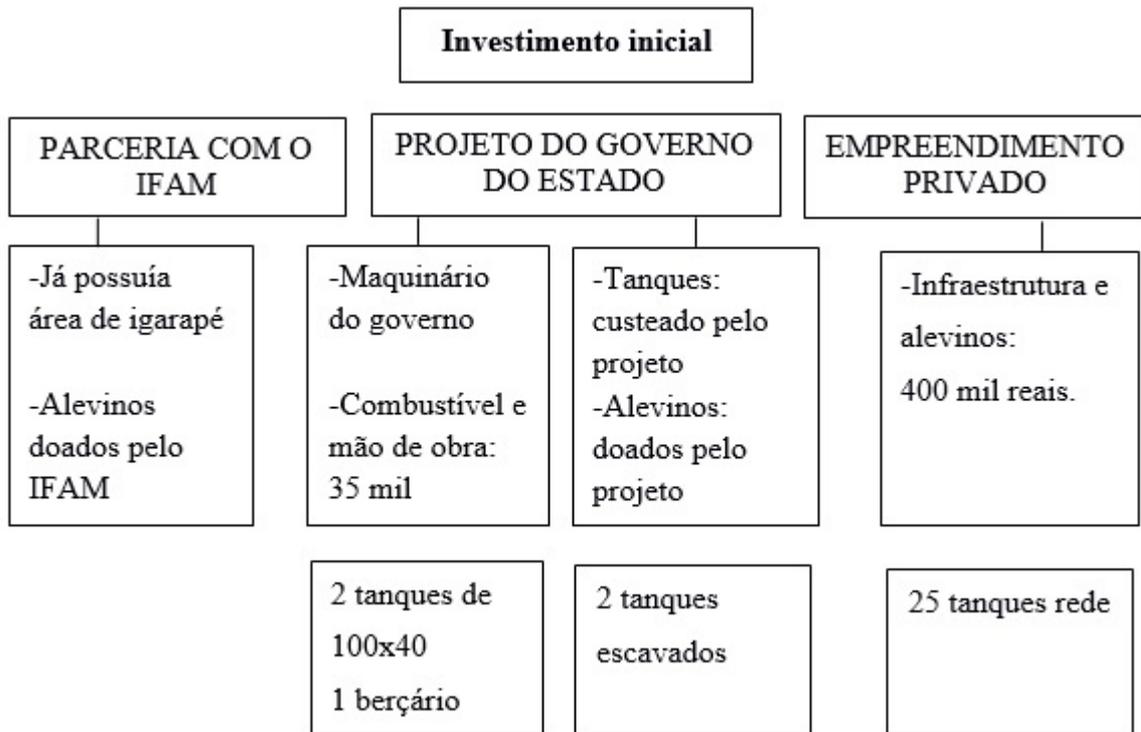
Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Trechos das falas dos produtores importantes de serem destacados:

“É fundamental esse suporte, investir no piscicultor, cresce o estado, cresce o município de maués, porque a pessoa com suas próprias forças fica muito difícil” (empreendedor E4).

“Tu vê só quando falta peixe aí no mercado, só é peixe do viveiro, e vende tudo, [...] a questão é o seguinte, vende! Agora, se eu introduzir muito, [...] botar uns 10 tanques, então isso aqui não vai aguentar, precisa de escoamento” (empreendedor E2).

Figura 10- Investimento inicial de piscicultores atuantes no município de Maués.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Trechos das falas dos produtores importantes de serem destacados:

“O investimento maior é o tanque, ter que fazer o escavado, pra quem vai trabalhar nesse sistema aqui o gasto é menos, tem muitas pessoas que tem água, aqui é um igarapé[...], é do lençol freático, então essa água brota aí na cheia, o oxigênio é muito bom, água boa, nunca tivemos problema” (empreendedor E1).

“[...] 25 tanques rede, se você for transformar isso em tanque escavado, precisa muita área, e ali no rio o custo é menor, tem oxigenação natural, não precisa de aeração, então tem vários benefícios de fazer o tanque rede. Pessoas que vem lá de fora[...] já enxergaram isso também e futuramente, acho que rápido, daqui a 4, 5 anos vai ter muitos outros produtores, não precisa tá desmatando, fazendo escavação em área por aí, o licenciamento é muito mais fácil na água, pra quem escava precisa dessa documentação e é muito mais complicado do que criar em tanque rede” (empreendedor E3).

Figura 11- Relação custo X lucro em empreendimentos pesqueiros de Maués.

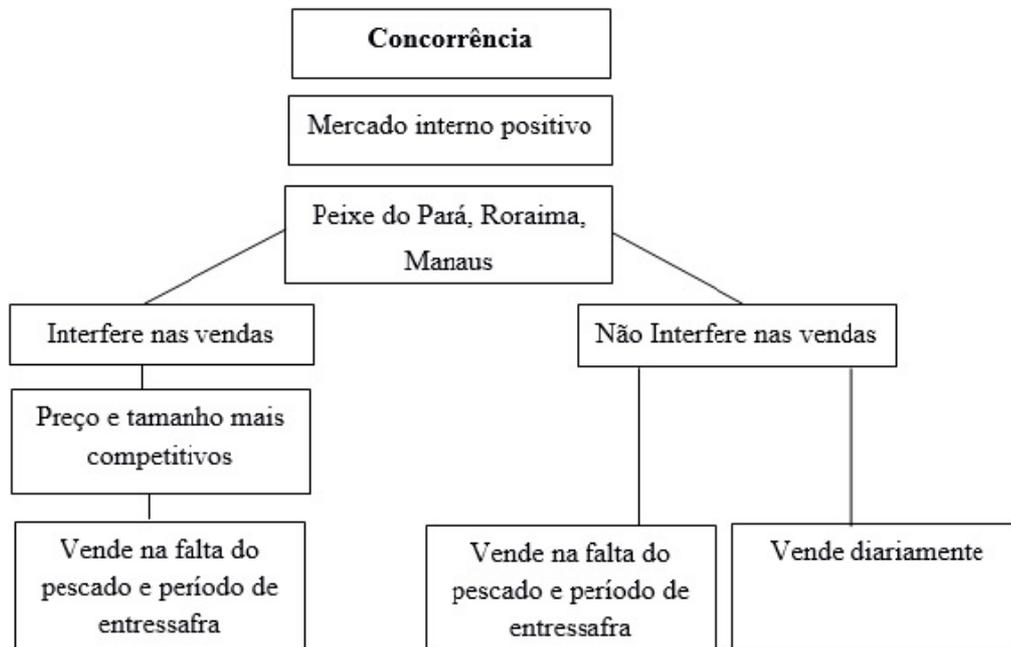
Custo de produção/ retorno financeiro			
Não consideram a ração cara		Consideram a ração cara	
Gasto com ração: 2 mil/ciclo de 6 meses	Gasto com ração: 1600/mês	Gasto com ração: 40% Outras despesas: 20%	Gasto com ração, previsão de retirada, preço de venda, Receita bruta e líquida: não informou
Previsão de Retirada: 1	Previsão de retirada preço de venda, Receita bruta e líquida: não informou	Previsão de retirada preço de venda, Receita bruta e líquida: não informou	
Preço por kg <u>6,00</u> Receita Bruta 6.000 Receita Líquido 4.000			
Percentual de ganho: 200%	Percentual de ganho: mais de 100%	Percentual de ganho: 40%	Média de ganho mensal: 3 mil

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Trechos das falas dos produtores importantes de serem destacados:

“O lucro é dos melhores que tem, criação de peixe[...]. É um lucro bem favorável e que não deixa a desejar a ninguém, se investir tem retorno, o lucro é muito grande pro pouco trabalho que dá, não tem erro não, 100% de acerto, é melhor que criar galinha, boi, quem quiser investir vai se dar bem, o retorno financeiro dá até mais de 100%” (empreendedor E4).

Figura 12- Concorrência no comércio de pescado no município de Maués.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Trechos das falas dos produtores importantes de serem destacados:

“Hoje já temos um mercado crescente aqui, no início, a criação tinha uma certa rejeição do consumidor, o tambaqui que vem [de fora], de tanque escavado, tem aquele saborzinho de barro, o nosso aqui não tem nada disso e pegou o gosto da população, e tanque rede principalmente que não tem esse sabor mesmo, é muito bom, o meu mercado principalmente é maués, pra tambaqui e pirarucu,[...], tudo que produz vende. Nosso baixo amazonas somos grandes consumidores, é cultura né, então mercado não é problema, tá faltando é quem produz, é um negócio lucrativo” (empreendedor E3).

“Roraima, Rondônia vendem peixe pro Amazonas e o Amazonas não produz talvez 10% do que consome,[...] peixe congelado da natureza tá decaindo cada vez mais, porque o peixe criado hoje é bom e não precisa de armazenamento, energia, porque você controla no tanque, vivo, o único problema nosso aqui de não vender assim todo dia 500 mil kg é que não temos peixe pra atender no tamanho que o mercado exige, o peixe que vem de fora não interfere na minha venda, o que produzir sai” (empreendedor E3).

Trechos da fala de um dos produtores relacionados à **burocracia** e às possibilidades de **financiamento**:

“Aqui [...] a gente tem acesso às autoridades ambientais e foi difícil, demora demais, [...] nós temos uma licença do SPU, foi solicitado tem 2 anos e meio! Um pedacinho de papel que é pra dizer: Você está autorizado a exercer a atividade pesqueira na margem do rio Maués -açu, só isso! Imagina, o indivíduo que queira criar peixe, um beiradeiro talvez, ele não tem os conhecimentos, pra ele conseguir uma licença é muito difícil porque

os tramites é muito travoso, então, num era pra ser assim! O município era pra tá tomando a frente, o IDAM, pra facilitar o licenciamento, eu não tive problema assim tão grande porque a gente conseguia passagem, técnico do IPAAM pra vir aqui, ia pra cima e pra baixo, foi mais ou menos 1 ano, desde a ideia inicial até o empreendimento atual, hoje nós temos todos os licenciamentos” (empreendedor E3).

“O indivíduo que queira investir nessa área, ele ou um familiar tem um pedaço de terra que esteja documentado com título, acabou o problema dele, é o primeiro passo pra ele ter a garantia do financiamento, não tem outro, aí ele vai lá no banco, o banco vai fazer o passo a passo, coisa que também os bancos aqui não fazem infelizmente, vai no IDAM não sabem nem pra onde vai, aí eu pergunto, nós com um pouco de recurso que temos, enfrentamos toda essa dificuldade, imagine o pobre coitado, que tem lá a possibilidade de investimento de 50, 100 mil reais, olha a dificuldade que ele vai enfrentar pela frente. Há possibilidades, mas com pé no chão, o cara quer investir, tem que ter a garantia do banco, o banco hoje tem financiamento pra tanque rede” (empreendedor E3).

Mediante a estes relatos podemos perceber que apesar das dificuldades enfrentadas pelos produtores atualmente em Maués, a piscicultura encontra-se em processo de expansão no município, se mostrando um ramo bastante promissor, com mercado interno que demanda pelo produto e um mercado externo que apresenta grande potencial de crescimento.

Há ainda alguns gargalos como a questão de orientação profissional e assistência técnica para novos empreendimentos, a burocracia nos trâmites para licenciamento e financiamento, bem como o acesso a insumos essenciais para implantação e execução da atividade, porém esta vem se desenvolvendo e atingindo resultados positivos, conforme o que foi apresentado, onde os produtores indicam, mesmo que através de controles imprecisos e baseados em estimativas, um retorno entre 40 e 200%, dependendo do modelo e estrutura do negócio.

Para viabilizar o crescimento da atividade o suporte do poder público é apontado como essencial, e aliado a isto, as instituições de ensino precisam também atuar na profissionalização dos processos de trabalho de quem atua no ramo da piscicultura, no intuito de melhorar o controle do negócio e garantir a sua manutenção, bem como preparar seus alunos para que, quando profissionais formados, ao se depararem com a realidade da sociedade, não raras vezes de desemprego e falta de oportunidades, possam ser capazes de buscar alternativas e tornarem-se agentes de transformação em seu meio.

Na PAE (IFRN, 2015, p. 34) sugere-se que de forma complementar à atuação em prol do desenvolvimento local, sejam fortalecidas as políticas e programas institucionais voltadas ao incentivo de atividades empreendedoras, como a criação de incubadoras, orientação aos egressos voltadas à criação de Micro e Pequenas Empresas- MPE ou para se tornarem Microempreendedores Individuais- MEI e se reforça a necessidade de habilitar o egresso para a inserção profissional também como empreendedor, protagonista da sua realidade.

Como observado por meio dos dados da pesquisa, existe o interesse por parte dos técnicos formados em atuarem também de forma autônoma, porém, apontam alguns fatores que têm dificultado seus esforços em empreender na área, além das questões financeiras que muitas vezes se tornam grandes barreiras, ainda é necessário um preparo relacionado à implantação e gestão de empreendimentos aquícolas, demonstrado através da fala de um dos egressos quando aponta a necessidade de se abordar o empreendedorismo dentro do curso:

“Ah, eu gostaria de colocar em relação ao curso, eu acho que seria interessante que inserisse empreendedorismo na matriz curricular, eu acho

que seria bem interessante, tinha a disciplina de administração rural, mas não foi tão voltada assim pro meio do empreendedorismo, foi mais pra administração” (participante P7).

Nesse sentido, França et al. (2017) consideram necessárias as revisões nas matrizes curriculares das instituições de ensino, especialmente dos cursos técnicos, a fim de acompanharem as evoluções do mundo do trabalho, muito embora não seja fácil, se fazem necessárias iniciativas por parte das instituições, voltadas ao acompanhamento desses avanços, como a inclusão nas respectivas matrizes dos cursos de disciplinas de empreendedorismo e administração financeira, voltadas ao gerenciamento dos custos de produção e implantação de novos negócios.

Para Pair (2005, p. 185) “deve-se pensar numa formação que ao mesmo tempo proporcione a vontade de empreender e as competências para fazê-lo”, em complemento ao seu pensamento, entendemos que não apenas as competências, mas devem-se proporcionar os direcionamentos, os caminhos que precisam ser percorridos. É justamente nesse momento que o estado, como principal aliado à educação, deve atuar fortemente, sendo promotor de ações de fomento que estimulem atitudes nessa direção, pois não há como iniciar um empreendimento sem dispor dos meios para que ocorra.

A esse respeito Costa (2015, p.43) mostra que em casos onde há muito desemprego atribui-se essa problemática aos próprios integrantes da sociedade, que não investiram na capacitação necessária ou não foram empreendedores capazes de encontrar alternativas em um sistema que lhes dá todas as oportunidades, fechando os olhos para a realidade desta sociedade considerada empreendedora, que apenas “consegue sobreviver com as migalhas deixadas pelos que controlam os meios de produção e o capital”, isto é, nas brechas que são permitidas.

Sabedores dessa conjuntura socioeconômica desfavorável e da carência de meios para romper com essas estruturas, mas cientes de que transformações são necessárias, devemos canalizar esforços nesse sentido. O desafio da escola também é este, o que implica trabalhar em diversas frentes, instruir os alunos quanto às injustiças sociais e a aliarem a busca pelo sustento à busca por uma sociedade mais justa, e enquanto as transformações tão necessárias não ocorrem, como fazê-los compreender e lutar pelos ideais de igualdade sendo que precisam garantir a sua sobrevivência e a manutenção das necessidades básicas da existência humana.

Os relatos dos produtores já atuantes vêm demonstrar que a piscicultura no município de Maués, embora permeada de desafios diversos, é uma atividade possível e rentável, levando a inferir que para o egresso do curso técnico em recursos pesqueiros que tem interesse em empreender na área, muitas vezes o medo, a falta de recursos e o desconhecimento dos pormenores da prática cotidiana da atividade são os principais impeditivos.

4.4 Contribuição da formação técnica para a verticalização

No intuito de verificar se a formação técnica contribuiu para a verticalização deste egresso, lhes foram feitos questionamentos com a seguinte temática:

O curso técnico como estímulo para seguir com os estudos em nível superior

Para esta questão, conforme o quadro 15, sete participantes informaram que não almejavam o ensino superior antes de fazer o curso técnico e que este foi determinante na intenção da continuidade nos estudos, os demais responderam que não foi determinante, pois

já possuíam o desejo de fazer uma graduação antes de iniciarem o curso técnico, havendo a indicação de quatro egressos de que através da experiência vivenciada durante o curso mudaram a sua orientação com relação à área, optando depois disso a cursarem engenharia de pesca.

Quadro 15- O curso técnico como estímulo para a verticalização

Categorias	Subcategorias	Frequência absoluta
A- Já almejava, não foi determinante.	Em áreas diversas	3
	O curso orientou para a área da pesca	2
B- Não almejava, o curso estimulou.	Para áreas diversas	5
	Para a área da pesca	2
Preleção em relação às categorias		
Categoria A- Não foi determinante, já almejava.		
Em áreas diversas	“Não, eu já tinha essa vontade (P1, P4, P8) [...] de fazer um curso superior, por isso que eu comecei a estudar numa faculdade particular, mas como na UEA tinha chegado uns curso, aí eu me preparei, fiz a prova e passei em tecnologia em gestão ambiental [...]” (P4) “[...] mas como eu já tinha uma atividade econômica aqui, até pra sair, se deslocar, ficaria meio inviável, então não faria muito sentido. No meu caso não aconteceu. (P8)	
O curso orientou para a área da pesca	“Eu já tinha a intenção, aí a partir do momento que eu fiz o curso técnico abriu a mente pra poder buscar um lugar mais alto na área.” (P7) “Serviu, até agora ainda não deu, mas pretendo cursar o ensino superior. Foi tando lá fazendo o técnico, antes não tinha essa vontade, eu tinha a de fazer administração, mas [...] agora se eu tiver uma oportunidade de fazer eu vou me profissionalizar mais na área de pesca.” (P11)	
Categoria B- Não almejava, o curso estimulou.		
Para áreas diversas	“Com certeza, serviu sim!” (P2, P3, P5); “[...] porque pôde tá me ajudando nos estudos, [...] pode ajudar em outra área” (P5); “[...] pra eu fazer um outro técnico em meio ambiente e agora eu tô fazendo pedagogia do campo.” (P3) “Me inspirou muito, que eu tô tentando pra fazer uma faculdade, apesar de ter 40 anos mas eu quero seguir, foi o curso que me inspirou a fazer mais, [...] eu já fiz meio ambiente, aí o técnico em recursos pesqueiros, até agora eu ainda tô lutando.” (P10) “[...] esse curso foi bom demais, então aí já fiquei com vontade de fazer outros [...] enfermagem, mas só que não deu mais pra mim fazer uma faculdade. Antes eu não queria nem estudar! [...] eu tinha 8 filhos pra criar, tinha que caçar, manter a casa, [...] não tinha nem o ensino médio completo ainda, aí abriu uma aula aqui, 5ª a 8ª, minha filha professora me convidou pra estudar de novo, [...] ela disse: o senhor estude por mim papai? [...] Eu passei com notas boas, no outro ano eu fui pra cidade, [...] concluí o ensino médio e daí que eu estudei no IFAM.” (P12)	
Para a área da pesca	“Sim, com certeza (P6, P9), [...] eu não tinha ideia do que fazer, sempre fui estudando, tem aquela questão que a pessoa tá se formando, o quê que eu vou fazer, qual a faculdade que eu vou fazer? eu nunca tinha isso em mente, depois que eu conheci o técnico em recursos pesqueiros [...], que eu gostei, eu ainda penso em fazer uma faculdade sobre engenharia de pesca.” (P6) “[...] antes eu não tinha vontade nenhuma, de nenhum outro curso. Eu tô com essa vontade até hoje, [...] eu fiz o ENEM mas a minha nota não foi suficiente, [...] quero continuar na mesma área, que eu gostei, só que infelizmente no município não tem, [...] o meu sonho maior é um dia me tornar uma engenheira de pesca.” (P9)	

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Aqui observamos que parte dos entrevistados já almejavam a formação em nível superior, no entanto, alguns destes, no decorrer do curso e com o aprendizado que obtiveram,

desenvolveram o desejo de cursar uma graduação na área de engenharia de pesca, demonstrando que através do ensino novas possibilidades são apresentadas podendo influenciar os indivíduos a percorrerem caminhos diversos do que planejavam anteriormente.

Também podemos ver pessoas na idade adulta, mas que mantém o desejo de continuar estudando, o homem do interior, que carrega a responsabilidade de manutenção da casa e criação dos filhos, que não pensava mais em estudar pois diante de tantos afazeres, estudo não era prioridade, mas que ao ter acesso à escola muda seu pensamento. O jovem que não sabe o que quer fazer da vida, não decidiu ainda, o que é bem comum, mas se depara com a área, se identifica, aqueles ainda que afirmaram não ter vontade de estudar, sem perspectiva alguma para o futuro, mas ao ingressar no curso “pegou gosto”, fez nascer novos sonhos, o desejo de seguir em frente, mostrando que a educação transforma pensamentos, muda comportamentos, inspira atitudes, faz evoluir como sujeito.

Para Pacheco (2011), a conclusão de um curso técnico de nível médio “não deve se constituir no fim das aspirações individuais e sociais dos cidadãos e sim em uma base de conhecimentos sólidos, capazes de incentivar formações e/ou atividades em níveis mais elevados”, o que pode ser observado nos resultados de Sampaio (2013), onde os entrevistados considerando o atributo de serem oriundos de uma instituição de excelência, que oferta ensino de qualidade, enxergam como um diferencial positivo em sua vida, um salto na formação de nível médio que por consequência contribui no acesso ao ensino superior.

Na Pesquisa Nacional de Egressos (MEC, 2009), observou-se a importância da formação técnica ofertada aos jovens e adultos através da Rede Federal de Educação profissional e tecnológica, na perspectiva de inserção no mundo do trabalho e em possibilitar condições mais favoráveis de permanência ou mobilidade no trabalho, através da continuidade dos estudos a nível superior, voltados principalmente a cursos de bacharelado e de tecnologia. Tais condicionantes, conforme os pesquisadores, “contribuíram para o elevado grau de satisfação em relação a atuação profissional e a avaliação da formação técnica recebida”.

No que se refere à continuidade dos estudos, na pesquisa supracitada, 57%, concluiu ou está cursando um curso de nível superior, semelhantemente ao observado com os egressos do IFAM campus Maués, evidenciando que para os egressos da formação técnica a escolaridade é fator muito importante para sua empregabilidade, conforme demonstrado através da seguinte fala:

“Ah, eu espero que eu possa continuar, [...] fazer um outro curso, [...] pra que eu possa cada vez mais aprender, porque a gente não pode ficar parada, a gente tem que continuar aprendendo cada vez mais, procurando se qualificar, que agora a gente já sabe como que é as coisa, pra conseguir um emprego você tem que ter uma boa qualificação[...], se preparar mais” (participante P4).

Porém Gentili (2002, p. 55), afirma que por mais capacitado que seja o trabalhador, este “não deixa de ser uma engrenagem no sistema de desenvolvimento do capital”, logo seu espaço será garantido somente se houver a necessidade, e ainda tendo que disputar com outros tantos igualmente ou mais capazes em assumir o mesmo posto, gerando uma constante necessidade de qualificação por parte do trabalhador, tornando-a um elemento de consumo.

Dados do estudo Costa (2015) mostram que 66% dos participantes deram continuidade aos estudos, o que, conforme o autor, acaba contrariando a ideia de formação para o mercado de trabalho, levando em consideração a nova lógica de formação de capital humano, onde, sob a ótica do trabalhador ele deverá se especializar ao máximo para que seja mais valorizado no mercado, sendo que um grau de estudo superior se torna um grande diferencial no que concerne à remuneração.

O mesmo autor observa que, se ele terminou o nível técnico e não está empregado isso pode ter sido em função da saturação de mão de obra no mercado, e a manutenção do discurso de formação de capital humano leva os egressos a seguir no processo formativo a nível superior, tornando a proposta inicial do curso, de formar para o mercado de trabalho, nula a partir daí. Porém em meio a essa necessidade de capacitação os egressos acabam dando continuidade à sua formação na expectativa de alcançar uma melhor colocação profissional, que por sua vez poderá ou não acontecer, considerando que o mercado não assimila a todos.

Ainda em Costa (2015) é indicada a importância da formação de nível médio para esses egressos, ao se identificar que cerca de 60% dos entrevistados afirmaram ter o objetivo de exercer a atividade de técnico ao ingressarem no curso, e no seu término foi verificado que 60% deles deram continuidade à vida acadêmica, com pouco mais de 40% atuando no mercado de trabalho. De acordo com o autor, a intenção inicial da maior parte dos alunos de acesso ao mercado de trabalho se esvai, conforme “as políticas de formação de capital humano se consolidam” no decorrer do processo formativo dos alunos, influenciando-os a buscar níveis maiores de qualificação.

A relação entre o curso superior realizado/almejado e o curso técnico em recursos pesqueiros

Dos entrevistados sete dizem haver relação, entre os que almejam cursar engenharia de pesca e os que concluíram o nível superior em áreas afins, como Tecnólogo em Gestão ambiental e Pedagogia do campo, que em sua opinião possuem relação com o curso técnico, os outros cinco informaram não haver relação, entre os que já cursaram e os que almejam a graduação em outras áreas (Quadro 16).

Quadro 16 - Relação entre o curso superior realizado/almejado e o curso técnico em recursos pesqueiros

Categorias	Subcategorias	Frequência absoluta
A- Existe relação	Almejam cursar Engenharia de pesca	4
	Cursaram nível superior em Áreas afins	3
B- Não há relação	Almejam cursos em outras áreas	3
	Cursaram nível superior em outras áreas	2
Preleção em relação às categorias		
Categoria A- Existe relação		
Almejado- Engenharia de pesca	“Sim, tem relação! Pretendo fazer Engenharia de Pesca.” (P6, P7) “Desde quando eu fiz o curso técnico em recursos pesqueiros eu venho almejando sempre fazer alguma coisa [...] na área mesmo! eu me identifiquei bem [...] Engenharia de Pesca.” (P9) “Engenharia de Pesca, ou outro na área ambiental, administração já deixei de lado.” (P11)	
Realizado- Áreas afins	“Tem!” (P2, P3, P4) nós abordamos vários cursos relacionados à área animal, do meio ambiente, criação de peixes, até mermo avicultura, foi Tecnólogo em Meio Ambiente.” (P2) “[...] porque a minha pedagogia ela é diferenciada, é voltada pra zona rural, pro campo, [...]essa estrutura é Pedagogia do campo, das águas e das florestas.” (P3) “[...] muitas coisas que os professores ensinaram lá no IFAM, na UEA teve bastante proveito, [...] no técnico em meio ambiente e o de recursos pesqueiros algumas coisas ajudou., algumas disciplinas colaborou bastante, [...] foi Tecnologia em Gestão Ambiental.” (P4)	
Categoria B- Não há relação		
Almejado	“Não, eu queria fazer a área de Engenharia Mecânica.” (P5)	

	<p>“Eu acho que eu ia pra outra área, eu queria estudar sobre Meio Ambiente de novo.” (P10)</p> <p>“Olha eu queria fazer um curso assim mais avançado de área de saúde, de enfermagem! eu trabalhei como agente de saúde.” (P12)</p>
Realizado	<p>“Tem nenhuma relação, fiz Educação Física.” (P1)</p> <p>“Não, creio que não, foi licenciatura em ciências agrárias.” (P8)</p>

Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Semelhantemente ao observado aqui, onde a maioria dos entrevistados consideram que sua graduação possui alguma relação com a área de formação técnica, nos estudos de Costa (2015), 70% dos entrevistados graduados ou graduandos, estão vinculados a cursos que possuem similaridade com a área de formação técnica anterior, baseado nesses dados o autor afirma que os egressos que acessam o nível superior, dando prosseguimento aos estudos, muitas vezes aproveitam a base formativa do curso técnico como suporte para a vida acadêmica. Isto demonstra a importância da formação técnica, válida não somente para a qualificação para o mercado de trabalho, mas que prepara o aluno para a vida, proporcionando a aquisição de conhecimentos que favorecem o seu acesso ao ensino superior.

A oferta de cursos superiores voltados ao setor pesqueiro na cidade de Maués

O IFAM campus Maués ainda não oferta o ensino superior, apenas o ensino médio e técnico, no município está implantando um núcleo da Universidade do Estado do Amazonas-UEA, com alguns cursos, dentre os quais o de Tecnologia Pesqueira, ofertado no ano de 2010, e um polo da Universidade Federal do Amazonas- UFAM, com cursos na modalidade EAD, não oferecendo recentemente nenhuma formação em nível superior voltada ao setor pesqueiro.

Dos participantes da pesquisa, nove egressos afirmaram que gostariam que fossem ofertados cursos a nível de graduação voltados à área da pesca (Quadro 17) o que reforça ainda mais a responsabilidade do instituto IFAM-CMA em buscar atender a esta demanda, para que a formação desses indivíduos não se mantenha horizontalizada, e os mesmos possam alcançar patamares mais elevados de conhecimento.

Quadro 17- Oferta de cursos superiores voltados ao setor pesqueiro em Maués

Categorias	Frequência absoluta
A- Fez referência ao curso de Tecnologia Pesqueira ofertado pela UEA no ano de 2010.	1
B- Não há e não manifestou interesse.	2
C- Gostaria que fossem ofertados cursos superiores voltados ao setor pesqueiro na cidade.	9
Preleção em relação às categorias	
Categoria A- Fez referência ao curso de Tecnologia Pesqueira ofertado pela UEA em 2010.	
“Não tem quase, só tem o IFAM né, teve aqui uma turma que se formou na UEA aqui né, mas não sei se o pessoal tão dando andamento, tecnologia pesqueira.” (P1)	
Categoria B- Não há e não manifestou interesse.	
“Até agora talvez na área particular, mas assim, no público, o município não oferta.” (P4)	
“Olha, acho que fora o IFAM, eu não vejo nada voltado pra essa área aqui.” (P8)	
Categoria C- Gostaria que fossem ofertados cursos superiores voltados ao setor pesqueiro na cidade.	
“Não temos ainda pro município, seria muito bom que tivesse (P2, P3, P5,P6, P7, P9, P10, P11, P12)	
“[...] eu sempre quis fazer uma engenharia pesqueira e seria bom não só pra mim como pra outras pessoas que tem o interesse em fazer uma graduação nessa área.” (P2)	
“[...] eu acho bem relevante, pelo menos não teríamos que concorrer em outros locais distantes[...] (P3)	
“[...]seria bom porque taria elevando mais seus estudos na área dos recursos pesqueiros, [...] ajudando mais com os conhecimentos[...] e ajudando as pessoas na cidade e também no interior.” (P5)	
“[...] aqui nessa prática só é o IFAM, que dá esse técnico, pra gente querer se desenvolver mais, se encaminhar mais a gente tem que ir pra outro município, sei que Manaus tem, de onde os professores	

vieram, saíram daqui, se formaram e voltaram, aqui mermo oferta de ensino superior não existe pra essa área.” (P6)

“[...] desejaría que tivesse, até porque quero fazer na área.” (P7)

“Meu sonho é fazer engenharia de pesca, só que infelizmente no município não tem,[...] é o sonho que eu tenho até hoje, que o IFAM traga pra cá esse curso, que se torna mais fácil pra gente daqui do município, as condições financeiras que a gente vive não é boa pra tá se deslocando, porque pra fazer um curso desse só em Parintins, Manaus ou Itacoatiara e a gente não tem condições pra se manter lá, porque vai ter que pagar aluguel, vai ter que pagar o curso, tudo, e o IFAM trazendo pra cá com certeza vai melhorar muito, eu tô esperando também o tecnólogo em agroecologia que prometeram de ter e que eu também gostaria de fazer.” (P9)

“Não, pra cá [...] é mais carente pra nossos jovens, nós temos que procurar mais longe.” (P10)

“[...] já que tem o técnico devia ter o superior, porque eu sei que pra muitas pessoas é muito difícil se localizar pra outra cidade né, tem que pagar aluguel, tem que se manter na cidade, se tivesse aqui seria uma facilidade enorme.” (P11)

“[...] esse de saúde é o meu sonho de fazer, mas se tivesse o curso pesqueiro, eu queria isso também.” (P12)

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Há um enorme desafio para a continuidade dos estudos de quem reside em cidades pequenas, pois muitas vezes precisam ir em busca de formação em outras localidades, não raro sem uma estrutura financeira para isso, existem os custos de moradia, locomoção e manutenção, característicos dos centros urbanos, sendo barreiras que dificultam, principalmente para os indivíduos que já possuem família. Se deslocar para outra cidade a fim de dar sequência à formação, além de financeiras tem implicações sociais, e são por essas e outras razões que os egressos reiteram a necessidade de os cursos superiores serem ofertados na própria localidade, conforme relatado abaixo:

“O que eu tenho a completar é que eu queria que as autoridades ou o próprio IFAM lutasse mais para que viesse o nível superior na área de engenharia de pesca,[...] que não tem aqui no município e as vezes se torna difícil pra gente devido morar no interior”(participante P9).

A oferta atual de cursos superiores em diversas áreas na cidade de Maués

Para essa questão a maioria das respostas obtidas (seis) afirmam que os cursos superiores ofertados no município não satisfazem a necessidade local pois costumam ser repetitivos e mais voltados à área pedagógica e formação de professores, seguido da indicação (três respostas) de que não são suficientes para a demanda de candidatos (Quadro 18).

Quadro 18 - Satisfação quanto à atual oferta de cursos superiores no município

Categorias	Frequência absoluta
A- Os cursos ofertados são satisfatórios	1
B- Os cursos ofertados não são suficientes	3
C- Os cursos ofertados não contemplam a escolha das pessoas	2
D- Não satisfazem a necessidade local sendo em sua maioria voltados à área pedagógica	6
Preleção em relação às categorias	
Categoria A- Os cursos ofertados são satisfatórios	
“Quanto à oferta de outros cursos aqui no município eu acho interessante pois corresponde à expectativa de cada sujeito que opta pelo curso que se identifica.” (P3)	
Categoria B- Os cursos ofertados não são suficientes	
“Acho que não são suficientes, porque quanto mais cursos tiver poderia tá ajudando mais a população.” (P5)	
“Tem administração na UEA e outros cursos mais por aí, mas digamos que pra área ambiental não existe.” (P7)	
“Olha, tem essas faculdade daí que tá vindo, tudo é pago, faculdade de graça podia ser pelo IFAM, nós	

fizemos até um pedido quando nós távamos estudando, foi pedido vários cursos, é muito carente na cidade,[...] quando chega uma coisa que é de graça assim, o pessoal invade, mas esses que tão pegando aí que é pago, aí é difícil né, devia ter mais visão pra esses cursos vim gratuito, pelo IFAM, pela UEA, esses órgão que podem pedir esses cursos, vem! mas é muito pouco, num dá conta.” (P12)
Categoria C- Os cursos ofertados não contemplam a escolha das pessoas
“Aqui é muito carente ainda disso, porque existe mais história, mais outras pra professor, aí não tem a área que a gente estudou né, que a gente se interessa.” (P10) “Eu acho que atendem alguns, pelo que eu vejo não satisfaz o que tu necessita, a escolha da pessoa, as vezes a gente faz é por influência, que não tem nada pra fazer, aí a gente opta por aquilo.” (P11)
Categoria D- Não satisfazem a necessidade local pois em sua maioria são voltados à área pedagógica
“Acho que poucos, a maioria que tem é tudo particular, fora a UEA, uns se encaixa com a realidade do município outros não, mais relacionado à questão de professor.” (P1) “Acho bom porque é uma oportunidade a mais pro jovem ter uma graduação, mas creio que não é satisfatório, porque geralmente vem curso mais na questão de português, matemática, história, uma graduação assim, não tem muito no município.” (P2) “Oferece sim outros cursos, mas por exemplo, na área superior o que vem mais é negócio de educação física, pedagogia, letras, mais são esses cursos, fora o particular, porque no particular tem mais áreas pra fazer.” (P4) “Eu acho que as faculdades que vem pra cá não tem muito a ver com o município! acho que as pessoas podiam se programar mais pra ver o recurso da própria cidade,[...] história é um que vem pra cá, mas acho que é um curso com muita pouca procura, mais na área de dar aula, ser professor essas coisas, não tem assim uma formação de agricultura, na nossa área de recursos pesqueiros, acho que é muito precária!” (P6) “Tem muito a questão de cursos pedagógicos, coisas do tipo, agora, curso de formação pra produção, uma agropecuária que seja, realmente, acho que fora o IFAM não existe.” (P8) “As ofertas de cursos superiores em diversas áreas na cidade existe muitos cursos repetitivos e que não tem assim um mercado muito grande, e as necessidades dos locais, como eu me formei em recursos pesqueiros, eu acharia que deveria ser oferecido cursos superiores como esses pra cá, na área da pesca e outros, porque são vários cursos que que vem e eu acho que não atende o suficiente a população e não são tão satisfatórios não, os cursos que tão vindo muito pra cá é de administração, educação física o de pedagogia, são muito repetitivos e se torna chato pra gente.” (P9)

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Na Pesquisa Nacional de Egressos (MEC, 2009), com relação à continuidade dos estudos em nível superior, dos egressos que verticalizaram, 56% optaram pelo bacharelado, 25% pelos cursos de base tecnológica e apenas 19% na licenciatura, vale ressaltar que Região Nordeste 30% optaram pela licenciatura contra os 19% da média nacional, e que na Região Sudeste 62% optaram pelo bacharelado, contra 56% da média nacional, o que, conforme os autores, evidencia as diferenças de perfil econômico de cada região.

Conforme visto através dos dados coletados, os egressos do IFAM-CMA consideram que há pouca diversidade de cursos ofertados e que as vagas não são suficientes para a demanda do município. Quem mora aqui não quer ir pra longe para ter que estudar, pois o egresso do curso, muitos deles já adultos, têm uma vida consolidada no município, enquanto os mais jovens por vezes saem em busca dessa qualificação em nível superior, pois aqui não tem o curso que gostariam, outros se contentam com a formação técnica ou ingressam nos cursos ofertados, mesmo sem ter muita afinidade com a área.

Alguns lamentam o fato de a oferta de cursos ser muito voltada à área pedagógica, indicando não ser de interesse de muitos dos que residem na cidade, que gostaria de ter acesso a uma maior variedade, levantando as seguintes reflexões: Como é feita a escolha dos cursos para a cidade? São os mais simples, de fácil implantação? É realizado um estudo para saber das potencialidades e necessidades, vocações do município? São os cursos mais fáceis de serem acessados? O que se tem de concreto é que as licenciaturas, mesmo tendo grande procura, não têm agradado a muitos, e outros vêm a cursá-las por não disporem de outras alternativas.

De fato, é necessário que se volte o olhar para a necessidade de se expandir o leque de opções formativas no município de Maués, sendo responsabilidade também do IFAM atuar nessa frente, conforme requerido nas falas abaixo:

“Eu queria que com esse avanço do IFAM, que só vem a melhorar a nossa vida como profissional, como estudante também, que a gente não tem outra área pra fazer aqui, o IFAM veio pra cá que já melhorou muito nossos estudos,[...] a gente terminava o 3º ensino médio não tinha mais outra opção, ou ia embora daqui, ou fica aqui, mas aí sem emprego, sem esses cursos a gente não é nada, eu agradeço muito! e assim, podia ele tentar melhorar, que viesse faculdade pra cá pra maués, superiores, pra gente ficar na cidade, porque a gente começa a estudar aí depois termina, aí já fica sem opção, ou então tu vai embora ou tu fica aqui, faz outro técnico” (participante P10).

“O que queria acrescentar é que os nossos representantes olhassem mais pro lado dos cursos que viessem de graça pro pessoal, porque aqui não tem ganho tanto pro cara pegar e pagar uma faculdade[...].A importância do IFAM é que ele trouxe coisas boas pra cá, trouxe vários cursos, é curso que não é nível alto mas que dá pra desenvolver as crianças muito, muito mesmo, aqui já se formaram várias pessoas pelo IFAM. Eu tenho vontade de estudar mais uma vez no IFAM, mas se vim um curso de nível maiores, por causa que eu gostava, não sei se um dia eu vou poder estudar, mas eu queria fazer enfermagem, a faculdade, se viesse pra cá eu ia fazer” (participante P12).

Os anseios dos egressos relacionados à sua formação não se encerram na educação profissional, eles almejam alcançar níveis mais elevados de instrução através do acesso ao ensino superior, porém a oferta de graduação no município de Maués ainda é pequena, com poucas universidades (quatro polos de instituições privadas e dois de universidades públicas) e reduzida variedade de cursos.

Tem sido pedido constante dos egressos do IFAM-CMA que este passe a ofertar cursos de graduação, pois no decorrer de quase 10 anos de atuação no município foram ofertados na modalidade subsequente, os Cursos Técnicos em Informática, Administração, Recursos Pesqueiros e Meio Ambiente, não havendo variação e conseqüentemente muitos técnicos formados nessas áreas, gerando uma saturação no mercado de trabalho local, que independente dessa saturação, como já foi observado, não absorveria estes profissionais pois a organização econômica local não comporta essa demanda.

Há um trabalho em andamento para estruturação e oferta dos cursos Tecnólogo em Agroecologia e Licenciatura em Biologia, porém enquanto não são ofertados, segue-se a tendência de horizontalização do ensino, onde muitos alunos, após concluírem um curso técnico no IFAM, logo se inscrevem em outro de área similar ou diversa, apenas para dar prosseguimento aos estudos, não ficar “parado”, como muitos afirmam. Havendo também os que buscam a formação superior nas universidades particulares, cujo acesso não é possível a todos por conta do investimento financeiro necessário e outros que conseguem ingressar na UEA e UFAM, presentes no município, cujas características dos cursos já foram mencionadas anteriormente.

Por estas razões, se faz necessário que o IFAM- CMA, instituição de ensino considerada de excelência pela sociedade, com a estrutura que possui e quadro de professores qualificados, possa ampliar a sua atuação ofertando também o ensino de nível superior, pois na própria cidade há uma gama de postos de trabalho necessários ao atendimento das necessidades da população, que na maioria das vezes são ocupados por profissionais de outras localidades que vem prestar seus serviços, enquanto que a população local, os “filhos da

terra”, quando possuem condições, diante das reduzidas possibilidades de formação, precisam sair ou mandar seus filhos para fora a fim de prosseguir com os estudos, e retornarem já com uma profissão para contribuir com o município.

Já aqueles que não possuem condições para sua manutenção nos centros urbanos que oferecem maiores oportunidades de formação, permanecem na própria cidade e buscam outras formas de qualificação, acessando as oportunidades disponíveis que, conforme explicitado nas falas dos egressos, muitas vezes não satisfazem aos seus anseios, optam por elas por falta de outras alternativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento dessa pesquisa oportunizou conhecer os fatores que facilitam e dificultam o acesso dos egressos do Curso Técnico em Recursos Pesqueiros do Instituto Federal do Amazonas *campus* Maués ao mundo do trabalho e ao ensino superior, bem como comparar as competências adquiridas durante sua formação com as exigidas pelo mercado e que podem ser desenvolvidas ou aprimoradas no contexto do exercício de sua profissão.

Atendendo aos objetivos propostos, foi delineado o perfil desse egresso, que são indivíduos jovens, em idade produtiva, predominantemente nascidos em Maués, sendo alguns oriundos da zona rural do município, recebem cerca de 1 salário mínimo, sendo que a metade se encontra desempregada e apenas um atua na área de formação, mostrando claramente que a titulação por si só não é a determinante para a empregabilidade.

Parte deles ingressaram em cursos superiores, mas nenhum voltado a área de pesca, apesar de terem indicado relação entre a área de formação técnica e a graduação que cursaram, dos que ainda não ingressaram no ensino superior a maioria expõe a intenção em cursar engenharia de pesca, tendo sido “inspirados” a isto no decorrer da formação técnica em recursos pesqueiros.

A instituição como um todo foi avaliada positivamente, considerando a sua infraestrutura, corpo técnico e docente e o ensino, considerado predominantemente entre ótimo e excelente, os egressos consideram a matriz curricular adequada e a carga horária do curso suficientes para sua formação e indicaram as aulas práticas, visitas técnicas e atividades de estágio como fundamentais para proporcionarem seu aprendizado, garantido terem adquirido as competências necessárias à atuação profissional.

Pode-se concluir que não há oferta suficientes de postos de trabalho na área de formação e que as iniciativas de empreendedorismo podem ser uma alternativa a essa realidade, tendo em vista as características do município que favorecem a piscicultura e a alta demanda de mercado na região, grande consumidora de pescado, se mostrando um ramo com enorme potencial de crescimento.

Observou-se também que tais iniciativas precisam ser estimuladas através de políticas públicas para fortalecimento do setor pesqueiro, e incentivo ao pequeno produtor, haja vista já haverem algumas ações nesse sentido, mas que se mostram muito aquém das expectativas e reais necessidades dos egressos e outros cidadãos que tem interesse em atuar nesse mercado.

A verticalização desses egressos tem ocorrido, porém tem sido dificultada, segundo a percepção dos egressos, pela carência na oferta de cursos de graduação na cidade. O ensino público não atende tanto na quantidade de vagas ofertadas quando na variedade de cursos, e o setor privado, que vem crescendo, e preenchendo algumas dessas lacunas, também não apresenta muitas opções, fora que o poder aquisitivo da maioria da população é relativamente baixo, não possibilitando a muitos arcar com os custos de uma faculdade particular.

Recorremos a alguns estudos voltados a egressos, sua inserção no mercado de trabalho e verticalização, a fim de compararmos as realidades apresentadas em cada caso com as observadas no IFAM *campus* Maués, e verificamos que apesar de algumas especificidades relacionadas as características socioeconômicas e de cursos pesquisados, muitas semelhanças são encontradas, demonstrando um retrato da educação profissional e tecnológica e que os Institutos Federais ainda têm muito a evoluir como instituições de ensino que se propõem a contribuir com as mudanças necessárias da sociedade atual.

Também foi observado, em relação à Pesquisa Nacional de Egressos (MEC, 2009) que os resultados são bem positivos no que se refere à inserção dos egressos no mercado de

trabalho, especialmente na área de formação técnica, diferente dos resultados obtidos nesse estudo e na pesquisa realizada por Costa (2015) com os egressos do IFRO *campus* Ariquemes, o que indica que os estudos em nível macro não revelam as especificidades de cada região, e que as estatísticas mais generalistas acabam por camuflar a realidade local.

No decorrer desse processo investigativo muitas respostas foram alcançadas, e através delas muitas outras indagações surgiram, esperamos, portanto, que a pesquisa aqui apresentada possa ser a gênese de iniciativas voltadas à manutenção contínua do diálogo com os egressos do Instituto federal do Amazonas *campus* Maués e que as informações obtidas sirvam de fomento e motivação para ações de alinhamento dos processos formativos adotados pela instituição e reestruturação do planejamento institucional realizado não raras vezes de forma desconexa com a realidade local.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo e ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 08 de abril de 2018.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 3. ed. Portugal: Edições 70, 2004.

BRASIL. Lei nº 9394/ 96. Publicado em 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 08 de junho de 2017.

_____. Lei nº 11.892/08. Publicado em 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso: 20 de junho de 2017.

_____. Portaria MEC nº 646/97. Publicada em 14 de maio de 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/>>. Acesso: 14 de abril de 2018.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos** – Edição 2012. Disponível em <<http://catalogonct.mec.gov.br/>>

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77451-cnct-3a-edicao-pdf-1/file>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

_____. MEC/SETEC. Diretoria de Formulação de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. **Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)**. Organizadores: PATRÃO, Carla Nogueira e FERES, Marcelo Machado. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/>>. Acesso: 10 de abril de 2018.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise (orgs.). O ensino médio integrado. Concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, Maria. **Arquivos da memória do trabalho e da educação e a formação integrada**. IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo07/Maria%20Ciavatta%20-%20Texto.pdf>>. Acesso em 28/10/19.

CIAVATTA, M; RAMOS, M. N. **Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e Fragmentação**. Revista Retratos da Escola. Brasília. v. 05. n. 08. P. 27-41. jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativos, Quantitativos e Mistos. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

COSTA, Flávio Leite. **Formação integrada no Instituto Federal de Ariquemes: egressos, inserção no mercado de trabalho ou opção pelo ensino superior.** Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação). Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Porto Velho, Rondônia, 2015. 113 f.

DELUIZ, Neise. **A globalização econômica e os desafios da educação profissional.** Boletim Técnico SENAC, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 73-79, set./dez.2004. Edição Especial

DELUIZ, Neise et al.. **Metodologias e resultados do acompanhamento de egressos da educação profissional.** Texto apresentado no Seminário Nacional de Educação Profissional, Brasília, jun./003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/gtl3.pdf>>. Acesso em: 18 Nov. 2018.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yonna. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. IN: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Porto Alegre: ArtMed, 2006, p.15-41.

DINIZ, M. J. T.; DINIZ, M. B.; JÚNIOR, J. N. O.; SILVA, A. L. F.; ROSA, R. F. S. **Setor pesqueiro no estado do Pará: concentração espacial e fragilidades da cadeia produtiva.** Revista de Estudos Sociais – Ano 12. Vol 1 no.23, 2010.

DONADEL, Nelci José. **Expectativas Profissionais dos Alunos dos Cursos Técnicos de Nível Médio da Área de Agropecuária do Campus São Vicente do Sul do Instituto Federal Farroupilha - RS.** Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010. 41p. Disponível em <<http://cursos.ufrjr.br/posgraduacao/ppgea/files/2015/08/Nelci-José-Donadel.pdf>>. Acesso em: 12 de Abril 2018.

FRANÇA, N. F. C.; ARAÚJO, P. V. N; Albino, G. G.. **A importância do conhecimento geotecnológico no Curso Técnico em Recursos Pesqueiros do IFRN.** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, Campinas, v. 02, n. 13, 2017. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

FERRET, Celso J. et al (Org.) Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar: Rio de Janeiro-RJ: Vozes, 1996.

FISCHER, M.C.B; FRANZOI, N. L.. **Formação humana e educação profissional diálogos possíveis.** Educação, Sociedade & Culturas, nº 29, p. 35-51. 2009.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Análise de conteúdo. Brasília 2ª edição: Liber Livro Editora, 2005. 79p.

GENTILI, P. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). Capitalismo, trabalho e educação. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

GUIMARÃES, Everton Lopes. **A trajetória profissional dos egressos do curso técnico em agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG - Campus Januária**. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2011. 53p. Disponível em <<http://cursos.ufrrj.br/posgraduacao/ppgea/files/2015/08/Everton-Lopes-Guimaraes.pdf>>. Acesso em: 12 de Abril 2018.

GRAMIGNA, Maria Rita. **Modelo de competências e gestão dos talentos**. 2. ed. São Paulo: Pearson; 2007.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 2. ed. rev. Atual.- São Paulo: Loyola, 2004.

IFRN. **Relatório Técnico da Pesquisa de acompanhamento de Egressos-PAE**. Natal, RN. Dezembro de 2015.

IBGE. Brasil. Amazonas. Maués. Publicado em 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/am/maues/panorama>>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua-PNADC**, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24908-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-3-e-taxa-de-subutilizacao-e-25-0-no-trimestre-encerrado-em-julho-de-2019>>. Acesso em 05 Set. 2019.

IFAM. Portaria 373. Publicada em 31/08/2009. Disponível em <http://www2.ifam.edu.br/arquivos/estatuto-ifam/estatuto-ifam_lei_11-892-1.pdf>. Acesso em 20/06/2017.

_____. a. **Planejamento Estratégico 2012-2017**. Manaus-AM: Gráfica Moderna, 2013.

_____. b. **Plano de Curso Técnico de Nível Médio em Recursos Pesqueiros na Forma Subsequente**. Publicado em 2013. Disponível em <<http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/ensino/proen/guiade-cursos/tecnico-de-nivel-medio-na-forma-subsequente/recursos-pesqueiros>>. Acesso em 20/06/2017 às 16:02h.

_____. c. **PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Manaus-AM: 2014.

_____. d. Resolução nº 96- CONSUP/IFAM. Publicada em 30/12/2015. Disponível em <<http://www2.ifam.edu.br/depe/coex/arquivos-coordenacao-estagio/view>>. Acesso em 20/06/2017.

KUENZER, A. Z.; GRABOWSK, G. **A Produção do Conhecimento no Campo da Educação Profissional no Regime de Acumulação Flexível**. HOLOS. v.6. n.32, 2016.

LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E.. **Sistemas de inovação e arranjos produtivos locais: novas estratégias para promover a geração, aquisição e difusão de conhecimentos**. Revista Ciências Administrativas, Fortaleza, CE, v. 9, n. 2, p. 189-195, dez. 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed.- São Paulo: Atlas, 2010.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D.A. **Pesquisas em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2011.

MENDES, L. d. N.; CHAGAS, P. C. M.. **Novas Perspectivas para a Educação de Jovens e Adultos: Um Estudo Andragógico no Curso Técnico de Recursos Pesqueiros**. Natal, HOLOS, Vol. 29, Ed. 2, 2013. 196-205. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/1369816634?accountid=26549>

MOARES, S. C. S.; NORONHA, M.; COSTA NETO P. L. O.; RESENDE, L.M. **Desafios de competitividade na cadeia produtiva de pescado no Amazonas: o desenvolvimento pelo viés da sustentabilidade**. Resumo apresentado ao Congresso Internacional de Administração, 2010. Ponta Grossa, Paraná.12p.

MAFRA, Wankmar Carvalho. **O Papel do Instituto Federal do Amazonas no Processo Socioeducacional na Região do Alto Solimões**. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016. 57p. Disponível em <<http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/ppgea/files/2015/07/Wankmar-Carvalho-Mafra.pdf>>. Acesso em: 12 de Abril 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

NOGUEIRA, Silvia Cristina Conde. **II Fase da Política de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Amazonas: Acesso Ampliado e Precarizado à Educação Pública**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Amazonas, Manaus,AM, 2016. 210 f.

OLIVEIRA, José Alcir Barros de. **As representações sociais de estudantes e egressos do curso técnico em agropecuária do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais-Campus Barbacena sobre o mercado de trabalho agropecuário**. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2011. 86p. Disponível em<<http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/ppgea/files/2015/08/Jose-Alcir-Barros-de-Oliveira.pdf>>. Acesso em: 12 de Abril 2018.

POCHMANN, Marcio. (2004). **Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?**. Educação & Sociedade, 25(87), 383-399. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000200005&lng=en&nrm=iso>.

PAIR, Claude. **A formação profissional, ontem, hoje e amanhã.** In: A educação para o Século XXI: questões e perspectivas. Organizador Jacques Delors. Tradução: Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2005.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais – Uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica.** Moderna: São Paulo-SP, 2011. Organizado por Eliezer Pacheco. Disponível em: <<http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

PALASIOS, Paulie Ceres. **A articulação educação profissional e desenvolvimento territorial pelo Instituto Federal Goiano-CampusCeres: perspectiva e possibilidades.** Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2012. 147p. Disponível em <<http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/ppgea/files/2015/10/Paulie-Ceres-Palasio.pdf>>. Acesso em: 01 de Abril 2018.

PALMEIRA, Jonadable Alves. **Formação Técnica em Agroindústria: Percepções dos Egressos que atuam na Agroindústria Familiar de Venda Nova do Imigrante-ES.** Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016. 67p. Disponível em <<http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/ppgea/files/2015/10/Jonadable-Alves-Palmeira.pdf>>. Acesso em: 12 de Abril 2018.

RICIERI, Marilucia. **Gestão por competências: recursos humanos.** São Paulo: Pearson, 2009.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **A educação profissional pela Pedagogia das Competências: para além da superfície dos documentos oficiais.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 401-422. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

_____. **Concepção do Ensino Médio Integrado.** Educação em revista. Belo Horizonte. v. 30. n. 04. P. 105-125. outubro-dezembro 2014.

_____. **O estudo de saberes profissionais na perspectiva etnográfica: contribuições teórico-metodológicas.** Educação em revista. Belo Horizonte. v. 30. n. 04. P. 105-125. outubro-dezembro 2014.

_____. **Filosofia da práxis e práticas pedagógicas de formação de trabalhadores.** Trabalho e Educação, Belo Horizonte (MG), v. 23, n. 1, p. 207-218, jan./abr. 2014.

RABELLO, E.T. e PASSOS, J. S. (2009) **Vygotsky e o desenvolvimento humano.** Disponível em <http://www.academia.edu/download/38285172/Vygotsky_e_o_Desenvolvimento_Humano.pdf>. Acesso em: 28 de outubro de 2019.

RONCA, Antônio Carlos Caruso. **Teorias de ensino: A contribuição de David Ausubel.** Temas em Psicologia. Nº 3, 1994.

ROCHA, Belchior de Oliveira et al.. **Egressos do CEFET/RN: avaliação da formação, inserção no mundo do trabalho e perspectiva de requalificação.** Revista Holos [online], Natal/RN, v.03, 2005. Disponível em:<<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/80/85>>. Acesso em 20 Jun. 2018.

SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação: LDB, limite, trajetória e perspectivas. 8. ed. São Paulo: Autores Associados, 2003.

_____. **Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação. v.12. n.34, p.152-180. Jan./Abr. 2007.

SAMPAIO, Marcus V. D. **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: a expansão recente do IFRN e a absorção local dos egressos no mercado de trabalho.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia – PPECO. Natal: UFRN, 2013. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/egressos/sampaio-marcus-v-d-2013-educacao-profissional>

SANTANA, Francisco das Chagas. **A expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, de 2008 a 2010: um estudo sobre a localidade dos campi no território piauiense.** 2013. 175 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/104429>>. Acesso em: 15 de agosto 2019.

SOUZA JUNIOR, H. P. Acompanhamento de egressos. In: MACHADO, L. R. S.; FIDALGO, F. S. (Org.). Dicionário de educação profissional. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 13-14.

SIMÕES, Carlos Artexes. **Juventude e Educação Técnica: a experiência na formação de jovens trabalhadores da Escola Estadual Prof. Horácio Macedo/CEFET-RJ.** Dissertação de Mestrado. UFF, Niterói, RJ, 2007.

SILVA, Edna Lúcia da; CUNHA, Miriam Vieira da. **A formação profissional no século XXI: desafios e dilemas.** Ci. Inf., Brasília, v. 31, n. 3, p. 77-82, set./dez. 2002. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000300008

TONIAL, Sonia Maria. **A trajetória profissional dos egressos, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Campus Sertão.** Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010. 52p. Disponível em <<http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/ppgea/files/2015/07/Sonia-Maria-Tonial.pdf>>. Acesso em: 12 de Abril 2018.

VARELA, A.; CASTRO, M. I.; GUIMARÃES, I. B. **Ciência da Informação: atuação profissional e as contribuições para o desenvolvimento do campo científico por parte dos egressos do PPGCI (ICI/UFBA).** Ciência da Informação, Brasília, v. 37, n. 3, p. 76-87, set./dez. 2008.

VASCONCELLOS, C. S. **Construção do conhecimento em sala de aula.** São Paulo: Libertad. 2002.

7 ANEXOS

Anexo 1 - Matriz Curricular- Curso Técnico em Recursos Pesqueiros

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS IFAM CAMPUS MAUÉS			CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM RECURSOS PESQUEIROS NA FORMA SUBSEQUENTE			
			C. H. SEMANAL	C. H. TOTAL		
<p>DECRETO Nº 5.154 DE 23 DE JULHO DE 2004. Parecer CNE/CEB Nº 39/2004 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio Parecer CNE/CEB Nº 11, de 9/05/2012 Resolução nº 6, de 20/09/2012</p>	<p>FORMAÇÃO PROFISSIONAL</p>	<p>MODULO I</p>	Português Instrumental	3	60	
			Matemática Aplicada	3	60	
			Biologia Aplicada aos Recursos Pesqueiros	3	60	
			Desenho Técnico	2	40	
			Informática Básica	2	40	
			Extensão Pesqueira	2	40	
			Química Aplicada	3	60	
		SUBTOTAL C. H.			18	360h
		<p>MODULO II</p>	Higiene, Saúde e Segurança Aplicada aos Recursos Pesqueiros	2	40	
			Inglês Instrumental	2	40	
			Noções de Topografia	2	40	
			Microbiologia do Pescado	2	40	
			Noções de Elaboração de Relatórios e Projetos	2	40	
			Manejo e Tecnologia de Pesca	2	40	
			Aquicultura	4	80	
		SUBTOTAL C. H.			16	320 h
		<p>MODULO III</p>	Piscicultura	3	60	
			Reprodução de Organismos Aquáticos	2	40	
			Sanidade de Organismos Aquáticos	2	40	
			Nutrição de Organismos Aquáticos	3	60	
			Tecnologia do Pescado	2	40	
Gestão de Organizações Aquícola	2		40			
Construções Aquícolas	3		60			
SUBTOTAL C. H.			17	340h		
CARGA HORÁRIA TOTAL			1.020 h			
ESTÁGIO SUPERVISIONADO			250 h			
CARGA HORÁRIA FINAL			1.270 h			

Anexo 2 - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Este formulário destina-se à coleta de dados para a pesquisa de mestrado intitulada: “EGRESSOS DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS *CAMPUS* MAUÉS: UMA ANÁLISE SOBRE A VERTICALIZAÇÃO E O MUNDO DO TRABALHO DO TÉCNICO EM RECURSOS PESQUEIROS”. A pesquisa tem como objetivo conhecer o perfil dos egressos do curso de recursos pesqueiros modalidade subsequente, formados entre o período de 2012 a 2017. O formulário é composto por questões de múltipla escolha seguida de entrevista, informo que os dados obtidos serão utilizados apenas para a pesquisa e que o anonimato das respostas será garantido.

Desde já agradeço sua participação!

Nathália Cavalcante Costa- Mestranda do PPGEA/ UFRRJ

BLOCO 01 – PERFIL DO ALUNO EGRESSO DO CURSO DE RECURSOS PESQUEIROS DO IFAM CAMPUS MAUÉS

- 1- Nome: _____
- 2- Gênero: () Masculino () Feminino
- 3- Raça/cor: () Branca () Parda () Indígena () Preta () Amarela
- 4- Estado em que nasceu: _____
- 5- Cidade/Município em que nasceu: _____
- 6- Zona: () Urbana () Rural
- 7- Faixa etária no ano de conclusão do curso:
() 15-17 () 18-20 () 21-23 () Mais de 23 anos
- 8- Ano de conclusão:
() 2011 () 2012 () 2014 () 2016/1 () 2016/2 () 2017
- 9- Enquanto estudante do IFAM CMA, com quem você morava?
() Sozinho () Chefe de Família () Parentes () Com os pais () Outros: _____
- 10- Atualmente qual a sua renda mensal?
() Nenhuma () 1 salário mínimo () até 2 salários mínimos () mais de 2 salários mínimos
11. Como você avalia a infraestrutura física e operacional do ifam-campus?
() Regular () Bom () Ótimo () Excelente
12. Como você avalia os materiais e equipamentos utilizados durante o seu curso?
() Regular () Bom () Ótimo () Excelente
13. Com relação ao ensino, como você avalia o IFAM-*campus* Maués como instituição?
() Regular () Bom () Ótimo () Excelente
14. De modo geral, como você avalia o curso que concluiu?
() Regular () Bom () Ótimo () Excelente
15. Como você qualifica o corpo docente do seu curso?
() Regular () Bom () Ótimo () Excelente
16. Considera a matriz curricular do curso adequada para a formação profissional?
() Sim () Não
17. As cargas horárias das disciplinas foram suficientes para sua aprendizagem?
() Sim () Não
18. Qual o grau de importância do estágio supervisionado para sua formação técnica?
() Importante () Muito Importante () Sem Importância () PCCT

BLOCO 02 – ENTREVISTA

- 1- Porque você escolheu o Curso Técnico Em Recursos Pesqueiros?

- 2- Ao se inscrever no curso, você já tinha algum conhecimento prévio sobre o mesmo?
- 3-Quais eram suas expectativas em relação ao curso? Elas foram atendidas?
- 4-Atualmente você está trabalhando?
- 5-O seu trabalho tem relação com sua formação técnica?
- 6-Você considera os conhecimentos adquiridos durante o curso suficientes para o exercício da profissão? Se sente preparado para exercê-la?
- 7-Você considera que os conhecimentos adquiridos durante o curso contribuíram para o seu exercício profissional no geral, ou não teve relação?
- 8-Se sente satisfeito em relação a sua atividade profissional na atualidade?
- 9-Considera que sua qualidade de vida/condições financeiras melhoraram após a conclusão do curso técnico, ou não teve influência?
- 10-O que você acha das oportunidades de emprego na área de recursos pesqueiros na cidade?
- 11-O que você acha da oferta de cursos superiores voltados ao setor pesqueiro na cidade? E nas diversas áreas?
- 12- Fazer o curso técnico serviu de estímulo a seguir com os estudos em nível superior?
- 13- Você ingressou no ensino superior após ter concluído a formação técnica?
- 14-Qual a relação entre o curso superior realizado ou almejado e o curso técnico anterior?
- 15- Há algo mais que gostaria de acrescentar? Necessidades e Perspectivas.

Anexo 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(de acordo com as Normas da Resolução nº 196, do Conselho Nacional de Saúde de 10 de outubro de 1996)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “EGRESSOS DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS *CAMPUS* MAUÉS: UMA ANÁLISE SOBRE A VERTICALIZAÇÃO E O MUNDO DO TRABALHO DO TÉCNICO EM RECURSOS PESQUEIROS”. Você foi selecionado para responder aos formulários e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o (a) pesquisador(a) e nem com qualquer setor desta instituição. O objetivo geral desse estudo é Analisar as relações da formação Profissional e Tecnológica com o mundo do trabalho, intermediado pela formação, verticalização e atuação profissional dos egressos dos cursos técnicos em Recursos Pesqueiros na modalidade Subsequente do IFAM– Campus Maués, e os objetivos específicos são: Caracterizar o perfil do egresso dos Cursos Técnicos em Recursos Pesqueiros na forma Subsequente do IFAM – Campus Maués; identificar a motivação para a formação técnica e contribuições desta para a vida do egresso e identificar as competências profissionais apresentadas no Projeto Político Pedagógico do curso, correlacionando-as com as exigências do sistema produtivo capitalista de acordo com a percepção do egresso. Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa podem se configurar em constrangimento e aborrecimento ao responder o formulário e entrevista, além do risco de quebra de sigilo. Entretanto, caso necessário, será oferecido acompanhamento psicológico ou de assistência social, sem ônus para o(a) Sr.(a), além do direito a indenizações e cobertura material por compensação de danos materiais ou morais decorrentes da pesquisa. Se você aceitar participar, não terá nenhum benefício direto, contudo, por meio desse estudo espera-se colaborar para o fortalecimento da educação profissional no Amazonas. Se depois de consentir sua participação o(a) Sr.(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa. O(a) Sr.(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade ou qualquer informação relacionada à ela não será divulgada, em que se tomarão todas as providências necessárias para manter o sigilo. Para qualquer outra informação o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora Nathália Cavalcante Costa e com a prof.^a Dr.^a Sandra Gregório, pelos telefones e e-mails fornecidos, ou, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/IFAM, na Av. Ferreira Pena, 1109, Centro, 69025-010, Manaus(AM), telefone fixo (92) 3306-0059, e e-mail cepsh.ppgi@ifam.edu.br.

Assinatura do Pesquisador

Instituto de Agronomia/ Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Educação Agrícola da UFRural-RJ. Tel: (21) 3787-3741
Pesquisador: Nathália Cavalcante Costa. Tel: (92) 99141-6699, email: nathalia.costa@ifam.edu.br

Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar, autorizando a título gratuito, o uso de minhas respostas e imagens para fins de divulgação e publicação.

Sujeito da pesquisa

Data ___/___/___